+ Sacher-Masoch pg.26 / Livro: Sem mestres nem chefes pg.29

Documentário: C.R.E.A. pg.31

mapa: Jornal de Informação Crítica

NÚMERO 9
ABRIL-JUNHO 2015
TRIMESTRAL / ANO III
3000 EXEMPLARES
PVP: 1€
WWW.JORNALMAPA.PT

FAÇA-SE JUSTIÇA NEM QUE CAIA O MUNDO

PG14 HÁ JUSTIÇA PARA O RACISMO?
PG17 A MANIFESTAÇÃO INSTITUCIONAL
PG20 O DIREITO FICA À PORTA DAS PRISÕES
PG22 O ESTADO NACIONAL-CATÓLICO SUBSISTE

NOS MEANDROS DA JUSTIÇA

O Estado de Direito democrático justifica a sua existência por ter aperfeiçoado um sistema a que chama "justo", um conjunto de leis e normas que configuram a vida em sociedade. Ao longo do tempo esse sistema tem-se reformado e actualizado, adaptando o conjunto de estruturas e pessoas que velam pelo cumprimento dessa norma, de forma a garantir o seu poder e autoridade antes de garantir a liberdade de comunidades e indivíduos. Percorrer estes meandros da lei leva-nos a perceber que são incontáveis as contradições jurídicas das próprias instituições de direito, tal como são inumeráveis os casos em que estas atropelam a própria lei. O que acontece dentro dos tribunais revela a injustiça social da democracia e leva-nos a questionar a existência do próprio Estado, sobretudo quando fica assim demonstrado que ele é ilegítimo. Para que serve então o Estado de Direito? Torna-se difícil acreditar que o seu objectivo seja, como evidencia o artigo 1º da Constituição, a *"construção de uma sociedade livre, justa e solidária"*.

NOTÍCIAS À ESCALA

Demolições na Amadora

pág.4

As demolições de casas nos bairros 6 de Maio e Santa Filomena, Concelho da Amadora, têm enfrentado uma séria resistência por parte dos habitantes dos bairro que, desde Janeiro 2015, se auto-organizaram em assembleias, comissões de moradores e piquetes de vigilância. Fruto da construção informal nos anos 70, os bairros são agora alvo da acção da Câmara Municipal da Amadora que, escudada no Programa Especial de Re-alojamento, teima em não ver que milhares de pessoas não se encontram contempladas no mesmo. A violência policial e o desrespeito total por parte da CMA têm marcado presença naquele que é apenas um dos muitos casos que têm tido lugar em Portugal.

NOTÍCIAS À ESCALA

O Porto e o Futuro

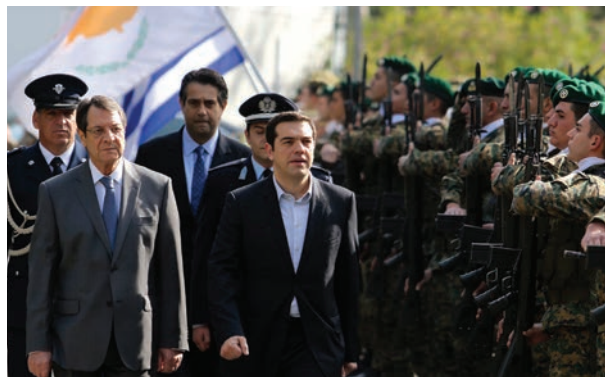
págs.5 e 6

O projecto Future Cities, iniciativa de vários gigantes da informática em parceria com a Câmara Municipal e a Universidade do Porto, arrisca-se a redefinir a forma como as grandes corporações criam os seus produtos, geram os seus lucros astronómicos e concebem a organização das cidades. Testando os limites da privacidade em espaço urbano e desenvolvendo novas formas de monitorização generalizada através de aplicações para smartphone e diversos sensores estrategicamente colocados, o projecto visa colocar as comunidades ao serviço da aquisição de dados. Fica a questão sobre que uso tem a informação na mão das grandes empresas e paira sobre a invicta o olho do Grande Irmão.

LATITUDES

As possibilidades além do Syriza

págs.23 e 24



A coligação de esquerda radical Syriza foi eleita numa Grécia afundada por uma grave crise económica e social e as suas promessas sobre o fim da política de austeridade lançaram sobre os gregos e toda a Europa uma lufada de esperança. No entanto, para lá das negociações entre o ministro das finanças Varoufakis e o Eurogrupo, existem questões que prevalecem independentemente da cor dominante do parlamento. Antonis Vradis lança algumas delas e traça cenarios para o futuro da crise grega, questionando-se sobre se é suficiente esta vitória. Lança tambem a ideia da necessidade de uma mudança atraves da criação de economias e estruturas de solidariedade de base em vez da política convencional.

A velha crise

O tempo histórico parece ter espalhado por todas as latitudes o epíteto do latim *crisis*, ou do grego *krisis*, não apenas como a ideia que melhor tem descrito o momento social, económico e ambiental, mas como o termo que melhor caracterizará os anos vindouros. Aprofundando um pouco mais, a noção de uma crise permanente é algo mais bem elucidativa do que parece. Demonstra a fatalidade forjada pela mão de ferro de um modelo económico único, resguardado por um determinismo que se sustenta no medo e na chantagem. O entendimento do quotidiano é assim condicionado pela inevitabilidade. No entanto algumas questões saltam directamente das ruas e dos bairros.

O que devemos pensar sobre os frequentes actos de tortura e espancamentos em esquadras de polícia? Sobre os "encontros" nocturnos com a polícia de Setúbal que acabam em corpos deixados a agonizar no passeio, resultando em morte? O que devemos pensar sobre a crescente militarização de locais públicos? E os violentos despejos de famílias, como recentemente aconteceu no bairro de Santa Filomena, na Amadora, ou em Silvade, Espinho? E dos piquetes de grevistas em diversas empresas que frequentemente são quebrados a golpes de bastonada? Como se pode, neste contexto, falar de paz social ou de democracia, num discurso que tem já 40 anos?

Na presente edição do jornal MAPA fazemos a pergunta: Como se pode falar de "justiça", essa grande bandeira dos defensores do Estado de Direito? As demonstrações de prepotência e os abusos perpetuados sob a sua alçada são mais do que uma tendência momentânea. Em tempos de crise elas são a norma, e a norma é a crise.

Assistimos então ao aumento da dose diária de autoritarismo prescrito pela classe política, num populismo febril e mediático que pretende recuperar o clamor popular. É esta mesma classe política que se coloca acima das leis que aprova, e que as impõe com severidade ao resto da sociedade. Exemplos não faltam, basta olharmos para os recentes escândalos de burla, fraude fiscal e corrupção que envolvem figuras conhecidas da política, funcionários do Estado e da banca.

Por outro lado, este cenário de inevitabilidade não é estático. Seja através de movimentos sociais ou outras formas de associação, as respostas ao despotismo político e financeiro começam a surgir. Na Amadora os bulldozers da Câmara Municipal têm-se deparado com a forte resistência de moradores e solidários que lhes tem barrado o caminho. A resistência tem também outro sabor em tempos de crise. Disso é exemplo o proliferar de cooperativas e redes de solidariedade que têm nascido nos últimos tempos. Do consumo à produção, da energia à agricultura, os modelos cooperativos e horizontais fazem parte de um universo de experiências que se colocam como alternativa, não só ao Estado e às falsas promessas da gestão pública, mas à economia verdadeiramente bélica dos grandes grupos económicos. A crise veio para se instalar, a crise é permanente.

PONTOS SOLTOS

A greve dos provocadores

Desde o passado 2 de Março, os guardas prisionais realizam greves de forma intermitente em praticamente todas as prisões do país e tencionam prolongar a sua luta até dia 7 de Abril. Reclamam a regulamentação do horário de trabalho, as progressões nas carreiras e a aprovação dos novos níveis remuneratórios e subsídio de turno pelos serviços nocturnos. A sobrelotação das prisões atinge, actualmente, os piores valores de sempre, com consequências terríveis para o quotidiano das pessoas presas. Paralelamente são publicados relatórios onde se pode ler que a taxa de mortalidade nas prisões portuguesas é o dobro da média europeia[1]. Estas afirmações são potenciadas pelas permanentes denúncias de tortura nestes autênticos centros de extermínio. Os mesmos "profissionais" que praticam, colaboram e ocultam todo o tipo de maus-tratos, usam o seu "direito" à greve com o único intuito de prejudicar os presos que, durante as greves, ficam fechados dias inteiros nas celas, bem como as suas famílias que ficam impedidas de atender às visitas. O objectivo é, portanto, claro: **aumentar um mal-estar latente que possa levar a desacatos e motins que justificariam a urgência das suas exigências.**

Por cada dia de trabalho um guarda prisional descansa dois, substituem-se continuamente nos turnos e também metem baixas com frequência. Todos estes fatores permitem suficientes dias livres em cada mês para que se dediquem a outras atividades económicas extras que, a juntar ao auferido pelas horas extraordinárias, lhes permite aumentar consideravelmente a remuneração mensal.

Mais que avaliar as condições laborais desta classe de "trabalhadores" é importante denunciar a deterioração contínua das condições de vida dos presos e presas e o aproveitamento vergonhoso que os guardas prisionais fazem dessa situação, não apenas através de greves arbitrárias, mas também com todo o tipo de negócios dentro dos estabelecimentos prisionais como o tráfico de drogas e a especulação económica com diversos produtos necessários aos presos. As condições básicas para as pessoas presas, ao contrário do que a democracia quer fazer acreditar, têm vindo a sofrer alterações como se a involução fosse rumo à época medieval. As visitas têm sido reduzidas, quer em frequência como em duração, o que nos leva a perguntar se o objectivo dos educadores sociais que trabalham a tempo inteiro nas prisões não será afastar os presos do seu apoio familiar e social? As chamadas telefónicas, antes feitas com cartões de telefone normais, para números pré-aprovados, estão agora reduzidas a uma por dia e limitada a 5 minutos! Os dias festivos deixaram de ser celebrados com as famílias, as pequenas cafetarias na sala de visitas foram substituídas por *vending machines*, as encomendas e tipos de bens que podem receber têm vindo, progressivamente, a ser limitados (quanta indignação expressada agora pelos democratas amigos do preso 44!).

Os guardas prisionais são obviamente a peça mais débil da máquina prisional. No entanto, sabemos qual o papel que desempenham nestes templos de morte: são muitas vezes juízes e carrascos de pessoas a quem foi retirado quase tudo e, neste extremo, sabemos bem que interesses protegem. **Cláudio Duque**

/// NOTAS

1 Jornal Público, 10-01-2015 (http://tinyurl.com/o6bcsqb)

"Fantasma" não será esquecido

Na noite de 19 de Fevereiro, Nuno "Fantasma" Pires foi encontrado em coma perto da estação de comboios de Setúbal momentos após ter sido abordado por agentes da Equipa de Intervenção Rápida da PSP. Antes de ficar inconsciente ainda conseguiu enviar uma mensagem a uma amiga a dizer que já tinha levado "uma cacetada na cabeça". Foi então socorrido pelo INEM e veio a falecer dias depois, vítima de ferimentos na cabeça, que foram rapidamente identificados na chegada ao hospital. Perante a situação, a família de Nuno apresentou queixa na PJ, decorrendo actualmente três investigações independentes. A autópsia aponta para lesões consistentes com bastonada. Os amigos e familiares procuram respostas e já por duas vezes saíram à rua: já se realizaram uma concentração e uma marcha de homenagem a Nuno Pires. As perguntas são muitas e poucas as respostas. Por que foi assassinado, por quem, como, por que foi deixado sozinho a agonizar? Não seria a primeira vez que se registaria uma morte às mãos da Polícia em Setúbal, que vai já acumulando um longo historial de brutalidade. Recordemos, por exemplo, a morte do jovem Rúben Marques, em 2013, ou a de António Pereira (Tony), em 2002. Às mortes somam-se os inúmeras relatos de rusgas, detenções, agressões e tortura, dentro e fora de esquadras. Há poucos dias, surgiram várias notícias onde se afirma que a investigação da PJ ilibaria a PSP da morte do jovem. Contudo, nem a família nem o respectivo advogado foram informados de nada. Considerando que estão ainda a decorrer três investigações, tudo indica tratar-se de uma notícia falsa, numa clara manobra de distracção e de desmobilização. **Jose Pedro Araújo**

"Não desculpamos os incómodos causados"

"Transportes mais caros ano após ano. Roubo dos passes sociais. Repressão contra quem não pode pagar bilhete. Redução da oferta. Privatizações a bater à porta. Ruas repletas de carros. O acesso à cidade tornado um luxo para quem o pode pagar. Não desculpamos os incómodos causados!"

Foi este o mote com que surgiu em Lisboa, no passado mês de Fevereiro, um novo grupo em defesa dos transportes coletivos. *"Não desculpamos os incómodos causados"* quer juntar pessoas na luta por empresas de transporte públicas e fora dos mercados financeiros, defende a solidariedade entre trabalhadores/as e utentes e apela à desobediência civil na defesa deste bem comum.

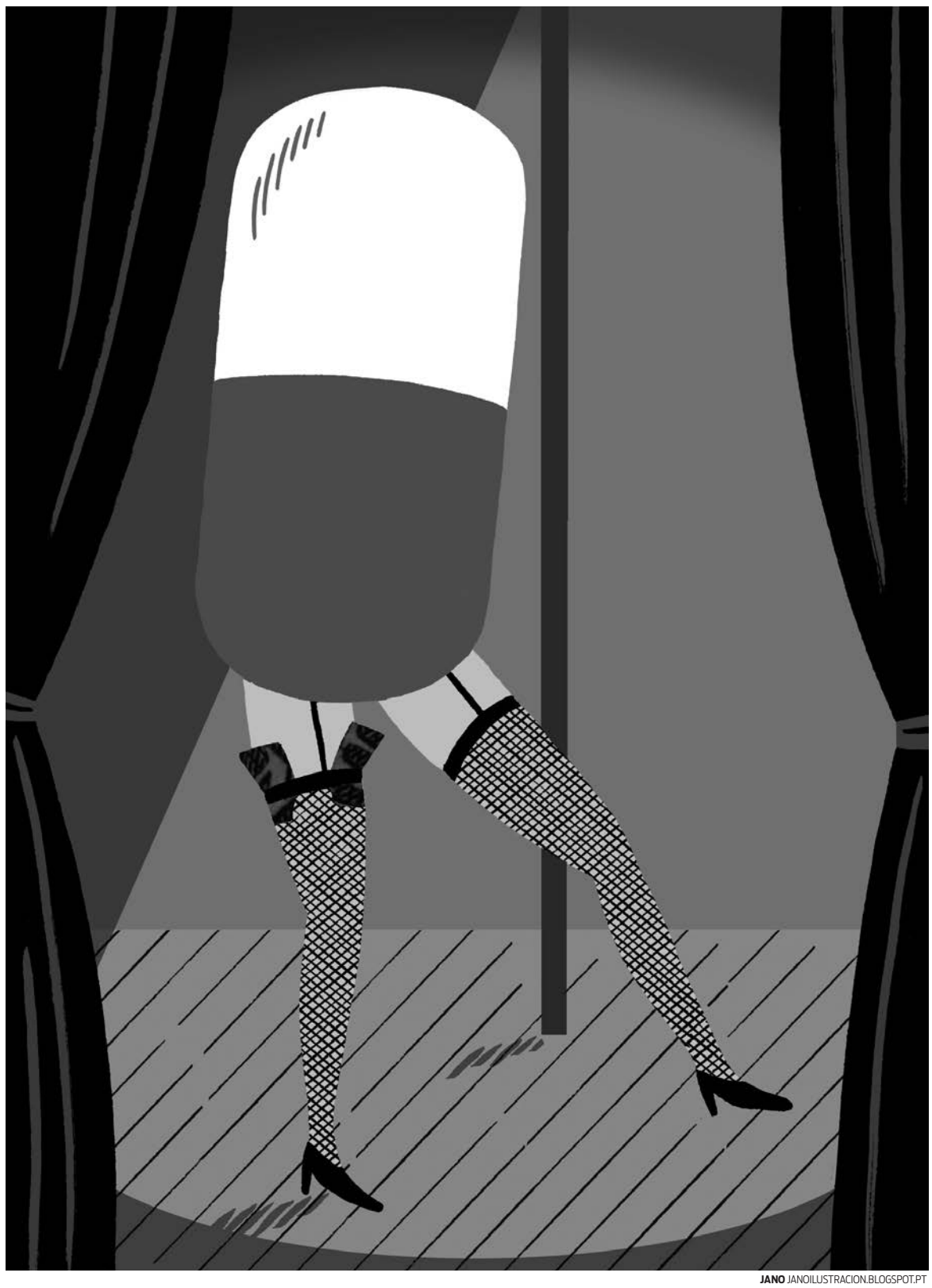
"A cidade só existe para quem se pode movimentar nela. Se o transporte público é o meio que nos permite aceder a quase todos os direitos humanos – alimentação, saúde, educação –, quando nos roubam os transportes públicos, roubam-nos o acesso aos bens e serviços necessários às nossas vidas", lê-se no seu manifesto. *"Acreditamos numa outra forma de organizar a cidade: priorizar os meios que melhoram a mobilidade, garantindo maior equidade social e menor impacto ambiental. Os meios de transporte público contribuem directamente para uma cidade mais sustentável e mais justa socialmente."*

O grupo convida todas as pessoas e colectivos a comparecer numa das reuniões, que têm acontecido quinzenalmente no GAIA - Grupo de Acção e Intervenção Ambiental (gaia.org.pt), em Alfama, ou a seguir a sua actividade através da página: "Não desculpamos os incómodos causados" no facebook, ou na página: **naodesculpamos.tumblr.com.**

JÚLIO SILVESTRE
JULIOSILVESTRE@JORNALMAPA.PT

A governação crónica e o caso da Hepatite C

O recente episódio em torno dos doentes infectados com Hepatite C e o Sofosfovir, o fármaco que permite o tratamento da doença com eficácia acima dos 90%, revelou uma vez mais a natureza do governo e das multinacionais que dominam o mercado farmacêutico.



JANO JANOILUSTRACION.BLOGSPOT.PT

Os *media* divulgavam no início de Fevereiro a morte de uma doente que esperava há meses pelo tratamento vital, dependente de um medicamento embrulhado em negociações e burocracias administrativas, que lhe poderia ter salvo a vida. Ao trágico desfecho aditou-se a triste ironia: segundo declarações do filho da vítima[1], a mesma terá sido contaminada em cirurgias e transfusões realizadas no SNS...

Entre protestos de familiares e portadores do vírus, denunciando o abandono e a negligência do governo, o ministro da saúde viu-se forçado a engendrar um golpe de ilusionismo moral. Tentou forjar um aparente conflito de interesses entre o Estado e a Gilead Sciences, a empresa que tem exclusividade plena na comercialização do medicamento. Em audição parlamentar, o ministro desculpava-se capciosamente, aludindo a um preço "*monopolista*", afirmando que o acesso de milhares de doentes ao medicamento *"só dependia da indústria"*. Roçando o ridículo concluía *"que a pressão sobre a indústria é zero"*. Pois então! Não é o Estado que garante os privilégios comerciais à empresa, concedendo o direito à patente, proibindo a concorrência?... Não é a oferta assim resguardada, estabelecendo arbitrariamente o preço do medicamento?... Em discurso encapuzado, o ministro pretendia, atirando "areia para os olhos" da opinião pública, aliviar "pressão" sobre o Infamed, e ocultar a incumbência do governo na salvaguarda do monopólio logrado pela Gilead Sciences.

Durante as primeiras negociações com o Ministério da Saúde, empatadas durante meses, a farmacêutica norte-americana propôs vender o fármaco a 48.000 euros por cada tratamento de 12 semanas. Sendo o custo de produção do Sofosfovir não superior a 100 euros, a Gilead obteria assim um lucro que rondaria os 5000%. Entretanto, depois da morte de doentes, dos protestos, e das artimanhas do ministro, o acordo alcançado a "preço de amigo" vai permitir ao SNS pagar cerca de 25.000 euros por tratamento. Com um cliente acólito e fidelizado, e uma margem de lucro próxima dos 2500%, a Gilead Sciences encontra no Estado Português um parceiro respeitável! Menos sorte teve no Brasil ou na Índia quando viu a patente rejeitada[2], desobstruindo o mercado aos laboratórios de genéricos que disponibilizam um fármaco semelhante por menos de 100 euros...

Sem questionar o sistema de patentes na íntegra, a organização Médicos do Mundo contestou a patente do Sofosfovir, alegando que a sua composição *"não é suficientemente inovadora"*[3]. Ora de suposta inovação se fazem grandes roubos e se esfola a sociedade com apanágios de progresso. Os direitos de propriedade intelectual e as patentes são um ardiloso estratagema para extrair rendas de produtos ou bens, que não sendo tecnicamente escassos, assim são concebidos através da lei. Dirão indignados, investidores filantropos e democratas auspiciosos: *"tantos anos de investimento para descobrir um medicamento inovador têm de ter um retorno, certo?"*. Errado! Boa parte da investigação científica que resulta numa patente é feita em parceria com instituições "públicas", ou delas extrai conhecimento e apoio financeiro, melhor dizendo, é subsidiada com dinheiro confiscado aos contribuintes. Ao mesmo tempo as patentes são um claro entrave à investigação, pois desencorajam outros inventores que poderiam chegar aos mesmos resultados, e como é sabido, são muitas vezes engavetadas nas prateleiras dos laboratórios, em finória e lucrativa especulação.

A história da Gilead Sciences, semelhante à de outras corporações sempre bem relacionadas, da *Big Pharma* ou demais indústrias, é um exemplo que ilustra o denominado, passo a redundância, capitalismo "crónico". Esta empresa de biotecnologia tem incorporado na sua administração notáveis figurões da política global, entre os quais, Ronald Rumsfeld, George Shultz ou o belga Etienne Davignon. Rumsfeld foi quadro da empresa entre 1988 e 2001, tendo sido nomeado presidente em 1997, cargo que desempenhou até encabeçar o Ministério da Defesa dos EU, durante a governação Bush. Figura sinistra da guerra com ilustre currículo de torcionário[4], o avultado accionista da Gilead lucrou milhões de dólares com o embuste montado à volta da "gripe das aves" e do Tamiflu. Este antigripal, de mérito duvidoso, foi desenvolvido pela Gilead nos anos 90, e os direitos de distribuição negociados com a farmacêutica suiça La Roche. Em 2005, quando se encontrava na liderança do Pentágono, o político republicano mobilizou esforços para que a epidemia fosse considerada "uma ameaça à segurança nacional" e o alarme pandémico alastrasse. Como resultado foram endossados milhões de comprimidos aos governos de mais de 60 países, as farmacêuticas multiplicaram os seus lucros e Rumsfeld fez crescer a sua fortuna especulando na bolsa a seu belo-prazer...

Boa parte da investigação científica que resulta numa patente é feita em parceria com instituições "públicas", ou delas extrai conhecimento e apoio financeiro, melhor dizendo, é subsidiada com dinheiro confiscado aos contribuintes.

De perniciosos interesses corporativos, procedentes do conluio entre governos e o alto negócio, se estabelecem acordos internacionais e parcerias, como o TRIPS[5], supervisionado pela Organização Mundial do Comércio, ou o recente TTIP[6], celebrado entre a UE e os EUA. Estes cozinhados, de pé fincado no direito internacional e munidos de rebuscados instrumentos judiciais, vão buscar o que de pior existe no proteccionismo económico, a favor do alto negócio, claro! Para depois liberalizarem os mercados e louvarem a livre concorrência, como se o cartel fosse coisa natural... Assim se governam gordos investidores e demais batoteiros da finança, assim se fazem políticos de envergadura e renomeados gestores! É por esta estirpe que todos os dias somos assolados...

/// NOTAS

1 Doente de 51 anos morre à espera de medicamento inovador para a hepatite C, 03-02-2015. Jornal Público
2 Key Hepatitis C Patent Rejected In India, 14-01.2015. (www.ip-watch.org)
3 Hepatite C: Médicos do Mundo opõe-se à patente do sofosbuvir, 12-02-2015. (www.medicosdomundo.pt)
4 Rumsfeld autorizou várias técnicas tortura nas prisões de Abu Ghraib (Iraque) e Guantánamo Bay (Cuba). Report Blames Rumsfeld for Detainee Abuses, 11-12-2008, New York Times.
5 Do inglês Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights
6 Transatlantic Trade and Investment Partnership

"Casa di um son, casa di anos tudo!"

Nos últimos tempos, os moradores de vários bairros na Amadora, Lisboa, têm enfrentado ataques constantes contra as suas habitações, numa colaboração entre poder local, polícia e fundos imobiliários. Face à crescente violência das demolições fica a promessa de resistência e de que a casa de um é a casa de todos.

MARIA JAIME

PLATAFORMA STOP DEMOLIÇÕES

Damaia, freguesia do concelho da Amadora, subúrbio norte-oeste da grande Lisboa. Estamos na linha de comboio que da estação do Rossio leva a Sintra; linha que marca o fim da zona de conforto de ''Lisboa a branca", maravilha urbana que encanta e chama todas as atenções, para dar início aos seus interstícios, que vão desaguar naquilo que é mais frequentemente conhecido como o subúrbio: as cidades dormitório.

A umas centenas de metros da estação ergue-se a Comunidade 6 de Maio, bairro informal construído nos anos 70. O "Gueto 6" (e outros como ele) é portador duma identidade fortemente impregnada da mistura de modos de vida cabo-verdianos, guineenses, angolanos e, em pequena parte, portugueses. Este espaço é hoje oficialmente identificado com o código postal 2700-772, talvez seja este um meio de afirmar o reconhecimento geográfico do bairro, processo que não se estende porém aos seus habitantes.

"A casa de um é a casa de todos" foi uma das frases que integrou o cenário da festa do 6 de Maio, organizada pelos moradores contra as demolições no bairro, no dia 22 do passado mês de Fevereiro.

A festa animou-se durante a tarde, num espaço vazio onde outrora existiam casas habitadas. Entre panelas de cachupa e licor de mankara, houve espaço para música, concertos de hip-hop, espectáculos de dança e no calor do encontro contou-se também com um momento de microfone aberto, em que alguns moradores se exprimiram contra o processo de destruição levado a cabo pela Câmara Municipal da Amadora (CMA).

A vontade de celebração nasceu das assembleias semanais de bairro, que acontecem desde Janeiro deste ano, com o objectivo de criar uma resposta conjunta à ameaça premente que recai sobre várias famílias, em risco de ficarem na rua. Após uma vaga de violentas expulsões e abusos por parte da polícia em Novembro de 2014, e tendo ainda várias famílias recebido avisos de expulsão no mês de Janeiro emitidos pela CMA, surgiu a necessidade, entre moradores e colectivos externos ao bairro, de pensar e organizar dinâmicas de luta concretas.

A mobilização conta agora com uma comissão de moradores, formada recentemente, e a organização diária de piquetes de vigilância no bairro que controlam a chegada das máquinas de demolição. Prontos a dar o alerta, estes aglomerados matinais têm-se revelado momentos de encontro e discussão entre os próprios moradores e entre estes e aqueles que se têm juntado aos piquetes. Os piquetes servem também, perante as forças policiais (PSP e Polícia Municipal) e a administração do município, como face visível de uma organização que se ramifica para fora do bairro, funcionando assim como contra-vigilância à religiosa vigília que a PSP faz nos limites do bairro. E algumas vitórias, ainda que modestas, chegaram.

INTERESSES PÚBLICOS OU PRIVADOS?

Não é certamente fácil interpretar as decisões da Câmara Municipal e definir quais os factores que têm jogado a favor nestes dias, mas uma importante participação de resposta aos alertas em situações de iminência dos despejos, bem como um repentino interesse das televisões, atraídas também pelos recentes acontecimentos de violência policial na Cova da Moura (bairro vizinho do 6 de Maio), conseguiram que desde o início dos piquetes nenhum despejo tivesse tido lugar. Todas as famílias em risco de serem desalojadas desde o começo do ano mantêm ainda o seu tecto, dentre as quais, duas mães com uma criança de três anos e outra recém-nascida, com menos de um mês, ambas sem rendimento e sem qualquer alternativa de habitação. Apesar da mobilização, o risco permanece para todas as famílias que estão excluídas do Programa Especial de Realojamento (PER). Este programa estatal prevê a erradicação pura e dura das barracas, que vêm manchar a imagem da área metropolitana de Lisboa. O PER tem como missão efectuar um recenseamento geral da situação socioeconómica dos habitantes dessas comunidades, com o fim de avaliar o tipo de apoio financeiro a dar no seu realojamento (algo que deverá, logicamente, preceder a expulsão). Aconteceu entretanto que vários milhares de pessoas chegaram a estes bairros depois do último recenseamento, datado de 1993. Segundo valores estimados pela própria CMA, cerca de 35% das famílias que residem nos bairros autoconstruídos do Concelho não estão incluídas no PER, o que corresponde *grosso modo* a três mil famílias em situação de expulsão iminente. De qualquer modo, mesmo dentro do PER contam-se vários agregados familiares com realojamento numa única habitação, e com rendas, propostas pela Câmara (que diz serem ajustadas aos rendimentos de cada família) que atingem nalguns casos, os 400 euros. Que diferença há entre estes valores e os valores de arrendamento no mercado imobiliário?

O 6 de Maio não é um caso isolado, o conjunto de bairros informais da periferia estão sob o jugo de uma mesma política vazia, que já nem faz grande esforço para mascarar a natureza dos seus verdadeiros propósitos: defender interesses privados à custa de recursos estatais, sem qualquer pudor em atirar para a miséria pessoas pertencentes às camadas mais pobres do Concelho. E não é difícil encontrar vários casos que mostram que esta miséria tem uma correspondência concreta em trabalhos mal pagos no centro de Lisboa.

Este é também o caso do bairro de Santa Filomena, integrante do mesmo Município, dirigido pela equipa socialista de Carla Tavares. É essa última que se tem dedicado com ardor ao desmantelamento do bairro, desde 2012, data que marca o início do braço de ferro entre a CMA e os habitantes.

UM PASSO À FRENTE, TRÊS ATRÁS

As demolições forçadas multiplicaram-se, e numerosas famílias foram obrigadas a abandonar as suas casas. Durante este tempo, as autoridades públicas afirmam ter proposto aos habitantes excluídos do PER o acompanhamento a novas alternativas de alojamento; na realidade essas alternativas reduzem-se ao reencaminhamento de famílias para casas de acolhimento destinadas a sem abrigo, propostas de pagamento de 2 ou 3 meses de rendas no mercado formal, e ainda propostas de retorno ao país de origem.

Entre as estratégias de luta, a via legal através de cartas de apelo a instituições, também deu alguns resultados, cujo valor se deixa à interpretação de cada um: o Provedor de Justiça interpelou a Câmara Municipal da Amadora a suspender as demolições devido à complicada situação social e à falta de legitimidade e competência desta para intervir em terrenos privados[1]. Não é difícil imaginar os interesses ocultos para este terreno tão bem localizado, quando ao subir o morro, nos deparamos com uma vista magnífica.

Apesar das dinâmicas de luta terem permitido travar o processo de demolição em curso, a Câmara anunciou entretanto que as demolições iriam continuar, até à destruição total dos bairros. Os números falam por si, em Santa Filomena 280 pessoas em risco de vir a ficar na rua (83 famílias), entre as quais 104 são crianças, 79 desempregados, 87 estudantes e 13 com incapacidades física ou problemas de saúde.

Depois da presença constante das máquinas no último mês que criou tensão e medo entre os moradores do bairro de Santa Filomena, a CMA decidiu intensificar o processo na última semana, lançando uma vaga de demolições em massa e com o uso de boa parte da força policial que a autarquia dispõe. Terça-feira, dia 24 de Março, a máquina chegou ao bairro acompanhada por várias dezenas de agentes da Polícia Municipal e da PSP, entre o SIR, o Corpo de Intervenção e a Unidade Especial (UEP). Com os acessos ao bairro constantemente controlados e muitos caminhos internos bloqueados, famílias foram obrigadas a sair das suas casa e as suas casas mandadas abaixo. Só neste dia foram seis as casas destruídas (que estavam habitadas), seguidas por mais duas no dia seguinte, onde a presença policial se mostrou ainda mais consistente. O bairro está agora em ruínas e o que

Após uma vaga de violentas expulsões e abusos por parte da polícia em Novembro de 2014, e tendo ainda várias famílias recebido avisos de expulsão no mês de Janeiro emitidos pela CMA, surgiu a necessidade, entre moradores e colectivos externos ao bairro, de pensar e organizar dinâmicas de luta concretas.

>> Vem da página anterior

se apresenta aos olhos de quem chega é um cenário de guerra. Só nesses dois dias cerca de trinta pessoas foram metidas na rua, sem que houvesse notificação prévia de despejo. Nenhuma dessas pessoas estava incluída no PER, ou tinham sido excluídas do mesmo por ter recusado as ofertas insustentáveis proporcionadas pela Câmara. Entre essas a maioria são crianças, das quais pelo menos duas recém nascidas.

As primeiras pessoas que perderam casa esta semana, foram aquelas que se demonstraram mais activas nos últimos meses, que iam à Câmara levantar a voz, que marcavam presença no bairro em alturas de demolições e que colaboravam com os colectivos externos. Gostávamos de pensar que se tratou da ironia do acaso, mas sabemos muito bem que assim não o foi.

A semana continuou, com tentativas de resistência à entrada do bairro. Às 6h30 da manhã de quinta-feira, uma barricada bloqueava o caminho de acesso principal. O resultado foi um confronto directo com a polícia que mais uma vez chegou em força, pouco tempo depois. A barricada foi destruída, algumas pessoas ficaram feridas e três foram detidas, entre as quais um deputado municipal do BE. No mesmo dia, cerca de 100 pessoas assistem à assembleia municipal, uma dezena toma a palavra para confrontar os "amigos engravatados" sobre os acontecimentos. Em resposta, a presidente Carla Tavares (não que estivéssemos à espera de outra coisa) continua a afirmar hipocritamente que tudo é legal, que apesar de parte do terreno ser privado, a Câmara tem por obrigação a erradicação das barracas, que o caso singular de cada família em dificuldade vai ser resolvido e o PER será aplicado. As vozes levantam-se, a faixa também, a sessão é temporariamente suspensa. Sexta-feira tudo tranquilo no bairro, ninguém sabe como será na segunda.

Para além da defesa dos direitos fundamentais, a mobilização visa levar à luz uma crítica social da gestão do espaço urbano, e exprimir uma resposta de raiva geral às ambições especulativas dos grupos financeiros em terrenos privados, cujos interesses são constantemente defendidos pelas municipalidades marionetas com a força do aparato repressivo do estado.

O desafio continua e intensifica-se daqui para a frente, na tentativa constante de fortalecer os laços entre as pessoas e solidificar, pluralizando, as dinâmicas de luta e resistência, sem perder força no processo, mas sim crescendo com ele.

A luta continua...

/// NOTA

1 http://goo.gl/csDtir

INFORMAÇAO ACTUALIZADA:
stopdemolicoes.tumblr.com
FB: stopdemolicoes
stopdemolicoes@riseup.net

As cidades sensíveis

A cidade do Porto é desde 2013 um laboratório experimental para um determinado tipo de cidade totalitária disfarçada de "cidade amiga" dos seus habitantes. Mais de 800 sensores estão já a ser usados para captar todo tipo de informação sobre mobilidade, ruído e dados ambientais.

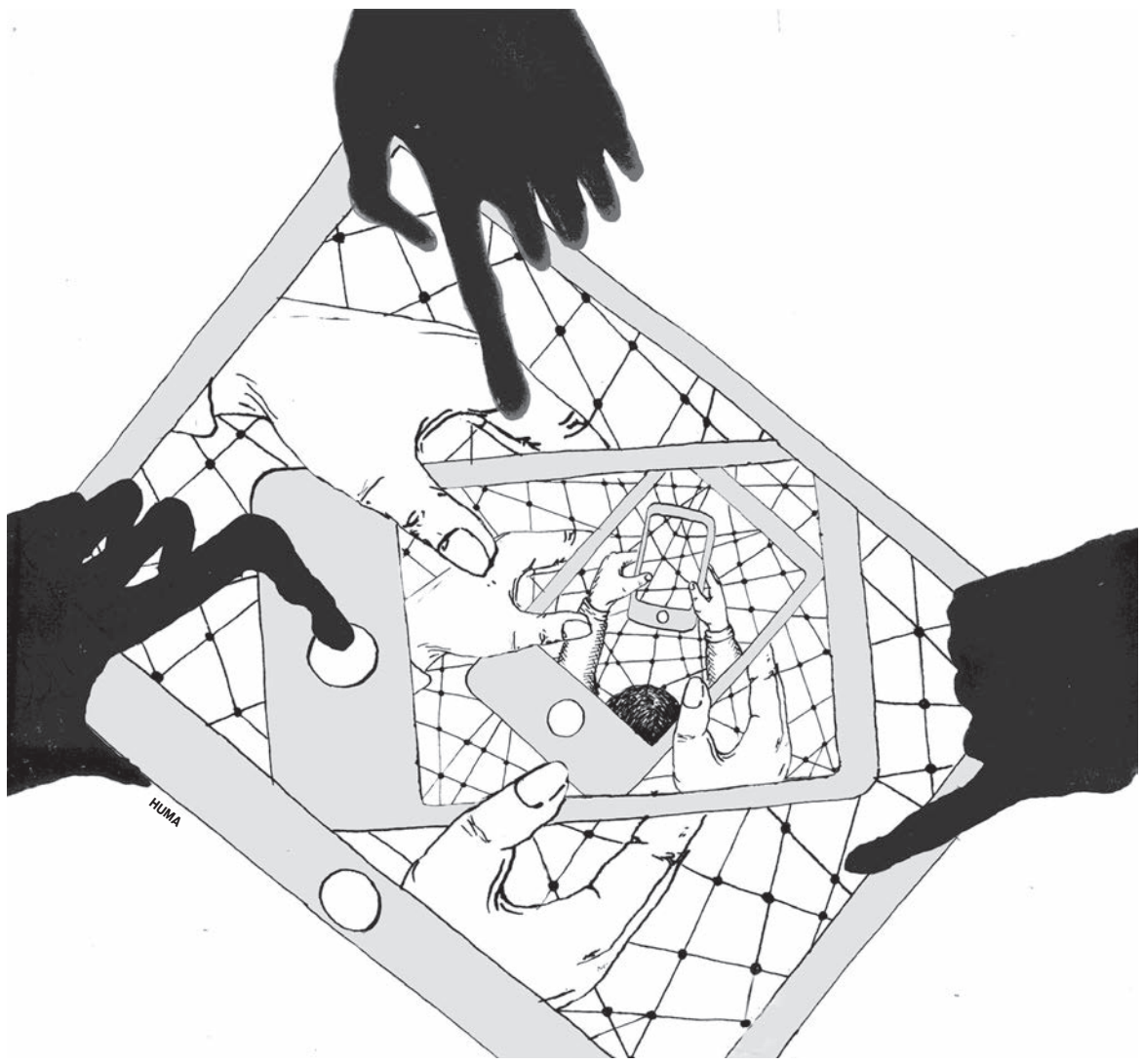
"Sabemos onde estão. Sabemos onde estiveram. Podemos mais ou menos saber em que estão a pensar."

—antigo CEO da Google Eric Schmidt

"Em Deus confiamos. O resto monitorizamos"

—NSA

BRUNO AFONSO



Em 2013 iniciou-se o projecto Future Cities na cidade do Porto. Um projecto que conta com a participação da Câmara do Porto e que serve como teste social e tecnológico onde são monitorizados vários aspectos da vida da cidade e dos seus cidadãos. Para esse fim foram instalados sensores pelas ruas e transportes públicos da cidade. **"Utilizamos a cidade como um laboratório vivo para instalar uma rede de sensores."**, diz Filipe Araújo, Vereador de Inovação e Ambiente da CM Porto. **"Neste momento já se utilizam mais de 800 sensores. Temos a cidade a captar uma série de informação — seja de mobilidade, ruído, dados ambientais. Isto permite ter uma monitorização quase online de vários parâmetros da qualidade de vida urbana. É importante para a cidade porque vai-nos permitir ter uma actuação muito mais eficiente."**

O projecto do Future Cities congrega diferentes áreas de investigação como urbanismo, psicologia, engenharia biomédica e informática. Com um investimento de 2,3 milhões de euros da Comissão Europeia (FP7-Capacities) e 700 mil do QREN (através do projeto I-CITY, Future Mobility e Future Health), conta ainda com a parceria de várias empresas e entidades, nacionais e internacionais. Entre estas podemos contar com a Universidade do Porto, Metro, STCP, Dell, IBM, Cisco, Microsoft, EDP, entre outras. Com este projecto, o Porto **"está a chamar todas as empresas multinacionais que queiram vir testar os seus produtos, que queiram ver como é que uma Smart City se pode posicionar."**

Os sensores instalados na cidade cumprem diferentes funções e estão espalhados por vários locais, mas não estão assinalados na via pública. Uns estão nos transportes públicos, outros estão nas ruas ou dentro de edifícios, mas todos comunicam entre si. A informação que recolhem é armazenada e tratada dentro do mesmo sistema. Vários dos sensores instalados estão a ser usados em táxis e autocarros da rede STCP. "**No caso dos autocarros, nós passamos a ter muitos sensores"**, diz João Barros, da Faculdade Engenharia Universidade Porto, **"Todos eles estão a coleccionar dados que podem ir desde a qualidade do piso, da qualidade do ar, até ao próprio estilo de condução do condutor do autocarro. Dados muito diferentes, mas que são geo-referenciados. Portanto conseguimos ter um mapa, por exemplo, da poluição, saber qual é o ambiente acústico em várias áreas, e através de sensores nas próprias pessoas conseguimos detectar estados emocionais."** No caso dos sensores instalados nas ruas, **"conseguimos detectar quando é que há veículos que estão parados num corredor de BUS ou em segunda fila que impedem os autocarros de seguir o seu caminho."**

Sensores ambientais estão também a ser instalados nas ruas do Porto. Na Rua das Flores, umas das principais ruas do centro histórico da cidade, foram implementados contadores de pessoas e unidades com sensores de ruído, humidade, temperatura e radiação solar. Ao todo serão instalados 75 destes aparelhos pela cidade. Para já o Porto está a ser pioneiro neste tipo de monitorização social, mas João Paulo Cunha, da Faculdade Engenharia Universidade Porto, diz que "**a partir de certa altura estas questões das cidade de futuro, living labs, e utilização de informação massiva móvel, vai-se tornar incontornável para qualquer cidade.**"

Isto é uma realidade actual, moderna. A tecnologia faz parte do dia-a-dia das pessoas, das cidades, onde novas e melhores formas de monitorização surgem todos os dias. A tecnologia é barata, a sua aceitação está estabelecida e é totalmente aceite, bem vinda. Neste sentido o projecto da Future Cities disponibiliza uma aplicação de telemóvel para quem se queira tornar voluntário do projecto. Chama-se "*SenseMyCity*". É uma aplicação que recolhe e analisa informação a partir dos sensores do smartphone. Tem como principal objectivo recolher dados relativos aos padrões de mobilidade do utilizador. Usando os dados de todos os seus utilizadores, consegue criar estatísticas relativas à população em geral, identificando zonas com trânsito mais lento, locais ou situações que aumentam os níveis de stress dos condutores, quais os níveis de poluição em diversos pontos da cidade, e muito mais. O *Big Data*, (toda a informação acumulada) é gerado ininterruptamente, sendo alimentado por todas estas fontes, em tempo real e com uma rapidez alarmante. Esses dados são usados para estudos analíticos e estatísticos, dos quais novas aplicações são exploradas todos os dias.

Antes da aplicação "*SenseMyCity*" ficar disponível ao público foi testada por motoristas de autocarros, agentes da polícia e bombeiros. Os dados recolhidos foram utilizados para estudos nas áreas das ciências sociais e psicologia. Outros sensores externos podem ser conectados ao smartphone — tais como sensores pessoais para registar dados como o batimento cardíaco ou sensores para aceder aos dados do motor do carro, fornecendo assim mais informação à aplicação.

O MUNDO DIGITAL E O VALOR DA INFORMAÇÃO — SE NÃO TENS DE PAGAR PARA USAR UM SERVIÇO, ENTÃO O PRODUTO ÉS TU.

Os smartphones alteraram drasticamente a forma como as pessoas vivem — como interagem entre si, como comunicam, como consomem informação. Tornou-se

Com um investimento de €2,3 milhões de euros da Comissão Europeia e €700 mil do QREN conta ainda com a parceria de várias empresas e entidades, nacionais e internacionais(...) Entre estas podemos contar com a Universidade do Porto, Metro, STCP, Dell, IBM, Cisco, Microsoft, EDP (...)

num assistente pessoal, sempre activo e presente, que acompanha diariamente as pessoas na gestão e organização da sua vida. A confiança está criada e estabelecida entre o utilizador, o telemóvel e as suas aplicações. No entanto qualquer aplicação instalada num smartphone pode alterar, e altera regularmente, os seus 'Termos de Utilização'. Tudo acontece de forma discreta. Em qualquer momento a aplicação pode modificar as suas políticas de utilização, os dados do telefone a que têm acesso, ou o que é feito com a informação a que podem aceder. Não há código de honra, não há responsabilidade, não há medos nem receios nem sanções — é território livre. Até certo ponto. Os termos ainda são vagos e pantanosos, e a lei continua muito lenta face à rapidez do mundo actual, do mundo digital.

"Se não tens de pagar para usar um serviço, então o produto és tu." Ninguém te menciona isto ao instalar uma aplicação, ou quando te registas num website.

Existem muitos buracos no que respeita à protecção de privacidade. A informação recolhida é vendida às mais diversas empresas, dos mais variados ramos. Em Julho de 2014, saiu uma notícia na revista *Business Week* que mencionava as acções do Carolinas HealthCare, o maior grupo de centros médicos da Carolina do Norte e do Sul, nos Estados Únidos, com mais de 900 centros, onde se incluem lares e hospitais. O grupo compra informação (recusando-se a mencionar o nome da sua fonte) sobre as compras e transacções feitas com o cartão de crédito dos seus pacientes. Baseando-se nos hábitos de consumo dos seus clientes, usam análise e estatística para traçar quais os perfis de risco, avisando-os com antecedência do perigo que correm. Usam como exemplo um paciente com asma. Definem o seu nível de risco com base em vários factores, como a poluição na sua área de residência, a última vez que comprou medicamentos na farmácia, ou se tem comprado cigarros no café.

Noutro exemplo, uma loja Target, também nos Estados Unidos, enviou a uma adolescente uma nota felicitando-a pela sua gravidez. Essa conclusão surgiu da análise de consumos que a Target tinha dela, dos produtos que comprava e da regularidade com que os começou a comprar. A Target não tinha certezas de nada, tudo eram probabilidades, mas probabilidades altas. Para um motor de pesquisa como o Google, o Yahoo ou o Bing, se procuras muito sobre um certo tema, eles definem que provavelmente esse tema te interessa.

Se numa rede social partilhas o teu hábito de ir a concertos, se mencionas que gostas de uma determinada banda e se essa banda for tocar à tua cidade, então a probabilidade de assistires a esse concerto é enorme. Isso é prever o futuro .A recolha e tratamento de informação acerca de ti permite-lhes prever as tuas escolhas, os teus futuros prováveis, permite-lhes prever com alguma certeza que naquele dia, aquela hora, tu vais estar naquele lugar.

Numa conferência da TED em 2005, o matemático Arthur Benjamin disse que **"quem controla probabilidades domina o futuro."** Esse parece ser o caso em Londres, onde a polícia começa a pôr em prática um sistema de probabilidades para identificar localizações com um potencial risco de crime. O sistema baseia-se na região demográfica, assim como nas horas e na actividade de redes móveis (mantendo o anonimato dos seus utilizadores), na recolha de imagens de câmaras de vigilância, e muito mais. Referem que o sistema apresenta uma precisão de 70%.

Por exemplo nos Estados Unidos, a Microsoft em parceria com a polícia de Nova Iorque (NYPD) criou uma ferramenta de prevenção de crime a que chamam de DAS (Domain Awareness System). A base é a mesma. Agregar e analisar informação. Prever o crime.

Uma situação idêntica acontece na cidade do Porto. Em Janeiro de 2014, na conferência "Future Cities" no Mosteiro de São Bento da Vitória, a Câmara do Porto referiu que pretende usar os sensores instalados dentro do projecto de Future Cities para servir **"como instrumento essencial no aumento dos níveis do sentimento de segurança e para a diminuição da criminalidade."** Já António Leitão da Silva, representante da polícia municipal do Porto, refere que pretende usar o serviço porque **"tudo aquilo que a tecnologia puder trazer para a causa da segurança pública é importante."**

Inevitavelmente, o uso da tecnologia na regulação de diferentes aspectos da vida da cidade implica um maior controlo da população e da vida individual — um controlo que está directamente relacionado com a economia das sociedades futuras e com o progresso da chamada sociedade de bem estar.

Mas não é só a nível de segurança e controlo que as ferramentas de análise de *Big Data* entram em uso. Existe aqui um enorme potencial comercial. A Amazon foi a primeira a mostrar este interesse. No início de 2014 patenteou o conceito de pré-entrega (*pre-shipment*), ou venda antecipada — a entrega de um artigo que o utilizador ainda não comprou. Baseia-se na previsão, com base em dados estatísticos, de que o utilizador irá comprar determinado artigo, mesmo antes de ele o adicionar ao carrinho de compras e efectuar o pagamento. Padrões de compra, zona demográfica, hábitos de navegação, etc. — tudo conta para análise.

Em 2012 a IBM proibiu o uso do Siri (serviço de reconhecimento de voz da Apple, disponível, de raiz, em qualquer iPhone) a qualquer um dos seus funcionários. A razão está nos "Termos de Utilização" da Apple:

"Ao utilizar o Siri ou o Dictation, você concorda e permite à Apple e aos seus concessionários e agentes, a transmissão, a recolha, a manuntenção, o processamento e uso desta informação, incluindo o seu input de voz e a informação de utilizador,de forma a fornecer e melhorar o Siri, o Dictation e outros prdutos e serviços da Apple".

Talvez nunca tenha sido tão importante lermos os "Termos de Utilização" de qualquer serviço, aquelas letras miudinhas que sempre ignoramos. Actualmente a aplicação mobile do facebook tem permissão para ligar o microfone do telemóvel, registar a localização, ler mensagens de texto (SMS ou MMS), transferir ficheiros sem notificação, ler/modificar contactos, ler compromissos e informações confidenciais, etc.

Enquanto o controlo for disfarçado como serviço, nós vamos continuar a ser controlados. Não há consciência, não há luta, não há resistência. A adesão é total. Mais consumo de tecnologia, mais dependência das redes sociais. Tudo é um serviço, tudo é para o teu bem, tudo é gratuito. Não há castigo. Vigiam e recompensam. É esta permissão, esta vulgarização do que é observação e controlo, que está aos poucos a moldar o nosso subconsciente, a fazer parte integral do dia-a-dia, e com isso a aumentar o nosso nível de tolerância. O mundo digital criou um enorme mercado de recolha e análise de informação. Esta informação é valiosa. E alguém a está a comprar.

HUMA

FIWARE é uma plataforma de software público-privada financiada pela Comissão Europeia e pela Telefónica (a gigante de telecomunicações espanhola), assim como por 40 outras organizações. É um sistema que pretende promover e facilitar o desenvolvimento de aplicações e serviços dentro do conceito de *Smart Cities*, tentando criar um padrão para o desenvolvimento das aplicações na Internet do Futuro. Ao tornarem-se o modelo de base desta tecnologia estarão a acumular um manancial de informação, oriunda de todo o lado. Isto inclui informação pessoal dos utilizadores (caso alguém faça uma app, use perfis e informação pessoal, no FIWARE), e informação das cidades, tal como os sensores que estão a ser instalados no Porto pelo projecto das Future Cities. Tudo se conecta nesta plataforma para gerar e organizar informação.

Quem quiser, pode fazer isso noutra tecnologia, é claro, mas a questão do FIWARE é que não é só tecnologia que eles oferecem, eles também oferecem informação. Tudo vai para a "nuvem" (*cloud*), e qualquer um pode ir lá buscar esses dados, com a devida permissão do sistema.

Tudo o que se faça numa app, toda a informação gerada, passa a estar à disposição da empresa, porque passa primeiro pelo sistema FIWARE antes de ser mostrada no visor do telemóvel.

Este sistema é apelativo porque baixa os custos de desenvolvimento das aplicações, disponibilizando os métodos e a tecnologia — combinando *Open Data* e uma série de API's (*Application Software Interface)* que facilitam esse processo de criação. O método é o seguinte: a aplicação envia para o FIWARE os dados que recolhe dos sensores e dos utilizadores, a plataforma organiza, armazena e devolve esses dados formatados e prontos a usar.

Todos os dados recolhidos e enviados para o FIWARE são armazenados na cloud para que possam ser usados por outras aplicações. Quantos mais projectos usarem o FIWARE, mais informação existe na cloud. Toda a informação gerada por apps (públicas ou privadas) é armazenada no mesmo espaço, nos servidores do FIWARE. Qualquer aplicação pode começar o seu desenvolvimento usando já os dados reais de uma cidade, ou de um sector, dados produzidos por grandes empresas, universidades, e pelos próprios utilizadores. *Big Data* está constantemente a ser alimentado. Este sistema está preparado para ser implementado em diversos sectores, como a saúde, educação, transportes, energia, ambiente, agricultura e logística.

É um projecto muito ambicioso que teve início em 2011. Agora está implementado e à procura de projectos para serem desenvolvidos com esta tecnologia. Bruxelas anunciou um financiamento de 80 milhões de euros a empresas e empreendedores. Nesse sentido foram criadas várias aceleradoras, distribuídas pelos vários países da União Europeia, com a possibilidade de financiamento em troca de ideias e projectos a correr em cima desta plataforma.

Apesar de ser um projecto europeu, tem perspectivas de expansão internacional, tendo já feito acordos com o México e Brasil.

A floresta que nos resta

ANDRÉ PAXIUTA

JOÃO GOMES E FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

«Nos cumes mais elevados encontram-se, nos lugares húmidos, os bosques de vidoeiros e sobre os rochedos as sorveiras. Nos lugares mais baixos atingem-se no norte de Portugal os bosques de carvalhos, em que as árvores estão suficientemente próximas para darem sombra aos caminhos e suficientemente afastadas para permitirem a passagem.

Os vales do Minho estão cobertos de bosques de carvalhos contínuos. Em seguida surge a região dos bosques de castanheiros, os verdadeiros bosques deste país, cujas árvores se tocam pela folhagem. Ornam as encostas da Serra do Marão, da Serra da Estrela, na direcção do Fundão, da Serra de Portalegre e de Monchique. No sopé das grandes montanhas encontram-se os pomares, onde a cultura dos frutos é sinal de região fria. Mais abaixo surgem a árvore da cortiça, o carrasco, o pinheiro-marítimo, em seguida o limoeiro e finalmente a laranjeira. A oliveira está ainda mais espalhada, encontra-se perto dos vidoeiros do Gerês e ao lado das laranjeiras, perto de Lisboa.»

Essai Statistique de Balbi **(1822)** baseado nas viagens de **Hoffmansegg** e **Link**

Principiamos este artigo – iniciado no número anterior do MAPA – com esta descrição, quase idílica, daquilo que seria Portugal há 200 anos... Um território em harmonia, no convívio entre o ser humano e a restante natureza. Hoje, a grande questão da nossa existência e subsequente sobrevivência das gerações futuras prende-se com a procura e gestão desse equilíbrio. Não sendo em si o equilíbrio absoluto um fim atingível – levaria à estagnação da evolução da vida – mas um principio ético e pragmático, de respeito pelo passado, presente e futuro. Nesse âmbito que país florestal é então o nosso? Quais as consequências que semeámos na paisagem, desde este (distante) apontamento de viagens? E em que medida a floresta ilustra e reflete a história social e política portuguesa?

O HOMEM E A FLORESTA

As florestas surgem e desenvolvem-se como consequência de fatores evolutivos, naturais e culturais, num processo contínuo. As florestas têm valor intrínseco sendo essenciais aos ecossistemas que formam. É o ser humano que evoluiu em estreita dependência destes meios e neles se imiscuiu.

Atualmente todas as florestas naturais foram manipuladas pelo Homem. A grande diferença nas últimas décadas é a dimensão espacial e temporal dessa manipulação. Se até aqui falávamos de "desadensamento", controlo de espécies nativas consideradas indesejadas, de seleção não natural daqueles indivíduos com melhores características para um determinado fim (partindo de espécies locais), atualmente introduzimos espécies de locais totalmente diferentes e distantes sem avaliar possíveis impactos futuros Produzimos monoculturas em escalas inimagináveis no século passado e "resolvemos" os problemas potenciando outros num futuro próximo (atirar a bomba para os próximos).

Perante este salto abismal na transformação do território, é essencial pensar e cuidar as florestas que ainda nos rodeiam e as que nos deviam rodear. As florestas, para além do seu valor intrínseco e só por isso "merecedor" de respeito e atenção, apresentam um variadíssimo leque de valências com importância e implicação decisiva nas nossas vidas e nas dos que nos seguirem.

É às florestas que devemos agradecer o ar que respiramos. São elemento chave no ciclo hidrológico, contribuindo para a humidade e precipitação, em consequência da sua transpiração, além de promoverem a infiltração de água nos solos e consequente recarga dos aquíferos. Contribuem ainda de forma imprescindível para a retenção do solo, um recurso que pode ser considerado não renovável, tal a lentidão do seu processo de regeneração. São por fim o habitat de um sem número de seres vivos, sendo reservas insubstituíveis de biodiversidade. Para o ser humano são um manancial de recursos: madeira e lenha (material de construção, fabrico de papel e corda), alimento (de raízes, folhas e frutos, de cogumelos e animais), dispensário de medicamentos, conhecidos (e potenciais) e claro local de lazer e fascínio.

Desde que adquirimos o conhecimento para semear e plantar, de forma premeditada e controlada, começamos a introduzir e manipular espécies consideradas úteis em ambientes onde estas não existiam antes. Foram necessários alguns milénios para fazer chegar certos cereais à Península Ibérica, que hoje fazem parte da base da nossa alimentação. Estas introduções provocaram alterações na paisagem e nos ecossistemas, mas durante os primeiros milénios de ocupação humana foram feitas de forma gradual. Estas ações conduziram a impactos relativamente reduzidos quando comparados com o que tem acontecido nas últimas décadas. Espécies como a oliveira, a figueira ou a romãzeira, introduzidas no passado, fazem agora parte de uma paisagem cultural em Portugal. Mas quer pelas espécies em questão, quer pelos métodos produtivos tradicionais utilizados, a sua existência manteve-se em equilíbrio com os ecossistemas existentes. Já a história mais recente é outra, bem diferente, com o eucalipto, espécie australiana, a ocupar 35% do território.

DOS PRIMEIROS MILÉNIOS ÀS CARAVELAS PORTUGUESAS

De caçadores recoletores passámos a agricultores e pastores. Assim viveram os nossos antepassados durante milénios. Até há pouco tempo, nessa escala temporal, a relação com a terra e as florestas moldava o nosso dia-a-dia, a nossa própria identidade. No entanto, no curto intervalo de algumas décadas, a maioria da população converte-se em meros consumidores e a paisagem em postal ilustrado, com a agravante de tão pouco questionarmos a nossa condição e inclusive pensarmos que sempre foi assim. Durante centenas de gerações de ocupação do território, os nossos antepassados viveram com as florestas e do que estas lhes ofereciam. Hoje, poucas gerações depois, já nem sabemos o que são.

A transformação da paisagem no território português, às mãos do ser humano, começou há cerca de 5000 anos com a expansão das práticas agrícolas e pastorícia. Só com a chegada do império romano a estas partes, há cerca de 2000 anos, é que se volta a verificar um aumento da desflorestação, principalmente, com a produção de vinha e o ordenamento da propriedade agrícola. Numa fórmula que se prolongará no tempo, a expansão romana promoveu uma homogeneização administrativa e de práticas por todo o seu império. O aumento da população e a sua consequente hierarquização potenciaram os problemas.

Os visigodos introduziram algumas medidas de proteção às florestas que terão servido de base aos primeiros regulamentos instituídos mais tarde no início da monarquia. Mais uma vez, na base destas medidas, os sistemas hierarquizados surgem a defender interesses próprios, neste caso a caça. Mas remonta igualmente ao direito romano e germânico o uso comum dos baldios, usufruto comunitário das florestas e terras incultas em torno das populações. Há 1000 anos atrás, prosseguindo as marcas na floresta do uso da madeira para as embarcações árabes, surgem durante a primeira dinastia algumas medidas de proteção das florestas, sempre com o intuito final de preservar a caça para o lazer da corte e senhores feudais. Mais tarde, como todos aprendemos, Dom Dinis criou o Pinhal de Leiria. Na realidade o pinhal já existia, tendo apenas sido aumentada a sua área, mas desta feita – e este sim é o feito infeliz do rei "Lavrador" – com pinheiro-bravo importado de França, quando o que existia em Leiria era pinheiro-manso.

> Atualmente todas as florestas naturais foram manipuladas pelo Homem. A grande diferença nas últimas décadas é a dimensão espacial e temporal dessa manipulação.

No século XIV um aumento natural das áreas florestais é atribuído a uma pequena idade do gelo coincidente com a peste negra e consequente diminuição da população. Rapidamente se reverteu esta situação com a necessidade da Expansão Portuguesa em fabricar embarcações para os sucessivos empreendimentos marítimos. Só para a campanha da Índia e do Brasil construíram-se 1000 a 1500 naus que implicaram o corte de mais de 5 milhões de carvalhos. A passagem à Idade Moderna, com a ascensão dos estados nação europeus, marcou a primeira era global de transformações do planeta. O progresso e a modernidade colonial europeia, no afã das riquezas do "El Dorado", faz-se à custa da transferência em larga escala de plantas, animais, alimentos, doenças transmissíveis e culturas a ocidente e a oriente, abaixo e acima do equador.

Neste primeiro grande evento global promovido pela ação humana na ecologia planetária, não seria necessário embarcar para assistir aos seus efeitos. No reinado de D. João V a desflorestação atinge máximos históricos. Mais uma vez a possibilidade de utilizar recursos de outras paragens faz com que não se cuidem dos que nos rodeiam. A importação de madeiras do Brasil, fonte aparentemente infindável, desvaloriza a desflorestação do território português em detrimento da expansão de culturas como o cereal e a vinha, assim como o fabrico de carvão.

Uma das consequências destas

empreitadas marítimas é a transição da guarda de parte das florestas do Concelho Real para a própria Inspecção de Marinha. Se até ao início da expansão marítima a principal preocupação era a existência de recursos cinegéticos para as montarias reais, rapidamente a preocupação centra-se na construção naval. Os novos tempos, já não feudais, querem-se industriais. Ao mesmo tempo, a agricultura foi outro aspeto determinante na alteração da paisagem, acentuada com a introdução de novos produtos, como a batata em detrimento da castanha. As serras foram-se cobrindo de um extenso e continuo pinhal onde outrora dominava o carvalhal. O pinheiro-bravo tornou-se rapidamente a espécie mais presente no território português.

ANDRÉ PAXIUTA

O pinhal foi a mais penalizada das áreas da fileira florestal portuguesa por culpa dos incêndios e das pragas

A FLORESTA CIENTÍFICA

No século XIX, com um território já com apenas 10% de área florestal, plantam-se pinhais no litoral para reter o avanço das areias para terrenos agrícolas. Diretivas emanadas dos Serviços Florestais, que surgem então com Andrade e Silva, no que se estabelece como o apoio científico na gestão florestal. É durante este século que boa parte dos terrenos florestais passam para as mãos de privados, e uma pequena parte para o estado pela então criada Administração-Geral das Matas. Os terrenos baldios, de uso comunitário, permanecem maioritariamente nas áreas de serra a Norte do Tejo. A ciência e a maximização económica moldam a paisagem florestal. A ciência do engenheiro florestal condena as atividades tradicionais na floresta, culpabilizando-as mesmo pela destruição da floresta primordial e impondo a "floresta científica", conceito que, a partir da Alemanha desde a segunda metade do século XVIII, influenciou a política florestal. A silvicultura em Portugal desenvolve-se então em torno da criação do Curso Superior Agrícola e Florestal, da florestação dos baldios, das prioridades da hidráulica florestal em apoio a obras de engenharia civil e da fixação das dunas.

No século XX o Estado Novo utiliza claramente estes meios para atingir os seus fins de controlo social. A florestação das dunas corre como programado, mas nos terrenos baldios surgem fortes resistências locais. Como já ocorrera durante a 1ª República, o que marca este século é, como referiu a antropóloga Inês Fonseca, um contínuo empenho do estado em "usurpar" e "reflorestar" os baldios. As áreas florestais não cultivadas, de uso comunitário, não representavam apenas "territórios de liberdade", como estavam à margem do controlo económico e político. É nesse sentido que as políticas florestais foram uma extensão direta da identidade totalitária do Estado Novo sobre o território e as populações. Estas vêem os seus terrenos de uso comunitário serem apropriados pelo estado, obrigando-as a abandonar as suas práticas ancestrais e modo de vida e muitas vezes a terem mesmo de procurar morada noutras paragens. Por isso, as palavras de Aquilino Ribeiro em "Quando os Lobos Uivam" (1959) valeram-lhe um processo judicial pelo retrato "demasiado" fiel do que se passava pelas serras do país: "em despeito do desagrado latente das aldeias em fase do anunciado plano de arborização (…) o Estado português, potência hirta, de molde ainda mais faraónico que afonsino, entendeu executar a obra projetada nas carteiras teóricas dos Serviços Florestais".

Feitas as contas de 1939 a 1960 arborizaram-se cerca de 190 mil hectares, contra os 21 mil hectares arborizados entre 1888 e 1938. Ao mesmo tempo, porque no pinheiro basta que se parta a ponta enquanto são pequenos, para que a árvore fique perdida, é criado o Guarda Florestal, de olhar atento, às pessoas e aos pastoreios em defesa da riqueza silvícola… Para os Serviços Florestais "a arborização não mudava apenas a cobertura vegetal do solo era também um meio para acabar com gente 'primitiva' e formas de vida 'arcaicas' e, como tal, era mais um instrumento de que o estado dispunha para reeducar o povo, fazendo surgir o 'homem novo'"[1]

A política de desenvolvimento ruralista de Salazar iniciada com a Lei do Povoamento Florestal de 1938 acentua a senda de industrialização do território. O discurso oficial, promovendo o controlo das atividades pelo capital industrial, que surge no 1º Plano de Fomento de 1953 e desenvolvido no 2º Plano de Fomento de finais dessa década e início dos anos 60, tem como uma das suas bandeiras o incremento do povoamento florestal, isto é das áreas de pinhal. Ao mesmo tempo a campanha do trigo foi outra das estratégias que devastou grande parte do território, com especial incidência nos montados a Sul do Tejo. À parte da perda da biodiversidade existente nas áreas de montado, a desflorestação e a plantação em grande extensão de trigo, provocou sobretudo graves problemas de erosão dos solos que ainda se fazem sentir nos dias de hoje.

> Numa fórmula que se prolongará no tempo, a expansão romana promoveu uma homogeneização administrativa e de práticas por todo o seu império.

DO ABANDONO AO EUCALIPTO

A partir dos anos 60 do século XX Portugal assiste a um gradual despovoamento do mundo rural, fomentado pela imigração e pelo crescimento das cinturas industriais no litoral. Quebrada a relação quotidiana com a floresta, as populações passam a vê-la à distância, como paisagem, investimento ou matos ao abandono. Quando chegados à união europeia, com a entrada em vigor desde os anos 90 das políticas agrícolas e florestais comunitárias, é selado pela classe política – com o engodo ao clientelismo popular dos subsídios – o compromisso de transformar Portugal num espaço não produtivo, económica e socialmente. Entranha-se a dependência do mercado global para suprir necessidades básicas como a alimentação.

Ao mesmo tempo Bruxelas impõe a aplicação de alguma legislação de cariz protetor, principalmente centrada no sobreiro e na azinheira, mas sempre com poucos resultados. Primeiro com multas pouco onerosas para o infrator: corte de sobreiros com multas de 15 a 15.000 euros (D.L. nº172/88), corte de azinheiras com multas de 3,5 euros (D.L. Nº131/82), quando o infrator em 1996 recebia aproximadamente 20 euros por árvore vendida como lenha. Depois, de forma a garantir que estas ténues medidas não criam obstáculos reais ao desígnio "resort" determinado a Portugal, surgem os projetos PIN (D.R. Nº8/2005 – D.L. Nº174/2008) que contornam qualquer legislação com a presunção de serem projetos de interesse nacional (onde cabem projetos turísticos, campos de golf, infraestru-

ANDRÉ PAXIUTA

turas rodo-ferroviárias, etc.).

A floresta é já então em Portugal sinónimo de fogos de verão e eucaliptos. Uma realidade que remonta à década de 70, quando a indústria da pasta do papel começa a expandir-se com a plantação em larga escala de eucaliptos. O Estado vai atrás e promove uma serie de alterações legislativas que incentivam os pequenos proprietários a plantarem eucalipto para venda à industria. Não é por acaso que as primeiras lutas ecológicas em Portugal se fazem contra o eucalipto. Ficamos para ver o que se seguirá quando os terrenos deixarem de ter a produtividade desejada pela industria do papel (3 a 4 ciclos de crescimento, ou seja uns 60 a 80 anos). A industria já se está a preparar com fortes investimentos em plantações do mesmo eucalipto noutras paragens do planeta, como o Brasil ou em África.

Nas últimas décadas assistimos ao assalto do território por parte da indústria da celulose, assim como a uma serie de programas de reflorestação de incultos, principalmente em ambientes de montanha, penalizando e excluindo o uso diversificado dos terrenos promovendo a dependência de subsídios. Com tudo isto reduzimos as áreas florestais que as povoações dessas regiões tinham como recursos nas suas vidas (recolha de alimento e madeira, caça, agricultura e pastoreio) levando ao seu abandono. Os poucos e pequenos terrenos que ficaram para trás, nada davam às pessoas que entretanto mudaram de estilo de vida se não mesmo de morada. A "solução" esteve sempre à espreita: plantar eucaliptos, aliciados pelo dinheiro rápido. Em apenas duas ou três décadas criou-se em Portugal a maior área contínua de eucalipto da Europa. Levadas a abandonar as suas terras, as populações e territórios ficaram dependentes da economia mono cultural e monopolista da indústria do papel.

Atualmente a fileira florestal portuguesa ocupa 35,4% do território nacional, após um decréscimo de 57 mil hectares entre 2005 e 2010, em que o pinhal foi o mais penalizado pelos incêndios e as pragas, com menos 250 mil hectares nos últimos 20 anos. Em sentido contrário, cresceu o eucalipto com um aumento de 100 mil hectares nessas mesmas duas décadas, liderando hoje as monoculturas designadas como florestas, com 811.043 hectares, seguidos do pinheiro-bravo (714.445), do sobreiro (736.775) e da azinheira (331.179). Estes números expressam a política florestal portuguesa, que, coerentemente, no rescaldo dos incêndios de outubro de 2013, vê vigorar um novo regime legal que considera os eucaliptos como qualquer outra espécie florestal, deixando de estar sujeito à regulamentação própria que existia desde 1988.

ANDRÉ PAXIUTA

Floresta de carvalhos. Pitões das Júnias, Serra do Gerês.

NA PROCURA DA FLORESTA

No percurso acima traçado – sobretudo nos últimos 200 anos que nos separam das expedições botânicas de Hoffmansegg e Link – é por demais evidente como se deu cabo da floresta. Entendamos a floresta como um sistema complexo, onde as árvores são dominantes, mas todo um conjunto de outras espécies, arbustivas e herbáceas, interagem entre si e com os outros seres vivos que a habitam. Inclusivamente as populações, que desse território fizeram em boa parte as suas áreas comunais. Hoje quando se fala de floresta fala-se de critérios económicos de rentabilidade rápida: de silvicultura, paisagens mono culturais que de natural pouco ou nada têm.

As explorações florestais e agrícolas, mono específicas reduzem perigosamente a biodiversidade, uma riqueza que deve ser considerada de todos. A homogeneidade das culturas potencia o impacto dos incêndios e uma maior propagação de doenças. Deixou de ser novidade nas últimas décadas o desequilíbrio entre a taxa de desflorestação e a de plantação de novas árvores, acelerando-se o processo de desertificação e as suas consequências.

Para o ser humano, como para a floresta – como aglomerado de espécies – os problemas são os mesmos de sempre – sobreviver, individualmente e como espécie. Para tal, tem de comer e reproduzir-se. Interagir com os outros e com o meio. As disputas pelo controlo e uso do território fazem parte deste processo, comum a todo o mundo natural. E é precisamente aqui, no alcance e escala da nossa capacidade de transformar e intervir sobre o meio natural, a par da nossa incapacidade de compreender o impacto e consequências das nossas ações que o presente adquire um caráter único. Uma aldeia queria os terrenos da aldeia vizinha e lutavam entre eles. A aldeia grande queria ser maior e disputava terras com as aldeias grandes vizinhas. Esta noção de crescimento é a mesma que encontramos repetidamente em qualquer meta do desenvolvimento imposto pela pauta da produtividade económica, ou qualquer outro sistema unidimensional que sacrifique a pluralidade de interesses e necessidades a um só eixo definidor. A figura pode não ser a aldeia, mas a expansão florestal, que toma para si mesma a designação ilusória de floresta, enquanto delapida o território da verdadeira floresta.

Entender e procurar a floresta que nos resta, reforjar laços quebrados, impõe-se-nos quando começamos a entender o alcance e consequências que as nossas ações, mesmo quotidianas, podem ter. Quando deixamos de ver a terra que nos alimenta, de contar os recursos usados para nos aquecermos e deslocarmos, ou as montanhas de lixo que constantemente produzimos, esquecemos que o planeta é um todo interdependente. Procurar a floresta que nos resta, pode ajudar-nos a entender o espaço que vivemos e a forma como o fazemos redimensionando-nos no nosso próprio território. Poderá em última análise ajudar-nos a perceber o nosso lugar na natureza e o dela nas nossas vidas e assim, quem sabe, reencontrar enfim a floresta para nela – e com ela – viver.

Em apenas duas ou três décadas criou-se em Portugal a maior área contínua de eucalipto da Europa. Levadas a abandonar as suas terras, as populações e territórios ficaram dependentes da economia mono cultural e monopolista da indústria do papel.

/// NOTAS

1 Dulce Freire (2004) «Os baldios da discórdia: as comunidades locais e o Estado» (http://www.academia.edu/3792242/Os_Baldios_da_disc%C3%B3rdia_as_comunidades_locais_e_o_estado)

Repressão de activistas acusados de cibercrime

Várias pessoas foram surpreendidas com detenções e acusações de crimes informáticos, numa enorme campanha de intimidação à liberdade de expressão.

LEONOR MACHADO

No passado dia 26 de Fevereiro, 24 casas foram invadidas com mandados de busca e apreensão, alegadamente por crimes informáticos. Sete pessoas foram detidas pela manhã e uma oitava pela tarde, já depois de ter sido libertada de manhã, tendo ficado 14 como arguidos. A operação C4R3T05 (Caretos) teve o seu início em Abril de 2014 e foi levada a cabo pela Procuradoria-Geral da República e Polícia Judiciária (PJ), contando com mais de 70 funcionários especializados com o objectivo de localizar e apreender indivíduos suspeitos de acções ligadas aos Anonymous. As acusações dos detidos incluem crimes de sabotagem informática, de dano informático, de acesso ilegítimo e indevido, e associação criminosa – ainda que muitos dos arguidos não se conheçam.

Aos 14 arguidos, e mesmo a parentes mais próximos, foi apreendido todo o seu equipamento informático, o que inclui todo o tipo de aparelho para armazenar documentos, assim como telemóveis. Sara Didelet, uma das arguidas, reside com a sua família, tanto a sua mãe como o seu namorado ficaram também sem qualquer equipamento informático apesar do mandado, em nome da Sara, não incluir o agregado familiar. Cerca de 20 minutos antes das 7h00 (hora legal para se efectuarem buscas domiciliárias) a PJ tocou violentamente à campainha e entrou pela casa de forma brusca e abusiva, abrindo portas e acordando a Sara com uma lanterna na cara, numa exibição gratuita de poder. Apenas não levaram o router da casa, que a deixaria sem acesso a televisão e telefone, uma vez que o contrato estava de facto em nome da avó. Contudo apanharam tudo o que conseguiram tanto nas áreas comuns como no quarto da Sara (onde se encontrava o portátil da mãe e o do namorado). Sara Didelet foi acusada de crimes informáticos e foi-lhe aplicado o termo de identidade e residência como medida de coacção. Tendo em conta que as suas práticas se prendiam com a divulgação de eventos e notícias em páginas dos Anonymous (e também, até maioritariamente, noutras páginas não relacionadas com esse movimento), a acusação leva a crer que o seu único objectivo é de facto intimidar e pressionar quem simpatiza com este grupo, não tendo necessariamente que ter cometido qualquer crime. Nas palavras de Sara ao MAPA, **"é pura e simplesmente uma tentativa de diabolizar e destruir todo o movimento, não fazendo sequer a distinção entre quem efectivamente é hacker de quem apenas e somente se identifica com a ideia e os valores defendidos pelos Anonymous. O controlo, vigilância, perseguição e repressão não são no entanto exclusivos a este grupo, mas sim extensíveis aos activistas políticos mais presentes e envolvidos em manifestações, eventos ou qualquer outra forma de luta, sendo também o meu caso, que no espaço de 3 anos já fui 3 vezes considerada arguida, em processos que primam pela falta de transparência, de legalidade constitucional e de ética, com completa ausência da verdade dos factos. Exemplo bem concreto disso mesmo é, na presente situação, eu ser acusada de cibercrime quando não possuo nem nunca possuí sequer metade dos conhecimentos informáticos necessários para a prática de tais crimes, tendo em conta que os meus conhecimentos se ficam pelo básico dos básicos na óptica do utilizador".**

> O controlo, vigilância, perseguição e repressão não são no entanto exclusivos a este grupo, mas sim extensíveis aos activistas políticos mais presentes e envolvidos em manifestações, eventos ou qualquer outra forma de luta

Os familiares deixaram de ter qualquer informação após os detidos terem deixado o edifício da PJ em Picoas, na noite de 26 e durante todo o dia 27 de Fevereiro. Já o público em geral teve o habitual acompanhamento directo mediático e circense nomeadamente em torno do "colega" de carteira jornalística Rui Cruz, do site Tugaleaks

Os detidos são suspeitos de praticar DDoS[1], *defacing*[2], assim como de entrar em certos sistemas e divulgar informação que não está bem protegida. Estas operações são normalmente divulgadas pelas páginas relacionadas. O âmbito das acusações refere-se aos ataques informáticos aos sites da Procuradoria-Geral da República, PSP, GNR, Patriarcado de Lisboa, Partido Popular, entre outros.

As acções de hacktivismo podem ter os mais variados objectivos: expor informação confidencial que se considere de interesse público; mostrar as vulnerabilidades de sites e plataformas públicas que agregam informação pessoal e confidencial da população em geral, a qual, para poupar recursos (leia-se dinheiro), não é devidamente protegida; sejam acções realizadas por pessoas que se juntam pontualmente motivadas por algum acontecimento social, seja pelo descontentamento generalizado agindo contra o despotismo das entidades governamentais e das elites. Na verdade, as acções desenvolvidas neste mundo da informática não se restringem apenas a operações de hacktivismo, mas também ao desenvolvimento e criação de plataformas livres de partilha de conhecimento, bem como a divulgação e projecção das demonstrações de descontentamento por este mundo fora ignoradas pelos meios de comunicação social convencionais, ou mesmo criando soluções para o relato da lutas, criando alternativas aos bloqueios da internet pelos Estados (uma táctica cada vez mais recorrente para tentar silenciar as revoltas contra os interesses instituídos por todo o mundo).

A INVESTIGAÇÃO PROSSEGUE

Impossibilitados de ter acesso à internet, comprar qualquer material informático, assinar qualquer contrato com serviços de internet, assim como de contactar os outros arguidos, os detidos foram libertados com a obrigação de apresentações quinzenais. Muitos questionam o verdadeiro alcance e exequibilidade de tal medida, numa altura em que esse acesso é inerente ao uso de qualquer smartphone e muitos outros equipamentos electrónicos comuns nos dias de hoje. Quando questionada acerca do porquê desta perseguição e repressão a activistas, Sara Didelet é clara: "**a resposta a esta questão prende-se essencialmente com o facto de vivermos num país com um dos piores e mais reaccionários governos de que há memória e de cada vez mais caminharmos para um regime que opta por excluir os valores humanitários intrínsecos a qualquer democracia. Manter o povo ignorante e mudo é uma das principais armas dos sistemas neo-liberais que nos desgovernam, como também sempre o foi das antigas ditaduras fascistas. Um povo ignorante não desenvolve o sentido crítico e a real compreensão da gravidade das medidas governamentais implementadas e dos ataques à democracia, à liberdade de expressão e à própria dignidade humana que as mesmas acarretam. Se não é benéfico que o povo desperte do seu torpor, torna-se por demais evidente que quem luta diariamente para que essa consciência colectiva desponte será sempre considerado um alvo a abater, entrando aí a perseguição e repressão de activistas políticos. No caso concreto dos Anonymous a razão é a mesma, uma vez que se trata de um movimento que luta acima de tudo pela liberdade de expressão, livre circulação e partilha de informação, expondo inúmeras vezes ao público situações variadas, convenientemente ocultadas pelos governos e outros organismos do poder. É óbvio que no fundo toda a repressão e perseguição se tratam de tentativas de silenciar e quebrar o espírito de luta através do medo, pois tal como dizia Mia Couto «*Há quem tenha medo que o medo acabe*»"**.

Recorde-se que no mês passado, a ministra da Justiça, Paula Teixeira da Cruz, divulgou que está em curso o processo legislativo para criação formal de uma unidade de combate ao cibercrime. A ministra garantiu que "**o cibercrime é, a par do terrorismo, uma prioridade**". Quase em simultâneo, aprova-se a alteração de várias leis de combate ao terrorismo, que prevêem, por exemplo, a criminalização da apologia ao terrorismo na internet. Estas leis, embora sejam em aparência focadas no combate ao jihadismo, após o atentado ao Charlie Hebdo, acabam por levar por arrasto qualquer manifestação de dissidência que possa ser considerada incómoda (recorde-se por exemplo o caso do blog "Rede Libertária")[3]. Ironicamente, a mesma ministra afirma que "**não nos podemos condicionar pelo medo**".

/// NOTAS

1 DDoS (Distributed Denial of Service) é o acto de sobrecarregar o tráfego de um servidor levando-o a reiniciar ou a ficar bloqueado por um determinado período.

2 Defacing trata-se da alteração da aparência do site.

3 Em 2009, também a PJ apreendeu um computador, na tentativa de criminalizar o blog "Rede Libertária", por alegadamente ameaçar de morte o então primeiro-ministro José Sócrates. A ameaça consistia numa fotomontagem com a legenda "eles exploram, roubam, e mandam matar... e nenhum polícia lhes mete uma bala na cabeça".

O que se passa em Setúbal?

NUNO PEREIRA

Todos, ou quase todos, os que vivem nesta cidade o sabem. Porque o viveram directamente, porque aconteceu a algum amigo, ou simplesmente porque lhes contaram uma das centenas de episódios de violência e abuso policial nas ruas e esquadras da cidade de Setúbal. Há vídeos, existem queixas, existem fotografias que mostram o resultado das agressões. Mas essas queixas oficiais estão longe, muitíssimo longe da realidade que nos rodeia. Todos os dias. Especialmente todas as noites.

Quanto mais o medo se foi espalhando, mais alto o muro de silêncio se ergueu. Afinal do lado do agressor estão as autoridades da nossa cidade. Do nosso país! E para a maioria das pessoas simplesmente não faz sentido que sejam considerados agressores e desordeiros. São a Polícia de Segurança Pública, com a missão de servir "pela ordem e pela pátria"! De certeza que são disciplinados! Têm que ser se andam armados pela rua! De certeza que as hierarquias funcionam e todas as suas acções são coordenadas e controladas. De certeza que se alguém levou "porrada da polícia" foi porque o mereceu! De certeza que fez alguma coisa! De certeza que a violência era proporcional! De certeza que era bandido... de certeza que isto.... de certeza que aquilo.

Quando as mortes começaram a acontecer, estas certezas todas foram desaparecendo... mas de uma forma demasiado lenta.

E hoje, nos últimos dias do mês de Fevereiro de 2015, estamos uma vez mais a chorar a morte de um jovem Setubalense às mãos da Polícia. Sim, mais uma. Mas só uma que fosse, já era demais! Se a agressão vazia e a morte sem sentido de um ser humano por outro é sempre injustificada, ainda mais o é nas mãos dos tais que supostamente existem para nos proteger.

Agora falta-nos o Nuno. O Fantasma. Um rapaz da cidade, igual a todos. Com a sua personalidade, as suas estórias de vida, a sua família, os seus amigos, as suas festas. Com a particularidade de que o Fantasma tinha gosto em espalhar alegria, a felicidade e a boa onda à sua volta. Com quem fosse. O que deixou muitos bons momentos na memória dos seus amigos, muitas saudades naqueles que agora o viram partir demasiado cedo, e muita tristeza nos corações daqueles que não percebem como é possível uma estória de terror destas.

E é isso que sente cada família de cada jovem que partiu. Jovens iguais a todos os outros, fossem brancos, pretos ou amarelos. Fossem trabalhadores como o Nuno ou desempregados como tantos de nós. Tivessem nascido em Setúbal ou não. Fossem deste bairro ou do outro. É essa tristeza, saudade e incompreensão.

Desta vez, porém, é mais fácil para muitos se sentirem mais rapidamente identificados. Porquê? Porque o descontrolo é tal que foi impossível apagar as provas do crime antes que fosse público. Porque a estratégia de defesa da corporação PSP ainda não está definida. A propaganda ainda não existe. O ruído ainda mal começou. Desta vez a clássica máquina racista que o estado usa em sua defesa (usando e estimulando o racismo da sociedade portuguesa) não funciona. O Nuno era branco. A estratégia do bandido também não: ele era um paz de alma e tinha um trabalho honesto. O álibi da polícia não existe, e fica à vista de todos que isto é um crime, cometido com maldade, sangue frio e cumplicidade. Agora encobrem-se e protegem-se, tal como demonstra o comunicado do comando da PSP de Setúbal sobre os factos.

Ao mesmo tempo que temos que perceber a injustiça e a dor que a família do Nuno sente neste momento, é importante também perceber que isto poderia ter acontecido a qualquer outra família. E que, tal como aconteceu antes deste caso, poderá voltar a acontecer. A pessoas que vivam em Setúbal, que visitam Setúbal, ou que tiveram o azar de cá parar numa "daquelas" noites.

Mas então o que se passa com a polícia em Setúbal? De onde vem essa maldade? Porquê a cumplicidade?

São respostas que todos gostaríamos de ter, mas não temos. O que temos é muitas experiências, e muitas estórias. A maior parte circulam de boca em boca, mas temos pontas do iceberg que ficam momentaneamente à vista de todos, como, por exemplo, quando há agentes detidos por depósitos de largas quantidades de dinheiro injustificado, quando agentes que são conhecidos por ligações ao tráfico de estupefacientes são suspensos. Ou quando há agentes de esquadras do comando de Setúbal que são detidos por assaltos a casas e vivendas previamente assinaladas. Isto sai nos média. E depois vem o silêncio.

O Silêncio é aquela capa que pesa por cima de todos nós quando ouvimos que os agentes tal e tal espancaram um puto e depois deixaram-no na serra da Arrábida. Ou que uma brigada levou este e aquele para a zona industrial da Mitrena e divertiram-se a torturá-los e humilhá-los, para no fim os deixarem lá, despidos e ao frio. Ou que a brigada motorizada composta por 12 agentes em 6 motas de enduro com as caras tapadas e empunhando shotguns agem como o pior dos filmes de cinema dos gangues de motos ameaçando transeuntes que olhem, ou que comentem a sua presença. Ou a estória do outro que foi assaltado nas ruas adjacentes à esquadra e quando se refugiou lá dentro, depois de constatar a inação dos agentes perante o flagrante e depois de exigir que fizessem qualquer coisa, acabou por ser vítima de agressão de um agente que lhe terá dito "não és tu que dizes o que é que eu tenho de fazer". E quando se torna "normal" que da boca dos agentes saiam todo o tipo de insultos e ameaças: "vê la se não queres que te parta o focinho todo", " ainda levas mas é um estalo", "tás a olhar para onde?".

A cidade de Setúbal tem uma Brigada de Intervenção Rápida. Foram construindo a sua fama ao longo do tempo. Excepto quando existem olhos inconvenientes que os controlam, de resto agem como um bando de *hooligans*. Filhos da cidade que todos fomos vendo ao longo do tempo como cresceram. Conhecemos os seus podres passados e presentes, as más-famas de muitos, os negócios estranhos. Muitos renderam-se ao ginásio. Passando alguns de lingrinhas a bombados enquanto o diabo esfrega um olho. São os que param neste e naquele ginásio, em que alguns só tomam mas outros também participam no comércio de esteroides e anabolizantes. Aqueles de última geração de que ouvimos falar, que os tornam gigantes ao mesmo tempo que os deixam loucos de agressividade.

Primeiro só apareciam nos bairros sociais, nos eventos de massas, nas manifestações. Uma das primeiras mortes aconteceu em 2002, mataram o Toni com dois disparos de shotgun à queima-roupa. O tribunal, apesar de todas as provas em contrário, absolveu o agente Machado usando a tal máquina racista e do estigma dos bairros sociais. O Toni era preto, e vivia na Bela Vista. Estava garantida a impunidade, sentimento que com os anos e a perturbante cronologia de mortes e abusos se apoderou do Comando de Setúbal. Acompanhando os desejos da Câmara Municipal de Setúbal de "mais polícia na cidade", foram-se tornando mais ostensivos e agressivos, patrulhando também as zonas de diversão nocturna. Depois de uma fase de operações stop coordenadas e de relativa dimensão, estas cessaram dando lugar todos os fins-de-semana a uma surreal caça aleatória a veículos feita por vários carros patrulha, da brigada de trânsito, mas também da BIR, a carrinha de intervenção. Algumas destas interpelações são feitas à vista de todos. Outras não. E com o clima de impunidade (corporativa e judicial) que se já tinha instalado, abriu-se caminho ao mais puro e básico terrorismo. Sucederam-se com mais frequência do que nunca os relatos de abusos verbais e físicos. O aterrorizar aleatório da população. Os relatos de que "eles estavam fora de si", "estavam raivosos", "mortinhos para arranjar confusão", "à espera que respondesse para me darem um enxerto". Alterados, descontrolados, agressivos, abusivos, armados...

É por isso que muitos já tínhamos pensado num fim trágico como este, muitos já tínhamos dito que por pouco não tinha acontecido. Já se falava que qualquer dia era inevitável. E agora aconteceu. Outra vez.

Seria mesmo Inevitável?

Não será, isso sim, completamente inevitável entendermos isto como uma agressão a nós, a todos nós, às nossas famílias, amigos, conhecidos... a toda a cidade de Setúbal? Não será inevitável assumirmos que temos de pôr um ponto final nesta loucura?

Se já muitos expressamos o medo de sair à rua não porque nos assaltem, mas porque nos podemos cruzar com a polícia, é porque entendemos que esta situação não é normal. Ou se é, então rejeitamos essa normalidade.

Queremos sentir-nos seguros, não queremos desconfiar de tudo e todos, não queremos ter medo de sair à rua, não queremos recear o pior quando os nossos filhos e os nossos amigos saem à noite para se divertir. Não queremos ter medo de falar, não queremos ter medo de denunciar quando as supostas autoridades cometem injustiças, quando agem como os piores dos arruaceiros.

Essencialmente o que se passa em Setúbal é que não queremos passar mais por isto. Não queremos chorar nem mais uma morte nas mãos da Polícia. Não queremos mais estórias bárbaras de agressões e humilhações.

Chegou a hora de quebrarmos o silêncio, e de parar esta loucura!

Desta vez a clássica máquina racista que o estado usa em sua defesa (usando e estimulando o racismo da sociedade portuguesa) não funciona. O Nuno era branco. A estratégia do bandido também não: ele era um paz de alma e tinha um trabalho honesto.

A Democradura mostra a sua cara!

Uma contribuição sobre a repressão social no Brasil contra os protestos em torno dos mega-eventos enviada por militantes de movimentos sociais

No dia 12 de Julho de 2014, véspera da final do Campeonato do Mundo da FIFA, a Polícia Civil do Rio de Janeiro acusou 28 ativistas de organizar "atos violentos" em manifestações, encarcerando 18 deles em prisões de alta-segurança, numa operação que incluiu violações a domicílios e à dignidade das presas e dos seus familiares. Numa entrevista coletiva realizada na Cidade da Polícia nesse mesmo dia, panfletos, jornais e bandeiras de movimentos populares foram exibidos como "provas" do êxito da Operação Firewall 2, demonstrando assim o caráter político não só da ação policial, mas de todo o inquérito que a deflagrou. Dezenas de ativistas e seus familiares tiveram os seus telefones sob escuta por meses a fio, algo que também se passou com os advogados, que viram as conversas com os seus clientes violadas. Nos dias seguintes, várias lutadoras do nosso povo, todas trabalhadoras e/ou estudantes com uma trajetória política pública e comprovada, foram encarceradas em prisões de alta-segurança, sofrendo abusos e torturas. Particularmente crítica foi a situação de uma companheira menor de idade, submetida diariamente a espancamentos por agentes do Estado.

As ativistas foram levadas à Cidade da Polícia no Rio de Janeiro, um grande complexo de delegacias construído para dar conta da repressão àquelas que contestam os megaeventos e a lógica da cidade mercado. Nesse grande complexo encontra-se a DRCI, Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática, que desempenha atualmente o papel da histórica Delegacia de Ordem Política e Social, a famigerada DOPS, criada em 1924 para reprimir as anarquistas e utilizada principalmente, durante o Estado Novo e, mais tarde, durante Regime Militar de 1964, para controlar e reprimir movimentos políticos e sociais contrários ao regime no poder.

Para além das pessoas que já tinham sido denunciadas, Fábio Raposo e Caio Silva, que se encontram presos sob a acusação da morte do operador de câmara da TV Bandeirantes, foram também incluídos nessa lista. A inclusão de duas pessoas que nunca sequer participaram de uma plenária da Frente Independente Popular (FIP) tem o intuito expressamente mediático de apimentar a trama deste espetáculo da democradura.

A Polícia afirmou que as prisões se baseiam em investigações mantidas em segredo de justiça desde Setembro contra a FIP, black blocs e outros grupos de ativistas. A metodologia da polícia é quebrar o sigilo e a privacidade das pessoas. A segurança nos nossos meios de comunicação torna-se cada vez mais indispensável e inadiável. A perseguição a todas as que lutam vai continuar, porém esse não é o momento de tremermos ou recuarmos, mas sim de deixarmos o nosso ódio fervilhar, de nos enchermos de raiva e atacar, para deixarmos claro às nossas irmãs e irmãos sequestrados pelo Estado que não serão esquecidas e que não perdoaremos os seus carrascos!

VALDIR SILVEIRA

Atualmente, das 23 denunciadas, 18 encontram-se em liberdade provisória devido ao *habeas corpus* concedido em segunda instância que, no entanto, cerceia a liberdade das companheiras, fazendo com que não possam sair da cidade do Rio de Janeiro ou frequentar qualquer tipo de manifestação política. As consequências disso foram as mais nefastas. Igor Mendes, por ter estado presente numa atividade cultural pública promovida pela FIP a 15 de Outubro do ano passado, já se encontra detido há mais de dois meses, e as ativistas Elisa Quadros e Moa encontram-se foragidas desde Dezembro do ano passado por também terem estado nessa atividade, tendo a sua prisão sido decretada. Para outras os efeitos dessa privação foram o seu deslocamento de escolas e ambientes de trabalho, uma vez que algumas eram professoras em cidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

As acusações feitas aos ativistas carecem de qualquer materialidade. Todo o processo está baseado em testemunhos de polícias federais infiltrados sem autorização judicial e de pessoas motivadas por desavenças pessoais com os réus. Escutas telefónicas e publicações em redes sociais são manipuladas com o intuito de dar a entender a existência de uma suposta "quadrilha armada", sendo que várias das acusadas nem sequer se conheciam antes de terem sido presas. Sem apresentar provas ou sequer indícios, livros são definidos como cocktails molotov e canetas são transformadas em instrumentos para furar pneus de carros.

Durante todo o processo, os advogados dos ativistas viram o seu trabalho estorvado das mais diversas formas. Até mesmo o acesso ao inquérito foi dificultado, enquanto a Rede Globo de Televisão noticiava com antecedência "furos de reportagens", divulgando depoimentos montados pela polícia e toda a espécie de sandices contidas nas milhares de páginas do inquérito, no qual surgem termos típicos da polícia política fascista, usados para caracterizar organizações e movimentos populares: *"o Movimento Estudantil Popular Revolucionário (MEPR) é uma* ***organização comunista*** *que prega a guerra, a divisão de terras e a violência […] com um cunho quase* ***terrorista****"* e "*O MEPR* [Movimento Estudantil Popular Revolucionário], *bem como a OATL* [Organização Anarquista Terra e Liberdade], *não buscam o pleito político nas eleições formais propriamente ditas. A OATL por ser fundamentalmente anarquista e o MEPR por ter um cunho quase* ***terrorista***".

É evidente que o objectivo do podre judiciário é transformar manifestantes presos políticos em "criminosos comuns" ou "assassinos cruéis e sanguinários" e uma frente de movimentos populares organizados por meio de assembleias de participação aberta numa perigosa "quadrilha armada". Enquanto Igor Mendes, Caio Silva e Fábio Raposo estão presos, prossegue a execrável e ardilosa fabricação de provas por parte da Delegacia de Repressão a Crimes de Informática, enquanto o juiz fascista Flávio Itabaiana, assessorado pela Globo, trama conjuntamente com Pezão (PMDB) e Dilma Rousseff (PT) a melhor maneira de justificar a "punição exemplar" de todos os 23 ativistas indiciados durante as manifestações contra a festa do Campeonato da Fifa no Rio. Abrem-se, assim, precedentes para a ampliação do poder repressivo do velho Estado contra as liberdades democráticas de expressão e manifestação em todo o país.

O PRIMEIRO PRESO DAS JORNADAS DE JUNHO É PRETO E POBRE

É neste mesmo cenário que no dia 20 de Junho de 2013, no meio daquela que foi considerada a maior das manifestações no Rio de Janeiro, que o jovem Rafael Braga Vieira, negro, 26 anos, morador de rua, conhecido nas redondezas onde se encontrava por também viver apanhando latas como forma de ganhar algum dinheiro, foi preso. No momento da prisão, Rafael Braga Vieira portava uma garrafa de plástico com água sanitária e outra garrafa de plástico com desinfetante. O jovem foi julgado e condenado porque a justiça entendeu que o mesmo portava material para a produção de "cocktails molotov".

O caso de Rafael Braga Vieira não acende a nossa indignação apenas devido à sua prisão arbitrária, mas também porque a consideramos o emblema de uma estratégia intencional de desencorajamento dos manifestantes, um símbolo da repressão em plena democracia, de abuso de poder, de violência e de injustiça para com os mais vulneráveis, usados como bodes expiatórios para a classe que não pode ser tocada no asfalto. Sobre o caso, recordamos que Rafael Braga Vieira foi preso com outros quatro manifestantes. Os três foram libertados posteriormente. Sem acesso a qualquer tipo de defesa, apenas o jovem morador de rua permaneceu detido. De todas as manifestações que houve no mês de Junho no Rio de Janeiro, que contaram com mais de meio milhão de pessoas, é estranho que o único preso condenado tenha sido um jovem, negro, morador de rua, sem nenhuma identificação ideológica. O relatório técnico do Esquadrão Anti-bombas da Polícia Civil afirma que as duas garrafas encontradas com ele tinham "ínfima possibilidade de funcionar como cocktail molotov". O relatório chama também a atenção para o facto de as garrafas encontradas com Rafael Braga Vieira serem de plástico, o que inviabiliza o seu uso como cocktail molotov, já que as mesmas teriam de ser necessariamente de vidro. Chamamos ainda a atenção para o facto do jovem Rafael Braga Vieira se enquadrar exatamente no perfil dos sujeitos que mais morrem devido à violência institucional e são a imagem principal da superlotação das penitenciárias do Brasil, verdadeiros espaços de desumanidade. Rafael Braga Vieira foi condenado a 5 anos de prisão.

NOTA DE ACTUALIZAÇÃO:
No último dia 18 de Março o movimento social do Rio de Janeiro obteve duas vitórias parciais. A primeira foi o ansiado *habeas corpus* de Caio Raposo e Fabio Cardoso, que lhes garante responder em liberdade até o julgamento. O segundo foi a mudança do caráter do crime de homicidio Doloso (com intenção de matar) para homicídio culposo (onde não há intenção de matar), considerando então que teria sido um acidente o facto de o rojão atingir fatalmente o cinegrafista da rede bandeirantes. Caio e Fabio foram soltos na terça dia 24 de Março e a demora da sua liberdade deve-se a falta das pulseiras eletrônica que os dois terão que usar daqui em diante. Não bastasse a fiscalização ostensiva do Estado aos dois jovens lutadores, o judiciário ainda criou medidas preventivas absurdas para os dois tais como "não sair a noite" e "não se relacionar com pessoas pertencentes ao movimento *black bloc*", como se eles soubessem quem são os blac blocks.

Durante todo o processo, os advogados dos ativistas viram o seu trabalho estorvado das mais diversas formas. Até mesmo o acesso ao inquérito foi dificultado, enquanto a Rede Globo de Televisão noticiava com antecedência "furos de reportagens", divulgando depoimentos montados pela polícia e toda a espécie de sandices contidas nas milhares de páginas do inquérito (...)

NOS MEANDROS DA JUSTIÇA

HÁ JUSTIÇA PARA O RACISMO? PG14
A MANIFESTAÇÃO INSTITUCIONAL PG17
O DIREITO FICA À PORTA DAS PRISÕES PG20
O ESTADO NACIONAL-CATÓLICO SUBSISTE PG22

O jornal Mapa publica, na presente edição, mais um **Caderno Central** desta vez dedicado à questão da justiça praticada pelas instituições de direito em Portugal.

Os tribunais são lugares semi-interditos, confusos e obscuros, tal como outros espaços concebidos para controlar e punir. E esta opacidade é essencial ao seu bom funcionamento: uma prisão só funciona na normalidade porque ninguém assiste ao que lá se passa. Da mesma maneira uma esquadra da polícia é concebida de forma a permitir que os seus agentes actuem livremente no seu interior. O quotidiano dos tribunais parece interessar a poucos mas a ideia de que ali não se pratica Justiça é cada vez mais repetida na sociedade. De facto, a possibilidade de justiça, no sentido lato do termo, é não apenas uma ideia remota dentro dos tribunais mas uma ideia mais remota ainda em outras zonas da sociedade.

Abordar o problema da justiça e do direito significa então **denunciar** casos que estão isolados e trazer visibilidade sobre o que se passa "à porta fechada" dentro do tribunal já que o acesso à informação é, muitas vezes, intencionalmente dificultado, não só aos próprios arguidos e acusados, mas também aos meios de comunicação e projectos de informação, aos colectivos e associações de âmbito legal e aos movimentos sociais. Significa **evidenciar** as incoerências e contradições do sistema legal e judicial através da exposição das ilegalidades e injustiças por si cometidas dentro do Direito através de casos que ilustram de forma real a grave crise social e económica que se vive de Norte a Sul de Portugal.

Embora seja um exercício permanentemente inacabado e incompleto, a intenção é ir à raiz dos problemas actuais, de forma objectiva, **questionando** tudo aquilo que evidencie contradição ou desigualdade.

HÁ JUSTIÇA PARA O RACISMO?

Uma pequena retrospectiva sobre discriminação racial nos tribunais em Portugal

M. LIMA »

"*Em Portugal a violência racista não parece ser um problema significativo*", assim começa o relatório da Comissão Europeia Contra o Racismo e a Intolerância (ECRI) sobre Portugal, datado de Dezembro de 2012. De facto, a melhor maneira de não lidar com um problema social é afirmar que este não é significativo, uma atitude que a cultura dominante europeia tem constantemente assumido nos vários pareceres e através dos seus porta-vozes que afirmam que já não existem graves demonstrações de racismo na nossa sociedade.

Quem esteja mais atento a estas questões sabe que o racismo, para além de se manifestar frequentemente em actos individuais (ou de grupos específicos), está presente nas instituições de uma forma endémica, enraizado nas políticas e nas estruturas, inclusive na prática quotidiana do sistema judicial.

O Racismo está institucionalizado no Direito. Se isso assim não fosse, os vários casos relatados neste artigo jamais teriam sido permitidos.

NENHUMA PESSOA É ILEGAL

As leis que regulam a imigração são um bom ponto de partida para analisar a relação entre a discriminação e o direito português. Com as alterações à lei aprovadas em 2012, "*foram reforçadas medidas privativas de liberdade, acentuou-se a criminalização da imigração, foram reduzidas garantias de defesa e de acesso à justiça, num claro recuo civilizacional e de menosprezo pelos mais fundamentais direitos humanos*", de acordo com a descrição da SOS Racismo numa carta aos grupos parlamentares[1]. De facto, os governantes podem ser muito incoerentes com as regras do jogo: "*Toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país*". Artigo 13º, ponto nº2 da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Traduzindo estas alterações à lei em exemplos práticos, o facto de uma pessoa não conseguir cumprir os (muitos) requisitos administrativos para estar "legal" no país, pode levar à privação da sua liberdade sem que essa decisão passe por um tribunal. Apesar desta possibilidade, a pessoa considerada ilegal não tem necessariamente direito a um advogado de defesa e, caso tenha capacidade financeira para recorrer da decisão administrativa, essa acção não tem efeitos de suspensão - isto é, a pessoa continuará presa ou será deportada à mesma. É, portanto, um arguido de excepção, ao qual não se aplicam as regras do direito penal.

Numa descarada contradição com estas alterações legislativas, surgem no ano passado os vistos gold, uma medida que concede, em menos de 6 meses, autorização de residência a um imigrante que adquira uma propriedade de mais de meio milhão de euros. Segundo Timóteo Macedo, presidente da associação Solidariedade Imigrante, os vistos gold são "**o pior apartheid da história moderna**", concedidos aos imigrantes de "primeira classe", enquanto os imigrantes pobres, que trabalham duro e que arriscam a vida deles para chegar à Europa, demoram em média 7 anos a conseguir, quando conseguem, uma autorização de residência.

Numa das suas mais recentes reformas, a Assembleia da República aprovou um novo pacote de leis anti-terroristas, a 6 de Março deste ano, que introduz alterações em várias leis, como nas que dizem respeito à criminalidade organizada, segurança interna e organização e investigação criminal. Dentro do mesmo pacote, foram alteradas três leis que têm impacto directo na vida dos imigrantes, sendo elas a lei de estrangeiros - que vai restringir vistos de residência -, o Código do Processo Penal - onde são permitidas situações extraordinárias na perseguição legal de quem seja suspeito de terrorismo - e a lei da Nacionalidade - que limitará a concessão de cidadania portuguesa.

"O RACISMO ESTÁ INSTITUCIONALIZADO NO DIREITO. SE ISSO ASSIM NÃO FOSSE, OS VÁRIOS CASOS RELATADOS NESTE ARTIGO JAMAIS TERIAM SIDO PERMITIDOS."

Para reagir aos casos dolorosos de terrorismo, e com a sensibilidade da população a ser estimulada pelos media, os governos europeus tendem não só a legitimar a onda de islamofobia actual, como a dificultar ainda mais a vida de minorias étnicas.

O RACISMO PRECISA DE SILÊNCIO. QUEBREMOS O SILÊNCIO

Quando se é negro e se vive num bairro pobre, é-se estigmatizado perante a justiça. Esta violência começa logo no momento da detenção ou investigação, sobretudo através da acção da polícia. Mário Monteiro, um jovem negro de um bairro pobre da Amadora, conta a sua experiência com a justiça aos 18 anos. Foi apanhado numa operação stop a conduzir sem carta, crime que lhe valeu um fim-de-semana inteiro na esquadra de Alcântara a ser torturado. "**Bateram-me com listas telefónicas, garrafas de cerveja, murros, pontapés... Diziam-me «Preto de merda, por mim morrias aí» e os polícias que entravam no turno chegavam a trazer as garrafas de cerveja vazias para as atirarem contra mim. Não havia sequer um colchão na cela para dormir, acordavam-me a toda a hora, a luz sempre acesa e a darem pontapés no portão de ferro. Foi assim o fim-de-semana todo. Segunda-feira sou apresentado a tribunal, onde o procurador do ministério público me pergunta «mas nasceu do chão?!», porque sou órfão e não tenho o nome do meu pai ou mãe no meu BI. A seguir perguntam-me se é carnaval para que eu esteja assim vestido e penteado. Como não me calei, sou imediatamente algemado e passei o resto do julgamento já como condenado"**.

Para quem não tem dinheiro, o direito a uma defesa digna em julgamento fica seriamente comprometido. No seu segundo encontro com os tribunais, Mário Monteiro, já com 23 anos, conheceu a sua

defensora oficiosa 5 minutos antes da audiência começar. **"Ainda praticamente nem tínhamos falado, já ela estava a dizer que o melhor era eu declarar-me como culpado. Que não seria tão penalizado se assumisse logo ao juiz que tinha sido eu. Naquele caso, a prova principal era uma testemunha que, na altura da minha detenção, disse na esquadra que não me reconhecia. Dois anos depois, no julgamento, disse que afinal era eu. A minha advogada não disse nada. Foi o próprio juiz que disse à testemunha «mas você não o reconheceu na noite dos acontecimentos e agora já reconhece?». O julgamento teve apenas duas sessões e na segunda, apesar destas contradições, fui condenado a 5 anos de pena suspensa."**

Quando se vive num bairro social, onde tantas vezes existem episódios de violência policial, estar em pena suspensa é como ter uma corda ao pescoço. Basta a pessoa ver-se envolvida num episódio menor com as autoridades e existe logo a possibilidade de ir cumprir a pena suspensa na totalidade. Mário explica que **"nem tens de sair de casa, os problemas vêm ter contigo. Os polícias sabem que te têm na mão e não podes reagir aos abusos"**.

"OS JUÍZES REVELAM A PARCIALIDADE DA JUSTIÇA, QUE PRETENDE APURAR SÓ UMA PARTE DOS FACTOS: O ARGUIDO É SILENCIADO COM O ARGUMENTO "SE QUISER FALAR DO QUE ACONTECEU ANTES DA DETENÇÃO, FAÇA UMA QUEIXA"."

No bairro da Cova da Moura, a 5 de Fevereiro deste ano, registou-se mais um episódio de violência racial, quando a polícia deteve violentamente um jovem que não estava a oferecer resistência e, perante a reacção da população, agrediu e disparou balas de borracha contra os moradores presentes. Alguns outros moradores foram posteriormente à esquadra de Alfragide saber do detido e 5 deles acabaram por ser também espancados dentro da esquadra. Ficaram detidos mais de 24 horas e foram apresentados a tribunal na manhã seguinte, sujeitos a Termo de Identidade e Residência.

O Ministério Público pediu prisão preventiva para estes jovens, o que parece ser um padrão para pessoas de classe social baixa. Um dos jovens detidos conta que foi ouvido por uma juíza no tribunal de Sintra que o confrontou com a versão dos agentes, mas o jovem, apesar de desmentir essa versão, não teve oportunidade sequer de contar o que se passou realmente.

É prática corrente nos tribunais, não ouvir a outra parte, alegando que são casos e situações distintas e que se um arguido ou testemunha quer falar de tortura ou espancamentos, que apresente queixa pois trata-se de um outro processo. Ao tomar esta posição, os juízes revelam a parcialidade da justiça, que pretende apurar só uma parte dos factos - o senhor que resistiu à detenção é a única parte que interessa; o facto de o ter feito porque estava a ser espancado (e não detido) e se tentou defender, como qualquer ser vivo faz instintivamente[2], não é considerado legítimo e o arguido é silenciado com o argumento "se quiser falar do que aconteceu antes, faça uma queixa". No caso da Cova da Moura, o comunicado oficial da PSP diz que foi disparado apenas um tiro para o ar aquando da detenção. No entanto, uma moradora tem um relatório médico que comprova que levou três tiros na perna. Mesmo perante este tipo de contradições, os tribunais insistem em não ouvir ambas as partes. Esta prática por parte de colectivos de juízes tem acontecido em vários julgamentos passíveis de discriminação não só racial (como em manifestações ou "rixas" com a polícia) e tem sido difícil de desmontar mesmo por advogados não oficiosos. Este caso da Cova da Moura aconteceu com jovens que estão "socialmente bem integrados" (essa classificação que parece ter personalidade jurídica *per se*), activistas, colaboradores de associações do bairro e investigadores universitários. Como diz o rapper LBC, um dos afectados deste caso, **"tenho curso superior, sou activista, conheço muita gente e muita gente acredita em mim. Agora um jovem que tenha pelo menos um antecedente criminal: ninguém o iria apoiar."**

QUANDO O IMPENSÁVEL ACONTECE

Demasiadas vezes os episódios de violência policial e abuso de autoridade culminam com a morte de alguém e os julgamentos que se sucedem expõem a vergonhosa realidade da (in)justiça social.

"Das 17 mortes de jovens nas periferias de Lisboa, nos últimos anos, 15 são negros."

Em 2009, um polícia matou com um tiro a 10 cm de distância um miúdo de 14 anos, a quem chamavam Kuku. Este fugia do polícia e estava desarmado. O julgamento, que decorreu em 2012, absolveu totalmente o agente que efectuou o disparo e, na sentença, o juiz ainda teve o descaramento de julgar o bairro onde estes jovens (14 anos, não é uma criança?) perigosos "se movem como gazelas" e os polícias têm razões para puxar da arma e matar. Como escreveu o colectivo Plataforma Gueto, *"o julgamento do assassino do Kuku, levado até ao fim nas vias legais, nas instituições do "Direito", foi a prova final de que da justiça só podemos esperar que ela funcione bem. Como tem funcionado. Ilibando a violência do estado e o racismo. Que funcione bem para quem tem dinheiro, contactos e cor de pele para fazê-la funcionar."*[3].

Toni, PTB, Musso, são apenas alguns dos nomes de rapazes negros assassinados por polícias que vão a julgamento e são totalmente absolvidos. Musso tinha 15 anos e morreu em consequência dos espancamentos que sofreu dentro da esquadra; Toni estava a jogar basket perto de uma associação da Bela Vista, na qual era monitor, e foi morto à queima-roupa; PTB foi morto a tiro pela PSP de Alfragide em 2003 depois de o terem mandado parar enquanto conduzia, encontrando-se na altura na companhia da sua namorada grávida e a quem partiram o pé; tudo para "controlar a situação", porque não havia outra possibilidade... E os juízes dão carta branca a esta violência e garantem a impunidade, com base num discurso preconceituoso de que os bairros e os moradores são perigosos, chegando mesmo a escrever em acordãos que "(o agente) não podia ter actuado de outra forma"[4].

Quando a polícia não é totalmente absolvida, aplicam-se condenações que ilustram bem a diferença de severidade para uns e para outros. O polícia que matou o Mc Snake, outro jovem negro atingido com 2 tiros dentro do seu carro, foi condenado a **20 meses** de pena suspensa. No prato oposto da balança da justiça, temos um dos jovens negros que foi julgado pelo *meet* do centro comercial Vasco da Gama - um caso que por si só vale a pena analisar[5] -, que foi condenado a **28 meses** de pena suspensa por coação e resistência à autoridade. Uma pena superior, num embuste mediático, para um jovem que se encontrava no meio de centenas de outras pessoas, sem que sequer tivessem havido feridos graves, em contraste com o assassinato "legalizado" de uma pessoa que apenas desrespeitou uma ordem para parar.

"DAS 17 MORTES DE JOVENS NAS PERIFERIAS DE LISBOA, NOS ÚLTIMOS ANOS, 15 SÃO NEGROS."

Ainda sobre o julgamento do *meet* nos tribunais, quando confrontada com a acusação da existência de racismo policial, a magistrada do ministério público respondeu, sem espaço para dúvidas, "na actuação da polícia não houve racismo. Não há racistas em Portugal, o nosso país não é um país de gente racista." Considerou que Portugal é "uma sociedade que integra", ao qual "as pessoas chegam", por vezes sem documentos, e têm "protecção policial" e Serviço Nacional de Saúde gratuito. "Não somos um país de racistas, nem temos uma polícia racista. Nem a sociedade admitiria tal coisa" (Publico, 26/08/2014).

As questões da habitação também encontram no direito a legitimação para a discriminação social e racial. Exemplo disso são os casos das lutas contra as demolições nos bairros de Sta. Filomena e 6 de Maio, mais pormenorizadamente tratados neste número do Mapa na página 3. A Câmara Municipal da Amadora tem imposto o terror e a miséria, executando despejos e demolições cheios de atropelos à lei e deixando sem qualquer alternativa várias famílias e pessoas. Como podemos ler no site do Habita, um colectivo que se tem dedicado a estas questões e que tem apoiado os habitantes destes bairros, *"o*

parecer do Provedor de Justiça veio dizer que a Câmara Municipal não tem legitimidade para continuar a intervir em terrenos privados, substituindo-se aos tribunais, organizando o despejo continuado de milhares de famílias que há muitos anos ali habitam, sobretudo, diz o Provedor, no contexto social e económico difícil que existe actualmente no país."[6]

Entre outras questões legais, muitas vezes não são respeitados os pré-avisos, dando origem a situações de moradores que estavam a trabalhar enquanto a sua casa era demolida, perdendo tudo o que tinham.

O RACISMO PRECISA DE ISOLAMENTO

Mas existem exemplos de contestação e resistência que desafiam esse isolamento.

O caso da Cova da Moura deu origem a uma concentração em frente ao parlamento contra a violência policial, uma iniciativa que deu voz à versão das pessoas sobre o que se passou, ao contrário da versão mediática que, logo após a actuação da PSP, difundiu a versão de tentativa de invasão da esquadra. Foi também apresentada uma queixa-crime por tortura no Ministério Público de Almada.

Em relação às questões das demolições nos bairros de Sta. Filomena e 6 de Maio, têm sido organizados piquetes contra os despejos e os moradores têm-se organizado em assembleias, com presença nas sessões camarárias e com momentos de convívio. Contrariamente à versão dos tribunais, estes bairros parecem não ser tão perigosos, nem tão desorganizados, como nos querem fazer crer. Uma outra iniciativa denominada Nu Sta Djunto - Estamos Juntos - organiza concertos para angariar alimentos e outros bens essenciais para pessoas carenciadas. A propósito de um concerto no Bairro Santa Filomena, a 7 de Fevereiro deste ano, escreveram: *"Contra a violência policial, contra a violência do estado que demoliu já mais de metade do bairro. E foi exactamente num desses sítios demolidos que o Nu Sta Djunto aconteceu, com grandes artistas e bons beatz… Nestes bairros há mais vida que nos vossos escritórios aborrecidos e apodrecidos!"*

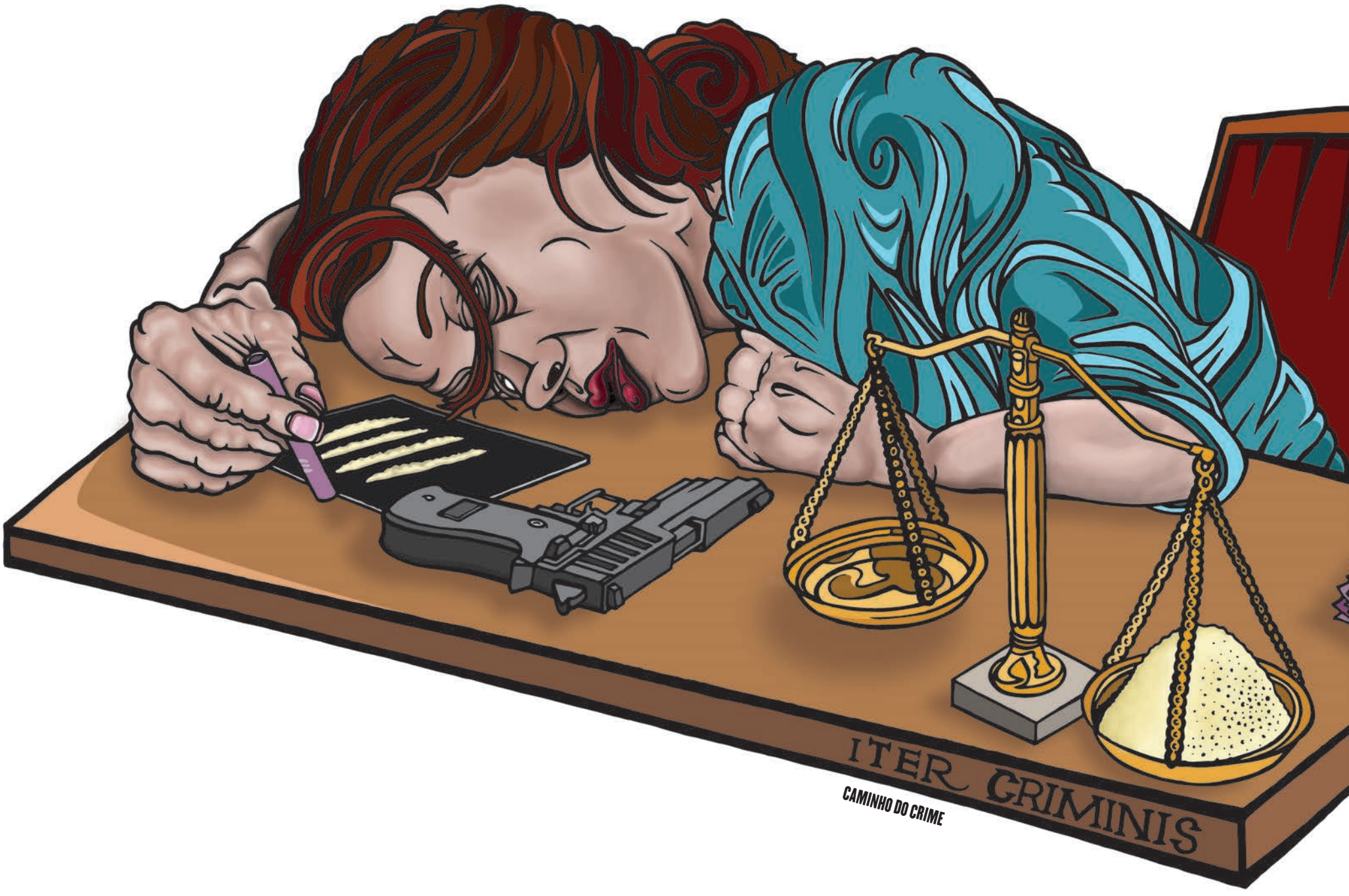
Vivemos sob um Estado democrático de Direito, um sistema institucional que se legitima através de leis, que devem proteger uma série de garantias fundamentais, baseadas no chamado "Princípio da Dignidade Humana". Liberdade, Igualdade, Segurança, Propriedade. Neste Estado de Direito, supõe-se que as próprias autoridades estão sujeitas ao respeito das regras de direito. Ainda alguém acredita nisso? E haverá quem afirme que os tais direitos fundamentais ao alcance de toda a população de forma igual?

Os sinais estão dados. O racismo é mais uma das faces visíveis da injustiça actual. Apesar das investigações que documentam extensivamente como ele está estruturalmente presente nesta democracia, continua a ser rejeitado enquanto problema social que a sociedade arrasta há séculos[7]. Perante isto, há quem se esteja a organizar como pode, seja com manifestações, publicações ou acções de solidariedade, como as acima descritas.

Só nos resta assumir que estas autoridades nunca terão legitimidade para nos julgar e governar.

/// NOTAS

1 Requerimento grupos parlamentares SOS Racismo: http://goo.gl/yrGZw7
2 O direito à legítima defesa, Artº 32 do Código Penal
3 Plataforma Gueto, *"Justiça? Só aquela que soubermos fazer."*: goo.gl/4Aq3ON
4 http://goo.gl/PCdqUb
5 *"Convívio ou violência? Os meets e a afirmação do direito à cidade"*: http://goo.gl/dswvgi
6 *"Câmara Municipal da Amadora prossegue com demolições e despejos"*: http://goo.gl/fUXt1c
7 *"Compreender as lógicas do racismo na Europa contemporânea"*: http://goo.gl/WC4Ly7



CAMINHO DO CRIME

A MANIFESTAÇÃO INSTITUCIONAL

Uma análise da forma como a lei prevê o exercício do direito à manifestação e a forma como na prática esse exercício é tratado pelo Estado e pela polícia.

PEDRO BRAVO »

É necessário delimitar em abstracto o espaço de liberdade em que o direito de manifestação pode ser exercido, para se conhecer a subtileza, a brutalidade, da produção repressiva da máquina estatal. Não se pretende aqui um estudo exaustivo dessa produção, mas indicar vias de interpretação que permitam reconhecer a realidade sob o que tem sido apresentado como o normal funcionamento das instituições.

Assim, na sistematização constitucional, o direito de manifestação, consagrado no art. 45º, nº 2, insere-se no capítulo dos direitos, liberdades e garantias pessoais (capítulo I) e não nos direitos, liberdades e garantias de participação política (capítulo II). Este elemento não é espúrio. O direito de manifestação é definido como "direito de liberdade", cujo fundamento último é a liberdade de expressão — ideia-limite do liberalismo transformada em ideia-força da ordem simbólica das sociedades democráticas ocidentais.

Ora, a lei não tipifica a forma, ou o conteúdo do que é considerado manifestação, mas sempre se dirá que esta é um fenómeno público, individual e colectivo, durante o qual se pode, por exemplo, entregar panfletos, exibir cartazes, levantar bandeiras, abrir espaços de diálogo, cantar, gritar palavras de ordem ou estar em silêncio. Se geralmente o direito de manifestação serve propósitos políticos, nada obsta a que seja exercido com outra intenção e em prol de outras demandas.

É notório e sabido que o legislador constitucional entendeu o direito de manifestação como modalidade do direito de reunião, realidade afim, uma "reunião qualificada". Por isso limitou-se a reconhecê-lo a todos os cidadãos, melhor dizendo, a todas as pessoas, estrangeiros ou apátridas que se encontrem ou vivam no território nacional. É assim necessário atender a outras coordenadas constitucionais – desde logo, as do direito de reunião – e normativas para o delimitar.

As restrições e limites abstractos do direito de manifestação estão definidos em lei pré-constitucional, no decreto-lei n.º 406/74, de 29 de Agosto de 1974, um diploma do período revolucionário, por meio do qual se tentou exercer algum controlo sobre as dinâmicas colectivas e a estratégica das organizações actuantes. Este diploma prevê o crime de desobediência qualificada para todos os que violem os seus preceitos.

Se a Constituição reconhece a liberdade e direito de manifestação às pessoas, sem necessidade de qualquer autorização prévia (para a convocação ou participação), há quem qualifique como pedido de autorização o dever, previsto no citado decreto-lei, de avisar por escrito o presidente da Câmara Municipal da intenção de realizar uma manifestação. Contudo, quem o faz está irremediavelmente errado. Por um lado, a hierarquia das fontes de Direito determina que a previsão constitucional prevaleça sobre a previsão do referido decreto-lei; por outro, o aviso exigido é uma mera comunicação que, como tal, não carece de qualquer resposta por parte do presidente da Câmara.

Apesar disso, não é raro – principalmente em manifestações de pequenas dimensões – agentes policiais confrontarem manifestantes com a necessidade de uma autorização, exigindo a subsequente dispersão. Aos manifestantes não resta senão a escolha entre acatar a ordem ilegítima proferida ou resistir à mesma, desobedecendo legitimamente. Conhecemos os riscos de tal resistência.

Recordo o caso de uma activista que foi identificada por agentes da Polícia de Segurança Pública (PSP), enquanto entregava panfletos junto a um centro de emprego. Os agentes da PSP alegaram que ela estava a organizar uma manifestação sem autorização.

Apesar do acto descrito não constituir ilícito criminal – estando inserido no espaço de liberdade delimitado pelo direito de manifestação –ainda assim, o ministério público acusou-a, pela prática de um crime de desobediência qualificada, tendo o tribunal de julgamento recebido a acusação.

Em sede de julgamento, a procuradora da República pediu a absolvição, declarando que não se tratava de "uma verdadeira manifestação, mas, sim, um exercício de direitos democráticos" e que, por isso, não exigia um pedido de autorização — como se o direito de manifestação não fosse um direito democrático ou carecesse de autorização para ser exercido! Como é evidente, a activista foi absolvida.

Ilegal, a intervenção da PSP – validada pelo ministério público em sede de inquérito – não deixou por isso de produzir efeitos reais: interrompeu a acção que estava a ser desenvolvida, fez cessar uma dinâmica político-social e identificou a activista fora do quadro de admissibilidade.

Igualmente, a lei constitucional reconhece a liberdade e direito de manifestação em locais ou vias públicas e em espaços abertos ao público.

No decreto-lei citado, o presidente da Câmara Municipal pode solicitar parecer às autoridades policiais sempre que tenha dúvidas sobre questões de segurança e se pretenda realizar a manifestação a menos de cem metros da sede de certos organismos: órgãos de soberania; instalações e acampamentos militares ou de forças militarizadas; estabelecimentos prisionais; representações diplomáticas ou consulares; sedes de partidos políticos. Se, de acordo com o parecer, o presidente da Câmara Municipal entender que existem sérias razões de segurança para tal, então, a manifestação realizar-se-à, no mínimo, a cem metros daqueles locais. A manifestação pode no entanto ser impedida pelo presidente da Câmara Municipal quando se entenda ter por fim a prática de actos contrários à lei ou moral, aos direitos de pessoas singulares ou colectivas, ou à ordem e tranquilidade. O critério geográfico não é suficiente para o seu impedimento.

Quanto a estas restrições do direito de manifestação, com a extinção dos governos civis (Decreto-Lei nº 114/2011), resta o presidente da Câmara Municipal como única entidade competente para se pronunciar sobre esta matéria.

Recordo a manifestação convocada pela CGTP

para a passagem pedestre da Ponte 25 de Abril. Após o competente aviso da central sindical aos presidentes da Câmara de Lisboa e Almada, o ministro da Administração Interna, Miguel Macedo, assumiu ilegitimamente as competências anteriormente atribuídas aos governadores civis e proibiu a realização dessa manifestação. A CGTP acatou essa proibição.

Feita uma queixa-crime contra o ministro Macedo pela prática de vários crimes – nomeadamente o crime de abuso de poder – o ministério público considerou que o ministro da Administração Interna tinha competências para intervir na matéria e proibir a manifestação porque "todas as atribuições ou competências resultantes de diplomas legais ou regulamentares não mencionados no presente decreto-lei" – o decreto-lei n.º406/74 – "e que se incluam no âmbito da competência legislativa do Governo (...) são atribuídas ao membro do Governo responsável pela área da administração interna (...)".

Todavia, o Ministério Público esquecia-se de algo fundamental: a competência legislativa sobre o direito de manifestação (ou seja, sobre direitos, liberdades e garantias) não cabe restritamente ao Governo, mas à Assembleia da República. O Ministério Público esquecia-se que, para o Governo poder legislar sobre essas matérias, a Assembleia da República teria de lhe conceder previamente autorização legislativa e que tal autorização se faz por via de lei formal que define objecto, sentido, extensão e duração da autorização. Sem essa autorização, o Governo não tem competência legislativa sobre a matéria, ou seja, é incompetente formalmente: assim, o ministro da Administração Interna proibiu a manifestação sem ter a devida competência para tal.

Esta decisão do Ministério Público constituiu, em concreto, uma diminuição de garantias relativamente ao direito de manifestação, pois reconheceu competência a entidade formalmente incompetente para decidir sobre o exercício do mesmo. Esquecimento providencial.

Finalmente, a lei constitucional protege o direito de manifestação às pessoas que o exerçam pacificamente e desarmadas.

Recordo a carga policial sobre manifestantes em frente à Assembleia da República durante a greve geral de 14 de Novembro de 2012, mas podia facilmente recordar a carga policial sobre manifestantes, transeuntes e jornalistas durante a manifestação da greve geral de 22 de Março de 2012, em Lisboa, ou ainda, nesse mesmo dia, as agressões policiais a manifestantes em frente à Reitoria do Porto, (onde se encontrava o primeiro-ministro), ou a carga policial de 13 de Novembro de 2012 contra uma manifestação de estivadores, etc., etc., dado que poucas dúvidas restam acerca do intuito repressivo e intimidatório dessas decisões.

Se critérios técnicos tivessem pautado o processo decisório do ministro Macedo – e sabe-se que foi o próprio ministro quem ordenou a carga policial – devia ter sido adoptada outra decisão. Porquê? Primeiro, porque de acordo com as Normas Técnicas para a actuação das Forças de Segurança no âmbito do exercício do Direito de Reunião e Manifestação, "os comportamentos dos manifestantes, que embora possam ser considerados acção violenta para efeitos penais, não são fundamento para a emissão de ordem de dispersão se se mantiver a natureza pacífica da manifestação" (art. 15º); segundo, porque a grande maioria dos manifestantes ainda que gritasse palavras de ordem e cantasse, ostentasse bandeiras, faixas e punhos erguidos, não estava envolvida no arremesso de objectos contra o contingente policial, mas apresentava-se pacificamente e desarmada, ou seja, mantinha-se a natureza pacífica da manifestação; terceiro, porque entre os manifestantes, encontravam-se crianças e velhos; quarto, porque as Unidades de Intervenção estão treinadas em movimentos tácticos que lhes permitem não só a captura de indivíduos num grupo, como a dispersão gradual e sem violência. Ou seja, estavam reunidas circunstâncias que exigiam uma outra acção policial.

Todavia, o preceito constitucional não foi valorado. Porquê? A única resposta admissível resulta

(...) EM TODAS AS MANIFESTAÇÕES, FOI POSSÍVEL RECONHECER AGENTES POLICIAIS, FARDADOS E À PAISANA, JUNTO AO CONTINGENTE POLICIAL, A FILMAR OS MANIFESTANTES. CONJUGANDO ESTE FACTO COM AS INÚMERAS IDENTIFICAÇÕES DE MANIFESTANTES FORA DO RESPECTIVO QUADRO DE ADMISSIBILIDADE, SUSCITA-SE O FUNDADO RECEIO DE ESTAR A SER COMPILADO E CONSTITUÍDO UM ARQUIVO SECRETO SOBRE GRUPOS, MOVIMENTOS, ACTIVISTAS E OUTRAS PESSOAS QUE EXERCEM O SEU DIREITO DE MANIFESTAÇÃO.

Cerco ao parlamento. Manifestação contra o Orçamento de Estado 2013, 15 de Outubro de 2012.
Foto: João Ribeiro

Cerco ao parlamento. Manifestação contra o Orçamento de Estado 2013, 15 de Outubro de 2012.
Foto:João Ribeiro

RECORDO O CASO DE UMA ACTIVISTA QUE FOI IDENTIFICADA POR AGENTES DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA (PSP), ENQUANTO ENTREGAVA PANFLETOS JUNTO A UM CENTRO DE EMPREGO. OS AGENTES DA PSP ALEGARAM QUE ELA ESTAVA A ORGANIZAR UMA MANIFESTAÇÃO SEM AUTORIZAÇÃO.

do domínio político. A sucessão de manifestações e a sua crescente combatividade estavam a reavivar, pouco a pouco e timidamente, a memória colectiva das virtudes disruptivas que toda a manifestação, como produção colectiva, ainda guarda em potência. Movimentos distintos começavam a dialogar entre si, a conjugar esforços, a partilhar manifestações. Na verdade, o exercício do direito de manifestação começava a entrar no domínio do direito de resistência e essa possibilidade, ainda que admissível constitucionalmente, não é desejada politicamente.

Se há alguma relação entre esta finalidade e o facto da ordem de dispersão ter sido transmitida através de meios sonoros insuficientes para, naquelas condições, ser ouvida e compreendida pelos manifestantes, não é possível afirmar. Como resultado, engenhos explosivos foram lançados sobre as cabeças de manifestantes desarmados, com grave risco para a sua integridade física. Não foi ensaiado qualquer movimento de captura dos indivíduos que arremessavam objectos contra o contingente policial, tendo estes sido supostamente detidos em momento posterior. Durante a carga de dispersão, foram agredidas dezenas de pessoas pacíficas. Realizaram-se detenções arbitrárias a centenas de metros da Assembleia da República. Os detidos foram conduzidos para o Tribunal de Monsanto sendo-lhes negados os mais básicos direitos durante a detenção – humilhados, injuriados… Ainda houve quem tentasse apresentar, em esquadras de polícia, queixa-crime contra os agentes da carga, o comando operacional e o ministro Macedo, mas a mesma não lhes foi admitida.

Imediatamente, o movimento de rua que se desenvolvia recuou para a dignidade dos desfiles e das marchas lentas. No dia seguinte, ninguém regressou à rua, mas discutiu-se, aliás doutamente, a repressão policial e a virtude dos resistentes — a bazófia dos "incondescendentes".

Recordo outra greve geral, a de 27 de Junho de 2013.

No fim da manifestação da CGTP, partiram da Assembleia da República umas duas centenas de pessoas em manifestação espontânea. Foram imediatamente cercadas por um forte contingente policial, que as acompanhou até à zona das Amoreiras e depois as conduziu até às vias de acesso à Ponte 25 de Abril, para uma rua lateral do bairro da Bela Flor.. Nesse local, um robusto dispositivo policial conservou 226 pessoas sequestradas, sem acesso a água ou casa de banho. Só depois de identificadas as deixou partir.

Esta prática visou interromper o legítimo exercício do direito de manifestação daquelas 226 pessoas, tentando criar simultaneamente a aparência de um ilícito criminal que lhes pudesse ser imputado. Assim, não só a forma da detenção foi ilegal, dado que aqueles manifestantes não estavam a praticar qualquer ilícito criminal, como a razão que a determinou foi provocada pela acção daquele contingente policial. Se a prática repressiva interrompeu com sucesso a manifestação espontânea, desta vez não foi validada pelo Ministério Público, que arquivou o processo.

Outra questão importa ainda aflorar: a filmagem de manifestantes.

Ainda que a captação de imagens se admita em flagrante delito, por existir justa causa, é proibida a captação de imagem sem o consentimento dos visados, mesmo em eventos em que estas participem legitimamente (art. 199 do Código Penal). A noção peregrina de captação preventiva de imagens é estritamente proibida.

No entanto, em todas as manifestações, foi possível reconhecer agentes policiais, fardados e à paisana, junto ao contingente policial, a filmar os manifestantes. Conjugando este facto com as inúmeras identificações de manifestantes fora do respectivo quadro de admissibilidade, suscita-se o fundado receio de estar a ser compilado e constituído um arquivo secreto sobre grupos, movimentos, activistas e outras pessoas que exercem o seu direito de manifestação.

RECORDO A MANIFESTAÇÃO CONVOCADA PELA CGTP PARA A PASSAGEM PEDESTRE DA PONTE 25 DE ABRIL. APÓS O COMPETENTE AVISO DA CENTRAL SINDICAL AOS PRESIDENTES DA CÂMARA DE LISBOA E ALMADA, O MINISTRO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, MIGUEL MACEDO, ASSUMIU ILEGITIMAMENTE AS COMPETÊNCIAS ANTERIORMENTE ATRIBUÍDAS AOS GOVERNADORES CIVIS E PROIBIU A REALIZAÇÃO DESSA MANIFESTAÇÃO. A CGTP ACATOU ESSA PROIBIÇÃO.

Na democracia existente, o exercício do direito de manifestação é dos mais difíceis de controlar. A máquina estatal tem tentado educar as classes dominadas no exercício do direito de manifestação como uma catarse operada nos tempos livres, uma purificação realizada através da liberdade de expressão, que deve preparar o indivíduo para o sufrágio universal, para ser integrado na ordem institucional através de partidos, de sindicatos ou de petições à Assembleia da República. Contudo, a manifestação é um fenómeno político, social, colectivo, onde a liberdade e consciência individual se podem organizar num poderoso instrumento de acção, numa demonstração colectiva de força, convicção e intransigência. É desta qualidade e da sua história, que o poder de Estado deseja o esquecimento: tudo fará para que não assuma sequer a forma do direito de resistência — apesar deste ser, como se sabe, o último bastião da ordem vigente perante o desejo de transformar a realidade dominante.

O DIREITO FICA À PORTA DAS PRISÕES

Se os direitos humanos ou fundamentais são muitas vezes uma abstracção para aqueles que se cruzam com as instuições da democracia quando falamos de prisões, "direitos" é somente uma palavra sem significado prático.

ANTÓNIO PEDRO DORES »

No ano em que se celebram os 70 anos da libertação de Auschwitz, a questão do testemunho e da testemunha, a voz de quem não a tem (Gil, 2004), torna-se mais premente. Face à necessidade de uma nova ordem social, as vozes abafadas, estigmatizadas, reveladoras da velha ordem opressora devem passar a ser ouvidas. Com atenção e respeito.

A verdade é que a situação dos prisioneiros, o seu encarceramento, a perda prática de direitos que lhes são garantidos constitucionalmente – a Constituição garante que apenas a restrição de liberdade amcom propriedade: as prisões são administradas à margem do direito.

O Observatório Europeu das Prisões reporta, a propósito das condições de encarceramento em oito países da Europa, incluindo Portugal, que em nenhum desses países são observadas, sequer parcialmente, as Regras Penitenciárias Europeias, com as quais todos os países se comprometeram ao aderir ao Conselho da Europa (Crétenot, 2014). Mais de quarenta associações europeias dirigiram ao Conselho da Europa uma petição denunciando o facto dos estados membros não respeitarem os seus compromissos para com a Convenção Europeia dos Direitos Humanos, em particular no que toca ao respeito pela jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. Actualmente, o Tribunal, em vez de julgar uma única vez a existência de um tipo de violações dos Direitos Humanos por parte dos estados, verifica ter de se ocupar recorrentemente com o mesmo tipo de casos. Os estados, em vez de colaborarem, como estão obrigados por terem subscrito as convenções e tratados internacionais dos direitos humanos, resistem a reformar as práticas institucionais condenadas (AAVV, 2015).

bulatória judicialmente decretada pode ser imposta aos reclusos – é a prisão da própria democracia nos limites de quem tenha interesse em não ouvir os gritos lancinantes que se lançam, sem chegarem a lado nenhum. Por exemplo, Fernanda Palma, professora catedrática de Direito Penal, denunciou a prática banalizada pelos Tribunais de Execução de Penas de imposição da *interiorização* da pena. A prática de reclamar não apenas a declaração formal de arrependimento mas também a manifestação de uma sinceridade capaz de convencer o juiz, como condição de flexibilização de penas (precárias, liberdades condicionais), é contra direito (Palma, 2015). Em Portugal, as penas efectivas de prisão são três vezes as da média europeia, superior a países onde se admite a pena de prisão perpétua. Pode dizer-se

Haja novos antros de extermínio na Europa, setenta anos depois, como são os casos de detenções secretas praticadas pela CIA, com a colaboração de muitos governos europeus; ou nas fronteiras mediterrânicas, onde se organizaram várias barragens para perseguir os imigrantes, com a colaboração dos

SAMUEL BUTON

estados do Norte de África, impondo mortes sem conta; ou nos centros de detenção para imigrantes indocumentados, tratados como criminosos, sobretudo em Espanha, Itália, Grécia e Bulgária; ou, ainda, nos asilos que recebem crianças e jovens e são incapazes de evitar, em muitos casos, a sua desinstitucionalização, levando-os ao desespero, ao encarceramento, à morte. Haja esses antros de extermínio e nem o activismo é suficiente para denunciar aquilo que as pessoas preferem acreditar que é impossível estar a acontecer. Num continente que diz ser defensor dos direitos humanos.

OS ESFORÇOS DA ONU, ATRAVÉS DO PROTOCOLO ADICIONAL À CONVENÇÃO DA TORTURA, QUE PORTUGAL RATIFICOU, PREVÊ MECANISMOS NACIONAIS, DESCENTRALIZADOS, PRÓXIMOS DOS LOCAIS ONDE A TORTURA PODE OCORRER, COMO ESQUADRAS, PRISÕES, QUARTÉIS.

Os esforços da ONU, através do Protocolo Adicional à Convenção da Tortura, que Portugal ratificou, prevê mecanismos nacionais, descentralizados, próximos dos locais onde a tortura pode ocorrer, como esquadras, prisões, quartéis. A luta contra as condições que facilitam a tortura precisa de quem as denuncie. De quem não se conforme com os maus tratos e humilhações e tenha algum apoio de quem possa e esteja capacitado para formular petição junto de organismos competentes, como as inspecções do ministério da justiça ou dos serviços prisionais, do Provedor de Justiça, do Ministério Público e, agora, da Entidade Nacional de Prevenção da Tortura, instituída pelo protocolo acima referido. A própria Entidade Nacional de Prevenção se inibe de usar no seu título a palavra tortura, ficando quem não saiba sem saber a que raio de prevenção se dedicará tal instituição.

O testemunho de quem é humilhado ou mesmo torturado enfrenta um aparato de contrariedades, a começar na própria consciência do que sejam os seus direitos. Quatro quintos dos presos em Portugal, é uma estimativa mas não é irrealista, quando crianças e jovens, passaram por instituições de acolhimento incapazes de as socializar em liberdade. Incutiram neles a noção de obediência endémica e de resistência espontânea, como forma de sobrevivência, sem instâncias seguras de recurso. Aprendem a ser manipuladores, como se queixam funcionários das instituições sociais e prisionais. Aprendem a defender-se sozinhos, perante a indiferença geral e a hipocrisia das instituições e de tantos profissionais que justificam a sua existência (socialmente integrada) com a caridade que dedicam aos excluídos. As regras são pensadas para abafar os testemunhos de vida dos alvos do auxílio social. Além de serem mal tratada/os, as crianças e jovens devem estar agradecida/os. E ninguém lhes perdoa quando testemunham as misérias de que são vítimas. Estamos no mesmo limbo que permitiu (e permite) o alheamento social dos campos de concentração ou dos abusos sexuais de crianças.

A estimativa mencionada foi-me oferecida por Carlos Gouveia[1] – a quem dedico este texto – depois de ter sido alvo de um ataque cobarde de um grupo de assalto especial da guarda prisional, vindo a público em vídeo, no *Público*.[2] O inquérito interno dos serviços prisionais reconhece ser a história do recluso um exemplo do que está mal nos serviços sociais e prisionais do Estado. Institucionalizado praticamente sem interrupção desde os 4 anos de idade, enviado pelos serviços prisionais para Vale de Judeus com 17 anos, viu-se obrigado a matar para se defender do assédio de prisioneiros mais velhos. O mesmo inquérito também informa que foi a própria direcção dos serviços quem deu ordens para a equipe de torturadores avançar. Entretanto, numa decisão rara, um tribunal condenou dois dos guardas, entre os sete ou oito que lá estavam, mais um enfermeiro. Sem menção para as responsabilidades da direcção, da instituição ou dos colaboradores *in loco* das torturas.

Terá havido tortura. Mas não é crime colaborar com ela!?!

O CDS-PP apoiou a posição cobarde do director-geral que se escondeu da comunicação social, dizendo estar à espera do inquérito interno para saber o que se passara, sem admitir ser ele o responsável. O ministro da justiça lavou as mãos do assunto através de uma proibição do seu ministério voltar a usar as armas taser que tinha comprado às dezenas. Posição sem consequências na continuidade do director-geral, que ainda hoje se mantém em funções. Os comentadores, por seu lado, dividiram-se. Nenhum se atreveu a denunciar o que se passou como um crime de tortura. Muitos foram perentórios na sua condescendência de reconhecer as dificuldades da vida dos guardas prisionais. Não para pedir melhores condições de trabalho mas para justificar a tortura como ossos do ofício … dos guardas. Como se as vítimas não fossem gente.

Tal como na Irlanda ocupada as mulheres abusadas pelos carcereiros ingleses usaram sangue menstrual para os intimidar e combater (O´Keefe, 2006), assim Carlos Gouveia, na sua luta isolada e de uma vida pelo reconhecimento da sua dignidade humana, utilizou as suas fezes para dizer estar vivo e ser gente. Disse estar todo partidinho da porrada, mas que não pode vergar-se ou negar a sua própria existência. (E é possível, oh Ordem dos Médicos, que não se dê pelas mazelas da tortura?). Explicou-me um ex-prisioneiro, igualmente experiente como vítima de torturas, que, perante o isolamento social extremo numa prisão, provocar uma qualquer ligação social, nem que seja com abusadores, agressores, torturadores, pode ser necessário para romper com o isolamento. Álvaro Cunhal explica algo de semelhante quando se refere à sua longa passagem pelas prisões de Salazar. As torturas de pancadaria misturada com o impedimento de dormir, durante vários dias, são más. Mas o isolamento, sem contacto físico, é pior (Cunhal, 2008:89-90).

O TESTEMUNHO DE QUEM É HUMILHADO OU MESMO TORTURADO ENFRENTA UM APARATO DE CONTRARIEDADES, A COMEÇAR NA PRÓPRIA CONSCIÊNCIA DO QUE SEJAM OS SEUS DIREITOS.

É quem está socialmente isolado que volta à prisão. Como acontece à maioria dos prisioneiros (taxas de reincidência que não se conhecem, mas rondarão os 60%, sendo que 50% dos presos são filhos de pais que já estiveram presos). Há mesmo quem não queira sair da prisão, apesar dos maus tratos, por não ter como escapar ("Recluso em liberdade protesta à porta da cadeia," 2015).

A maior das incompreensões vai a par com a construção social dos isolamentos sociais estigmatizados. O jornal refere-se ao "recluso em liberdade", sem se dar conta da contradição semântica radical. Que raio de liberdade será essa?

Existem associações que se especializam em dar a cara e proteger o corpo de quem receia ser outra vez vítima dos abusadores, na esperança de que alguns testemunhos registem os crimes que se praticam impunemente em nome das instituições judiciais. Num caso de um casal espanhol preso em Portugal por um crime grave, recebemos a queixa de graves abusos sexuais e torturas. Notícias da cumplicidade com a acusação de um advogado contratado pela defesa, incluindo extorsão, completaram o cenário de isolamento dos prisioneiros. Abandono dos queixosos pelo ministério público, com a cumplicidade do advogado, quando a senhora tentou transmitir as experiências de tortura de que terá sido vítima. Pressões com origem nos serviços do tribunal de julgamento para inibir a acção de outro advogado de defesa que procurou minimizar, sem o conseguir, os efeitos dum julgamento sem direito a defesa. A decisão de condenação, embora ilegal, deixou a defesa exausta, descrente e incapaz de reacção.

Transferidos os condenados para Madrid, surge um processo-crime contra a denúncia de tortura publicada por uma associação. Processo instruído pelo Ministério Público, desta vez muito atento aos grunhidos sem sentido, que acompanhou, dos dois polícias judiciários destacados para se fingirem ofendidos por denúncias de serem autores de tortura. Processo-crime sem outro préstimo que não fosse a intimidação da associação.[3]

/// REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AAVV. Common declaration of organisations active in the judicial defence of prisoners rights, in respect of the stakeholders' conference organised by the Belgium Presidency of the Committee of Ministers (2015). Conselho da Europa. Visto em 17/2/2015 http://iscte.pt/~apad/ACED/Estudos prisionais/Common position .pdf

Crétenot, M. (2014). Das Práticas Nacionais Para as Recomendações Europeias: iniciativas interessantes de Gestão das Prisões. Lisboa: Antigone Edizioni - Observatório Europeu das Prisões.

Cunhal, Á. (2008). Obras Escolhidas II 1947-1964. Lisboa: Edições Avante.

Gil, J. (2004). Portugal, Hoje: O Medo de Existir. Lisboa: Relógio de Água.

O´Keefe, T. (2006). Menstrual Blood as a Weapon of Resistance. International Feminist Journal of Politics, 8(4, Dezembro), 535–556.

Palma, F. (2015, February 9). Culpa interior. Correio Da Manhã. Lisboa. Visto em 17/2/2015 http://www.cmjornal.xl.pt/opiniao/colunistas/fernanda_palma/detalhe/culpa_interior.html

Recluso em liberdade protesta à porta da cadeia. (2015, February 9). Diário de Coimbra. Coimbra. Visto em 17/2/2015 http://www.diariocoimbra.pt/noticias/recluso-em-liberdade-protesta-porta-da-cadeia

/// NOTAS

1 Ver http://iscte.pt/~apad/ACED_juristas/carlos%20gouveia.html.

2 Ver http://www.publico.pt/multimedia/video/agressao-na-cadeia-de-p-de-ferreira-634340015213906250

3 "Liberdade de expressão face a alegações de tortura" em http://iscte.pt/~apad/novosite2007/medalha.html.

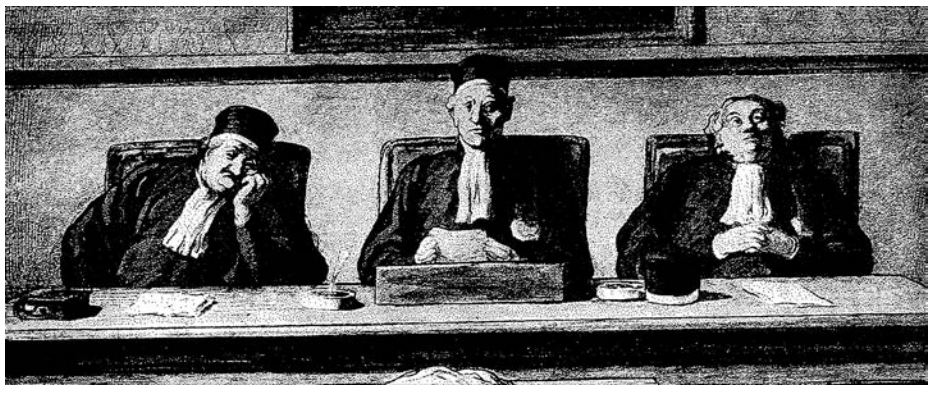
O ESTADO NACIONAL-CATÓLICO SUBSISTE

Como o Estado Novo, apesar de terminado há quase 41 anos, continua a influenciar as instituições do direito da democracia parlamentar.

JOSEPH PRAETORIUS »

A democracia parlamentar corre com uma judicatura de formação salazarista. E o salazarismo é apenas o corte da informação, sendo menos uma posição do que a ausência de posições intelectuais, na convicção da nocividade de qualquer manifestação de inteligência. Salazar controla a universidade completamente a partir dos anos cinquenta. Os últimos formados pela universidade liberal terão portanto abandonado o supremo tribunal de justiça em 1990. Quarenta anos depois. A formação nas Humanidades trazia os parâmetros das normalidades positivadas na História da Cultura no que dizia respeito às convicções atinentes à natureza do homem e às liberdades naturais, por exemplo. E os textos decisórios faziam notar isso muitas vezes e em todos os domínios.

Os da universidade salazarista tiveram o Centro de Estudos Judiciários para prolongarem a sua vacuidade intelectual. E nas faculdades de direito os salazaristas foram apenas brevemente questionados na crise de 1974-75. Tais faculdades estão hoje dominadas por gente da opus dei. Compreensivelmente. A democracia parlamentar corre com uma judicatura com deformação salazarista.



"Três Juízes". Desenho de **Honoré Daumier**, caricarurista francês do séc XIX que satirizou o mundo da justiça com uma série de caricaturas chamada "Le Gens de la Justice", onde representava juízes, fiscais, e advogados corruptos e gananciosos.

Sublinho, exemplificativamente, três momentos de resistência evidente e nacional-católica ao Direito. São eles, o direito de petição, a liberdade de expressão e o habeas corpus

Apresentaram os Pares de Inglaterra à outorga de Guilherme de Orange a exigência em cujos termos é direito dos súbditos formularem petições ao Rei e ninguém pode ser molestado, encarcerado ou processado em razão do exercício desse direito – a isto se tendo chamado Direito de Petição – e os portugueses democratas apressaram-se a acolher o dito "direito de petição" acrescentando-lhe, todavia, um "sem prejuízo da responsabilidade criminal" (é "solução mitigada" que, na "posição adoptada", anulou, pura e simplesmente, o Direito de Petição pela viabilização da retaliação processual).

Na liberdade de expressão, o art. 37º, nº 3, da Constituição da República regista a fórmula em cujos termos as "infracções cometidas no exercício destes direitos (…)" – os da liberdade de expressão – "serão julgadas", etc… ora, ou não há infracções cometidas no exercício dos direitos da liberdade de expressão, ou não há liberdade de expressão (e é a liberdade de expressão que não há, evidentemente). Não há infracções cometidas no exercício de direitos, porque isso significaria que os direitos seriam infracções o que evidentemente é autocontraditório. Não há, portanto, liberdade de expressão (o que de resto se tem notado e muito). De entre os professores de direito, Paulo Ferreira de Cunha foi o primeiro e o único – em trinta e nove anos – a notar essa soez anomalia.

O habeas corpus está bem formulado no texto constitucional (art. 31º). Até espanta. Mas está bem. O significado desse poder de requerer é o de que qualquer cidadão eleitor pode intervir, directa e pessoalmente em sede jurisdicional (junto do supremo tribunal de justiça) quando uma organização institucional ou um funcionário cometem o acto de insubordinação traduzido em abuso de poder e nesse afrontamento da ordem pública se consuma uma prisão ilegal, isto é, um perigo para a liberdade e segurança de todos.

Pois ainda assim o salazarismo em direito anula essa evidente fórmula e esse evidente alcance. Diz que quando o ilegalmente preso tiver advogado ninguém pode vir requerer em seu favor o habeas corpus a não ser o seu próprio advogado. É uma interpretação que recusa a norma constitucional e estabelece condições que jamais foram formuladas e são proibidas.

Mas o salazarismo em direito consegue ser perfeitamente explícito. Ostensivamente explícito.

Se até aqui temos estado nas semi-posições, nas coisas que se diz que há sem as haver, ou que se diz que há para que não existam, como verdadeiras armadilhas ao protesto cidadão, a verdade é que dois presidentes do tribunal central administrativo sul mantêm a mesma posição no que à imparcialidade respeita. E também ninguém achou nada de estranho nesse pronunciamento ostensivo.

Xavier Forte ousou deixar no site do tribunal um texto, mantido online até hoje, onde entre outras ostentações está esta: "Como escreveu Carnelluti "Basta reflectir que ser imparcial significa não ser parte; mas o juiz, pois não é mais de que um homem, não pode deixar de ser parte. E isto quer dizer, em termos menos abstractos que ele é alguém com as suas simpatias e antipatias, as suas relações, os seus interesses, e com aquele modo misterioso de ser que se constitui das predilecções. Pretender a imparcialidade do juiz é, portanto, qualquer coisa como buscar a quadratura do círculo"[1].

É difícil conceber maior e mais ostensivo desafio à legalidade constitucional. A imparcialidade é o pressuposto do sistema, sendo uma tradução da independência. A imparcialidade é a ausência de preconceito ou "parti pris", como diz a jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. O presidente de um tribunal superior vem, citando um processualista de Mussolini, dizer que isso é impossível. E não é um processualista qualquer, é um homem insusceptível de reconciliação com a dignidade humana, uma vez que considerava o "direito ao corpo" definido pelo casamento católico como da ordem dos direitos reais, isto é, do direito das coisas. Era um direito da ordem da propriedade, da posse, do usufruto.

Quando esta gente fala em independência todos os outros têm todos os motivos para ficarem (muito) preocupados. Porque não é a independência de um aplicador do Direito. É a liberdade de resistir ao Direito. Coisa que de resto tem sido feita com pleno êxito. Desde as faculdades de direito às decisões dos tribunais, o aparelho de justiça tem sido o lugar da conspiração surda, raivosa e eficaz contra os direitos Fundamentais.

Como se demonstra exuberantemente nas decisões desta máquina ensandecida, tudo significa nada. E nada significa tudo. Esta máquina atingiu já uma ostensividade que a faz degenerescência irrecuperável e definitiva, colocando-a em radical oposição aos pressupostos do sistema.

Este fenómeno não pode ser olhado de outro modo. E deve ser incluído em lugar central das preocupações políticas de todos. Porque é um problema central.

/// NOTAS
1 http://goo.gl/ZN1JXD

Sentindo que estamos a sair da crise

Syriza, o placebo grego

Após 6 anos de imposições de austeridade os gregos foram às urnas castigar a velha plutocracia representada pelo bipartidismo da Nova Democracia e do PASOK. Ofereceram 36% dos papelinhos depositados nas urnas a uma coligação de partidos que lhes promete o fim da austeridade e a restauração da dignidade nacional.
Antonis Vradis analisa as possibilidades que se apresentam aos anarquistas e demais sectores antagonistas do espectro político grego, perante um país governado por um partido refém das suas promessas.

ANTONIS VRADIS
ANTONIS@OCCUPIEDLONDON.ORG

Se tem existido um único sentimento que descreva e que reina sobre a política na Grécia durante os seus longos anos de crise financeira, esse é o medo: medo do declínio das estatísticas fiscais; medo da deterioração dos padrões de vida que estas acarretam; medo de perder mesmo aquelas fracções de poder laboral, de liberdades políticas e de condições sociais dos quais muitos desfrutaram no país até há bem poucos anos atrás.

Daí que não seja surpreendente ver que um poder político alarmista também tenha reinado durante estes anos. Ele impôs o dogma da austeridade como única via para sair da crise à medida que moldava todo um cenário social (supostamente como resposta ao próprio medo das pessoas) através de um endurecimento do policiamento, da vilificação dos imigrantes, dos casais do mesmo sexo, dos activistas políticos... A vilificação de quem quer que seja que, resumindo, pareça sair da linha desta nova ordem social e que seja potencialmente capaz de a ameaçar. Mas as pessoas não podem manter o medo durante tanto tempo. Independentemente de tudo o resto que possa indicar, a vitória eleitoral do Syriza a 25 de Janeiro mostrou uma massa crítica que se está agora a voltar contra o alarmismo – destituindo, como fez, a coligação governamental que mais claramente seguia uma economia neoliberal e uma política radical de direita na Grécia pelo menos desde a queda da ditadura em 1973. O aparente volte-face parece surpreendente, atingindo mesmo proporções históricas: supostamente, este é o primeiro governo de esquerda em solo europeu desde a Segunda Guerra Mundial.

Mas será isso suficiente? Seguramente, muitos daqueles que votaram no Syriza estavam determinados a ultrapassar os seus medos e a prevenir que forças maiores moldassem o rumo das suas vidas. Para muitos deles, a subida do Syriza ao poder veio demasiado tarde, já que as eleições do Verão de 2012 pareciam ser uma conjuntura ainda mais crucial para afastar a economia e a política da Grécia da doutrina da austeridade. Com cerca de um mês de governação, a esperança inicial depositada no Syriza internamente, por toda a Europa e fora dela, deparou-se com as garantias dadas internacionalmente pelos líderes do partido de que iriam gerir a crise de uma forma mais subtil e ortodoxa financeiramente do que aquela que os seus apoiantes esperavam.

Primeiro veio o medo, depois veio a sua superação – e agora parece vir a desilusão. Mas uma navegação política deste tipo faz sobressair as limitações do que é tentar produzir uma mudança radical através dos meios parlamentares. Esta é uma lição que já tinha sido assimilada por aqueles que lutaram contra os efeitos da austeridade e das políticas da direita radical na Grécia a um nível de base através da instituição de bancos de tempo, cozinhas populares, clínicas auto-organizadas, projectos de solidariedade imigrante e através da criação e defesa de novos espaços públicos na cidade. Mas é impossível parar por aí – e teria sido um grande erro fazê-lo. Nas semanas que se seguiram às eleições de Janeiro, tornou-se desde logo claro que o Syriza está obrigado a seguir um caminho mais convencional, financeiramente ortodoxo e complacente. Ainda assim, a simples mudança de governo ofereceu, ainda que momentaneamente, uma agradável – e necessário, para muitos – lufada de ar fresco numa atmosfera política intoxicada pela dominação de políticas e discursos totalitários.

Mas para que as lutas e os custos sociais suportados no anos anteriores possam colher frutos, a mudança deve agora infiltrar-se no cenário político convencional. Seria simplesmente catastrófico ver partidos da velha guarda a regressar ao poder no seguimento de uma qualquer escorregadela futura do Syriza (ou, é claro, do Syriza simplesmente ir no mesmo caminho), se pouco ou nada mudou no terreno entretanto. Se existe um qualquer legado positivo a construir a partir deste "primeiro governo de esquerda", este residirá numa tentativa consciente de usar o espaço político e cognitivo que ele terá de abrir para nos distanciarmos e irmos além do domínio parlamentar por completo.

Na sua essência, o caminho é bastante simples: a maneira mais efectiva de confrontar as grandes forças que tentam moldar o nosso mundo, provocando o medo no seu seio, é construindo economias e estruturas sociais de solidariedade e de afinidade política a um nível quotidiano. É por essa razão que a vitória do Syriza não é de nenhuma forma suficiente por si só. O seu governo deve agora ser forçado a conceder a margem de manobra necessária para que estes projectos floresçam: afinal de contas, tem tudo a ver com a mudança social radical e progressiva que defende.

Mas será que o Syriza irá mesmo ajudar a mudar o cenário político dando-lhe uma direcção mais progressiva? Penso que existem duas possibilidades aqui. Mas para as compreendermos, temos de recordar, sucintamente, como o Syriza surgiu.

O Syriza disparou de pequeno partido no parlamento para titular do governo. Para aí chegar, o Syriza teve suficiente sorte num aspecto: foi pura coincidência que tenham sido os sociais-democratas do PASOK a liderar a entrada da Grécia nos seus acordos do memorando. Se, por exemplo, tivessem sido os conservadores do Nova Democracia a estar no poder, seria altamente improvável que o fenómeno do Syriza tivesse sequer nascido. E por que é isto importante? Simplesmente porque demonstra

Com cerca de um mês de governação, a esperança inicial depositada no Syriza internamente, por toda a Europa e fora dela, deparou-se com as garantias dadas internacionalmente pelos líderes do partido de que iriam gerir a crise de uma forma mais subtil e ortodoxa financeiramente do que aquela que os seus apoiantes esperavam.

que na sua grande maioria não foi o eleitorado que mudou de modo significativo, nem foi uma mobilização expressiva de base que levou o Syriza ao poder – como parece ser o caso em Espanha de momento. Pelo contrário, o Syriza preencheu principalmente o vazio da social-democracia depois da sua implosão. O Syriza cresceu porque uma grande parte do eleitorado o concebeu como única possibilidade tangível para que uma política de tipo keynesiano pudesse ser posta em prática no seu país; uma possibilidade para que as suas condições de vida melhorassem sem que tivessem de mudar quaisquer das suas práticas diárias.

A situação pela qual passamos é, nesse sentido, historicamente irónica: uma parte da esquerda chegou ao poder menos pelo apoio de base popular e mais pelo apoio de campos específicos dentro das forças locais do capital, aquelas forças que vêem no Syriza o potencial para ser um excelente administrador do descontentamento social. Melhor ainda: uma força que pode estabilizar a economia melhorando ligeiramente as condições dos trabalhadores e seguindo aqueles que são os princípios fundamentais das políticas de austeridade até ao momento. Este é o primeiro cenário daquilo que poderá acontecer na Grécia neste momento – naturalmente, um cenário potencialmente catastrófico que poderá mesmo ver o "primeiro governo de esquerda" tornar-se num mero "parêntesis" (como muitos opositores de direita já lhe chamam) na dominação da política convencional por parte da direita radical nos tempos mais recentes na Grécia.

O segundo cenário é não só o mais abrangente de momento mas também o único, na minha opinião, que poderá oferecer a esperança de conquistas tangíveis por parte do campo político progressivamente radical, ou seja, o nosso movimento social antagonista mais amplo – os anarquistas e inclusive a esquerda radical. Neste cenário, o governo liderado pelo Syriza seria levado pela base popular a implementar o que prometeu antes das eleições: livrar-se de algumas unidades de polícia fascistas (a DELTA e a MAT – polícia anti-motim); restaurar alguma dignidade básica no campo laboral (aumentando o salário mínimo e fazendo acordos colectivos de trabalho); fechar os campos de concentração para imigrantes e dar documentação a todos estes que se encontrem no país; restaurar o asilo académico (impedindo a polícia de entrar nos espaços universitários). Estas mudanças são apenas indicativas mas acabam por ser fundamentais – e são-no devido à razão abaixo indicada.

A situação pela qual passamos é, nesse sentido, historicamente irónica: uma parte da esquerda chegou ao poder menos pelo apoio de base popular e mais pelo apoio de campos específicos dentro das forças locais do capital, aquelas forças que vêem no Syriza o potencial para ser um excelente administrador do descontentamento social.

As condições que trouxeram turbulência e uma grande confusão ao cenário político convencional na Grécia não são exclusivamente gregas, é óbvio. Do desaparecimento de 43 estudantes mexicanos às desconcertantes estatísticas de seis mortes por dia às mãos da polícia no Brasil, do impressionante desenvolvimento de forças radicais islâmicas no Médio Oriente, norte de África e noutros lugares, chegando até solo europeu, à implementação da doutrina da austeridade – inclusive em Portugal, é claro –, muitos de nós estamos agora unidos sob o peso de viver sujeitos a forças que excedem colossalmente a nossa capacidade de as compreender e muito menos de actuar contra elas. Nesse sentido, a sociedade grega tinha-se já juntado energicamente a este aparente momento global em que os caminhos cruzados e a verdadeira força do poder são postos a nu. Esta mudança não reside no volume do dito poder, mas na sua opacidade: o que antes se deu à porta fechada encontra-se agora aí, a nu, para toda a gente ver. Mas o facto de podermos ver tão claramente o que está a acontecer não poderá deixar de ser benéfico a longo prazo. Tanto o estado social como o seu sucessor neoliberal morreram diante dos olhos de todos. E se as sociedades atravessam algo parecido com "os cinco estágios da dor" devido à perda do anterior modelo do estado social, então, seguramente, devemos estar bem próximos do fim: saímos da negação e da raiva para algo entre a depressão (que era onde a Grécia se encontrava até agora) e a negociação (que é o que deverá estar a acontecer agora com o Syriza). Muito em breve, penso, devemos estar a chegar ao estágio final da aceitação: aceitaremos finalmente que este sistema há muito deixou de funcionar e seguiremos com as nossas vidas.

Primeiro veio o medo, depois veio a sua superação – e agora parece vir a desilusão. Mas uma navegação política deste tipo faz sobressair as limitações do que é tentar produzir uma mudança radical através dos meios parlamentares.

Greve de fome nas prisões gregas

A coligação de partidos de esquerda radical Syriza ganhou as eleições gregas a 25 de Janeiro com base em diversas promessas eleitorais que prometiam o fim das medidas de austeridade impostas pelas Troika e um rejuvenescimento da economia grega. Logo no dia seguinte, para não deixarem escapar a oportunidade de formar governo, coligaram-se com um partido que normalmente costuma estar bem à direita no parlamento grego, o partido nacionalista ANEL. Entre essas distintas promessas constava o encerramento das prisões de alta-segurança. Estas são prisões classificadas de Tipo C, regime que entrou em vigor no ano passado durante o anterior governo de Antónis Samarás, e que albergam muitos dos "presos políticos" gregos encerrados devido a uma luta social que veio a intensificar-se e a ser brutalmente reprimida desde 2008. Muitos dos votos obtidos pelo Syriza nas eleições deveram-se a algumas dessas promessas que levavam a crer que o clima de tensão e repressão aos movimentos contestatários iria amenizar, inclusive com o suposto desmantelamento de algumas das forças policiais mais repressivas como a DELTA e a MAT. Num país em constante estado de ebulição social, as promessas políticas são para ser pagas a todo o custo.

O facto é que algumas dessas promessas, até ver, não foram cumpridas e a contestação social não tardou a surgir. Um desses sinais de contestação que se vai desenvolvendo até hoje e que se tornou mais emblemático é o da greve de fome de diversos presos dentro dos cárceres gregos. Essa escalada de reclusos a recusar a ingestão de alimentos teve início pouco mais de um mês depois das eleições gregas. A 27 de Fevereiro o preso Giorgio Sofianidis declarou-se em greve de fome na prisão de alta segurança de Domokos, reivindicando a abolição das prisões de alta-segurança, de acordo com o prometido pelo governo, e a sua transferência para a prisão de Koridallos para continuar os seus estudos. A ele juntaram-se outros presos na mesma prisão, como foi o caso de Nikos Maziotis, Kostas Gournas e Yannis Naxakis. A 2 de Março, a greve estendeu-se a diversas prisões e diversos campos políticos. Entre os grevistas encontram-se alguns membros da DAK (Rede de Lutadores Presos) e da Conspiração das Células do Fogo (devido à detenção a 28 de Fevereiro de vários dos seus familiares e amigos que foram envolvidos pela polícia no seu processo judicial). Neste momento, são dezenas os presos que estão em greve de fome, encontrando-se vários deles hospitalizados devido à deterioração das suas condições de saúde. Eles reivindicam a abolição das leis anti-terroristas de 2001 e 2004 (em particular os artigos 187 e 187A de código penal), da lei de repressão especial (a lei do capuz) e do enquadramento legal das já referidas prisões de Tipo C. Para além disso, exigem limitações ao uso do ADN como constituição de prova e a libertação imediata de Savvas Xiros (devido à suas débeis condições de saúde) e dos familiares e amigos dos membros presos da Conspiração das Células do Fogo.

As manifestações de solidariedade com os presos em luta nos cárceres gregos não tardaram em surgir um pouco por todo o lado, inclusive em Portugal. Uma dessas manifestações levou à ocupação simbólica da sede central do Syriza em Atenas a 8 de Março de forma a pressionar o governo a ceder às reivindicações dos grevistas (entretanto, o ministro da justiça, Nikos Paraskevopoulos, anunciou um projecto lei que visa o encerramento das prisões de alta-segurança de Tipo C. Neste momento o balão de esperança que o povo grego encheu ao eleger o governo Syriza começa a esvaziar, avivando-se uma sintomática contestação social em território grego. A descrença em termos políticos corre o risco de se agudizar se o Syriza não cumprir aquilo pelo qual foi eleito. Seguramente, a luta dos presos gregos continuará bem viva enquanto a repressão for a única arma usada por um governo dito progressista**. P.M.**

κοινωνία

Shopping in the genetic supermarket[1]

As ciências biológicas e as biotecnologias avançam rapidamente na criação de uma sociedade eugenizada. A liberalização total deste "progresso" coloca sérios riscos à identidade biológica, psicológica, jurídica e social dos indíviduos.

No seu "*O futuro da natureza humana: a caminho de uma eugenia liberal?*", **Jürgen Habermas** interroga-se sobre as possíveis consequências do progresso das ciências biológicas e das biotecnologias sobre a nossa identidade biológica, psicológica, jurídica e social. No momento em que o corpo humano se converte em objecto de programação intencional a realização das conquistas científicas parece alterar radicalmente quer "a nossa auto-compreensão enquanto agentes responsáveis", quer a nossa "identidade de género". A solução liberal é a de deixar o direito a transformações ilimitadas das condições naturais da nossa identidade psicológica e da nossa auto-compreensão normativa às preferências subjectivas e às possibilidades económicas dos indivíduos. A compreensão e a manipulação da "contingência até agora indisponível" do processo de fecundação vem de facto danificar, numa concatenação lógica, primeiro, a condição da nossa identidade subjectiva, o poder-ser-si-próprio, e, depois, a natureza igualitária das nossas relações interpessoais: "quando os adultos passarem a considerar a composição genética dos seus descendentes como um produto e, para isso, elaborarem um design que lhes pareça apropriado, eles estarão a exercer uma espécie de disposição que interfere nos fundamentos somáticos da auto-compreensão espontânea e da liberdade ética de uma outra pessoa e que, conforme pareceu até agora, só poderia ser exercida sobre objectos". **Habermas** salienta a existência de uma relação entre a inviolabilidade moralmente obrigatória e juridicamente protegida da pessoa e a indisponibilidade das modalidades naturais com as quais esta se encarna no corpo. A decisão irreversível sobre a condição biológica dos que estão para nascer instaura um tipo de relação que rompe aquela "simetria da responsabilidade" implícita nas relações de reconhecimento jurídico entre pessoas livres e iguais. Poderão os filhos considerar os próprios pais-artífices como responsáveis pelas suas próprias disposições biológicas? Sentirão a responsabilidade do seu destino social e da sua história de vida como própria? Manterão aquele sentimento de individualidade e autonomia que funda, primeiro, a identidade psicológica e, depois, as relações entre iguais e a responsabilidade jurídica? Não se verão forçados a uma situação existencial que os prende à alternativa "fatalismo e ressentimento"?

A eugenia liberal, deixando a tarefa de definir os objectivos das intervenções correctivas às preferências e às possibilidades individuais dos utentes do mercado, não invalida à partida a possível distinção necessária entre intervenções terapêuticas e intervenções aperfeiçoadoras? E se as correcções reificantes do genoma fossem decididas e operadas por um indivíduo, ou por um grupo, sobre si próprio, não implicaria isso o surgir de uma laceração do tecido social e jurídico devido à emergência de uma nova raça? Não estará talvez em jogo a própria identidade e auto-compreensão ética da humanidade no seu todo? E os próprios fundamentos normativos da sociedade democrática? Não se apresenta, quiçá, um cenário no qual as desigualdades económicas entre os indivíduos se transformam em desigualdades biológicas?

Sob o signo de um neoliberalismo globalizado, os apelos propagandistas dos trans e pós-humanistas a uma evolução artificial pretendem afrouxar os "travões sócio-morais" do progresso técnico; assistimos a uma licença de férias elitista da "ilusão igualitária" e à profissão de um cínico pragmatismo da performance. O valor de um indivíduo, nas malhas de um evangelho da competição generalizada, é medido pela sua produtividade, fim absoluto independentemente dos meios empregues: selecção e manipulação genética, medicina e engenharia biomédica aperfeiçoadora, próteses e implantes neuro-informáticos, "vale tudo" na procura do sucesso social e do lucro económico.

No reconhecimento do iminente dano dos fundamentos jurídicos e morais da integração social causado pelos actuais progressos tecnocientíficos da engenharia genética (e da neuronal), **Habermas** vê a necessidade da modernidade se "tornar reflexiva". Sendo o comportamento moral uma resposta às necessidades enraizadas nos dotes orgânicos e na caducidade da existência corpórea, a regulação normativa serve para proteger o corpo que a pessoa encarna. A identidade autónoma do Si forja-se no confronto relacional com o Outro, mantendo-se como uma conquista precária fundada na vulnerabilidade e na dependência social. Só a partir da inviolabilidade do reconhecimento recíproco e igualitário é que a modernidade pôde elaborar o dispositivo moral e jurídico da "dignidade humana". Nesse sentido, impedir "a afirmação insinuante da eugenia liberal", assegurando ao nascimento uma "certa mistura de causalidade e espontaneidade", não quer dizer manifestar uma resistência anti-modernista, mas tutelar predisposições genéticas intactas, não manipuladas, como fundamento biológico para a nossa identidade pessoal e para o nosso status de cidadãos de direito. Contra a retórica hiper-individualista dos transhumanistas, que vêem na hibridação biotecnológica o começo de uma época de *enhancement* das capacidades físicas e cognitivas, e das consequentes vantagens na competição do mercado global das prestações, **Habermas** alerta para as consequências reificantes e para a perturbação das normas de conduta baseadas no respeito mútuo.

> (...) como podemos permanecer indiferentes em relação aos profetas-cientistas-ideólogos que desejam a rápida fusão do homem e da máquina e proclamam o advento de cyborgs destinados a condenar a humanidade de carne e osso como obsoleta?

As "ciências do artificial" confundiram os âmbitos categoriais, outrora intuitivamente distintos, entre a produção técnica de artefactos e aquilo que a natureza transforma espontaneamente, levando a uma reificação brutal das entidades naturais. No caso da engenharia genética humana envolve ainda a auto-referência da pessoa à própria existência corpórea e à nossa auto-compreensão ética de género, corroendo os pré-requisitos necessários a uma conduta de vida autónoma e a uma concepção igualitária da moral. O poder que a tecnociência confere é o poder assimétrico dos agressivos viventes de hoje sobre os seres humanos vindouros, objectos inermes, escravos das decisões do passado.

Que se oculta ao virar da esquina das actuais conquistas tecnocientíficas e da difusa corrupção e apatia política e moral? Que implicará para as nossas sociedades democráticas, para os nossos modos de viver e para os nossos valores seculares, o aparecimento de indivíduos e grupos (provavelmente militares) dotados de maior longevidade, de capacidades físicas e cognitivas aprimoradas, de uma sensibilidade brutalmente cínica e elitista? Se as questões morais são as que dizem respeito a uma convivência civil, justa e pacífica, como podemos permanecer indiferentes em relação aos profetas-cientistas-ideólogos que desejam a rápida fusão do homem e da máquina e proclamam o advento de cyborgs destinados a condenar a humanidade de carne e osso como obsoleta? Aceitaremos a inserção de chips e nano-robots nos nossos corpos? Que será da autonomia individual, física e cognitiva, no momento em que os corpos híbridos necessitem de assistência técnica e de revisões periódicas?

Como poderíamos deixar de reconhecer a validade dos temores de **Habermas** sobre a autonomia e a responsabilidade moral, jurídica e social dos indivíduos e sobre os dispositivos e valores da convivência democrática quando os profetas-cientistas-ideólogos do transhumanismo proclamam a inevitabilidade deste "salto evolutivo" através de um reducionismo fatalisto-naturalista dos processos históricos e da liberdade de escolha da humanidade, perspectivando o aparecimento de uma guerra civil global entre "tecnofóbicos" e "tecnofílicos", entre os humanos antiquados e os "aprimorados"?

/// NOTAS

1 O "anarco"-capitalista Robert Nozick, que criou a fórmula *genetic supermaket*, é favorável a isso: *Anarchy, law and the State*, Nova Iorque, 1974.

É a vítima que propondo os enunciados, as cláusulas e as delimitações do jogo erótico, comanda os acontecimentos. Imagem do filme *Venus in Furs* (1995) de **Victor Nieuwenhuijs** e **Maartje Seyferth**

A translação ideal em Masoch

por Manuel Dias

Imagem nublosa

No artigo *Sade-O Limbo da Libido* publicado na última edição deste jornal, chegámos ao seguinte dilema: será possível o sado-masoquismo? Para responder é necessário conhecer **Leopold Ritter Von Sacher-Masoch**, professor, jornalista e escritor, autor de mais de três dezenas de livros, apesar do seu nome estar mais associado ao termo *masoquismo* definido pelo psiquiatra alemão Krafft-Ebing no livro *Psychopathia Sexualis*, de 1886: "*Por masoquismo entendo uma perversão peculiar da vida sexual e psíquica, na qual o indivíduo afetado é controlado pela ideia de estar completa e incondicionalmente sujeito à vontade de uma pessoa do sexo oposto; de ser tratado por essa pessoa como por um mestre, humilhado e abusado. Essa ideia é colorida por um sentimento cheio de sensualidade; o masoquista vive em fantasias, nas quais cria situações desse tipo e frequentemente tenta realizá-las*". Os sintomas são ligados a comportamentos patologicamente criminosos, que o autor atribui a uma degenerescência moral e degradação biológica, exigindo um posicionamento repressivo do Estado. Para Bataille: "*Esta obra ou outras do mesmo género, têm um sentido sobre a construção de uma consciência objectiva das condutas humanas, mas fora da experiência de uma verdade profunda revelada por essas condutas. Essa verdade é a do desejo que as funda e que deixa fora do jogo a enumeração razoável dos seus autores.*" Muitos vêem na definição de Krafft-Ebing a causa da impopularidade da obra de Masoch, que ficara reduzida a uma patologia. Segundo um recente biógrafo, Bernard Michel (1935-2013), ele protestou com indignação "*recusando o destino de vir a figurar na história como "perverso" ou "pervertido", ou mesmo como libertino*", recebendo apoio de vários escritores. O psiquiatra refuta as acusações e tece comentários que estimulam mais a polémica: "*nos últimos anos surgiram vários factos que provam que não foi apenas o poeta do masoquismo, mas que era ele próprio afligido pela anomalia.*" Refere-se ao aparecimento do livro *Confissões da minha vida*, editado em 1906, da autoria de **Wanda von Sacher-Masoch**, pseudónimo de Rumelin Angelika Aurora, primeira esposa do escritor, de quem tivera três filhos - um dos quais morrera ainda criança – e de quem se divorciara em 1886. Wanda, nome da personagem do romance *A Vénus das Peles*, diz-se usada nas suas perversões e apresenta-se como vítima de um homem desiquilibrado, relatando que a incitava a procurar amantes através da resposta a anúncios de jornais e a prostituir-se por dinheiro. Ele justificava assim a sua intenção: "*É uma coisa maravilhosa encontrarmos na nossa própria honesta e dedicada mulher, volúpias que geralmente se têm de procurar nas libertinas*". Vários livros e artigos em jornais acusaram-a de pretender aproveitar-se da fama do escritor para ascender socialmente: é de salientar que, à época, **Sacher-Masoch** era já extremamente famoso, tendo sido agraciado com a ordem da Legião de Honra do governo francês. Polémicas à parte, o próprio admite uma relação intrínseca entre a vivência pessoal e as ficções que criara: "*Compreendam-me bem, não fiz romances a partir dos diversos capítulos da minha biografia, isso estaria bem longe da arte, mas em cada uma das narrativas há um nervo que é meu, há motivos que são extraídos da minha vida. Mesmo quando a fábula é inteiramente inventada, não o são as personagens, não o são as cenas e os detalhes.*"

Quimera do texto

Exemplo ilustrativo é o romance *A Vénus das Peles* baseado na relação amorosa com a aristocrata Fanny Pistor Bogdanoff, de 1870, que aborda corajosamente e sem rodeios um aspecto tão misterioso e intrigante da alma humana; o prazer sensual e erótico extraído do sofrimento. Na fábula das personagens Severin e Wanda consta a assinatura de um contrato, essencial para regular a relação na união masoquista,

onde o homem se oferece como escravo para ser sujeito a todas as submissões; deixar-se amarrar e ser chicoteado pela amante, obedecer-lhe cegamente, permitir humilhações e assistir à sua entrega a outro que o castigará com chicotadas. Na realidade o amante que Fanny escolhe, um actor italiano, de nome Saviani, ter-se-à recusado a chicotear **Masoch**, embora no romance a fantasia se apresente totalmente concretizada. Segue o contrato da ficção, que se afigura como uma reprodução inspirada no acordo celebrado entre Fanny Pistor e o autor: "*A contar da presente data, o senhor Severin von Kusiemsky passa a ser o noivo da senhora Wanda von Dunajew e renuncia a todos os seus direitos; ele, com sua palavra de honra na condição de homem e fidalgo, doravante fica obrigado a ser o escravo dela enquanto ela própria não lhe conceder a liberdade. Na condição de escravo da senhora Von Dunajew, atenderá pelo nome de Gregor, satisfará todos os seus desejos, obedecerá a todas as suas ordens, mostrar-se-à sempre completamente submisso à sua dona, considerando todo e qualquer sinal de benevolência desta tão-somente um ato excepcional de piedade. A senhora Von Dunajew deverá punir o seu escravo a seu bel-prazer, não só pelo que lhe pareça o menor desrespeito ou a menor falta, como também terá o direito de o maltratar, seja por capricho, seja por passatempo, como bem lhe convier, matá-lo até mesmo, se assim o preferir; em suma terá sobre ele um direito de propriedade ilimitado. Se a senhora Von Dunajew vier a conceder a liberdade ao seu escravo, o senhor Severin von Kusiemsky compromete-se a esquecer tudo o que experimentou ou suportou enquanto escravo, e jamais, em tempo algum, sob nenhuma circunstância, cogitará vingança ou retaliação. Por seu lado, a senhora Von Dunajew compromete-se, na condição de dona do seu escravo, sempre que possível, a apresentar-se com peles, especialmente quando tiver intenção de ser cruel para com ele. Nestes termos encontram-se concordes na presente data.*" A íitima masoquista seduz a mulher-carrasco envolvendo-a nos seus jogos pulsionais: convence-a a ocupar o lugar, instrui-a pedagogicamente dando-lhe indicações sobre os comportamentos a tomar e práticas de domínio a exercer e incita-a à crueldade. Este jogo entre vida e morte garante-lhe o lugar desejado de objecto submisso, mas para o jogar deve revelar poder de sedução e capacidade discursiva. Segundo **Deleuze** "*Em todos os romances de Masoch a mulher persuadida conserva uma derradeira dúvida, uma espécie de medo: o de aceitar um papel que lhe é imposto, arriscando-se a pecar por excesso ou por defeito.* Em *A Mulher Divorciada* a heroína exclama:*"o ideal de Julian consistia numa mulher cruel, uma mulher como Catarina a Grande, e eu, ai de mim, eu era cobarde e fraca!"* E Wanda em *Vênus das peles: "Receio não conseguir, mas vou tentar, por ti, meu amor. É de recear que eu acabe por gostar!*" É a vítima que propondo os enunciados, as cláusulas e as delimitações do jogo erótico, comanda os acontecimentos. **Carvalho Ferraz** considera que "*já não há sexo puramente biológico: o regime passou a ser o psicológico. No domínio da fantasia e da linguagem, isto é, do que é peculiar ao humano, conta apenas o elemento simbólico, dado pelas significações inconscientes que se atribui ao outro.*" A ideia de uma paixão divina ou a paixão absoluta de uma ideia é levada ao limite da idealização e do sofrimento físico e moral. "*No empreendimento pedagógico dos seus heróis, na submissão à mulher, nos tormentos que eles suportam, na morte que conhecem, há outros tantos momentos de ascensão para o Ideal*" conclui **Deleuze** e **Masoch** esclarece: *"Seja princesa ou camponesa, use arminho ou pelica de pele de cordeiro, essa mulher envolta em peles e munida de chicote, a qual torna o homem num escravo, é sempre simultaneamente uma criatura minha e a verdadeira mulher sármata".* Definirá três tipos de mulheres: a pagã, grega, hetaira ou Afrodite. É Sensual e reclama independência invocando a igualdade de géneros, embora pressupondo o domínio da sua parte: "*o homem treme a partir do momento em que a mulher se torna sua igual!*" Hermafrodita, gera desordem e indigna-se contra instituições patriarcais que pretende destruir, como o casamento, a moral, a Igreja e o Estado. É ela que faz uma longa profissão de fé no início de *A Mulher Divorciada.* Em *A Sereia*, surge sobre os traços de Zenóbia, "*soberana e coquete*", levando o caos a uma família patriarcal, inspirando às mulheres da casa o desejo de domínio, manietando o pai e cortando os cabelos do filho num curioso baptismo onde todos usam disfarce. E é também a *Vénus das Peles*: *"Devo então renunciar em consideração a quê? Pertencer a um homem a quem não amo simplesmente porque um dia o amei? Não, eu a tanto me recuso; amo a quem me agrada e faço felizes todos os que me amam.*" No seu oposto encontramos a Mulher Sádica que gosta de torturar e provocar sofrimento, embora instigada por um terceiro, homem: um Grego ou Apolo, efeminado: *"é semelhante a uma mulher. Em Paris viram-no vestido de mulher e os homens apoquentavam-no com cartas de amor",* escreve em *Vénus.* Em *Água de Juventa*, a condessa Elisabeth Nadasdy suplicia jovens, na companhia do seu amante, Ipolkar. Em *A Hiena de Poussta,* Anna Klauer exercita o sadismo, aliada a um chefe de bandidos. E eis como descreve o seu Ideal, a mãe de família, em *A Estética do Feio* " *mulher imponente de ar severo, traços vincados, olhar frio, que nem por isso deixa de adorar a pequena ninhada*". E Maratsha: " *semelhante a uma Índia ou a uma tártara do deserto mongólio, possuía ao mesmo tempo o coração doce da pomba e os instintos cruéis da raça felina.*" O segredo é que "*a Natureza é em si mesma fria, maternal, severa*". A trindade do sonho masoquista: gelado-sentimental-cruel; assim é a mulher-carrasco, de uma sensibilidade Supra-sensual. Deleuze resume: "*A sensualidade é denegada, já não existe como sensualidade; por isso ele anuncia "*o nascimento do homem novo, sem amor sexual*". O frio masoquista é um ponto de congelação, de transmutação.*" Partindo de uma recusa à sexualidade normativa uniformizada pelas regras estabelecidas, este projecto crítico, insolente e de revolta na submissão, tem por objectivo revelar as pulsões em jogo nos relacionamentos amorosos através do seu aspecto fantasioso, assente no conceito platónico de dialéctica. O autor síntetiza assim a finalidade da obra, em carta de 1886 ao irmão Carlos: "*Cristo interessa-me, não como filho de Deus, mas como Novo Homem. Homem crucificado, sem amor sexual, sem propriedade, sem pátria, sem querela, sem trabalho!*" Novo Homem que só nasce na recusa da semelhança com o pai e do sistema patriarcal, impondo a mãe como base da lei. E já que a obediência à lei gera culpabilidade, o herói masoquista cria uma forma irónica de desviar o sentimento fazendo do castigo condição que torne possível o prazer proibido. Introduz o efeito oposto do esperado: as chicotadas, por exemplo, em vez de punirem ou impedirem a erecção, garantem-na! Supera a lei, tal como o sádico, embora de forma diferente. Nesta lógica há uma construção no absurdo que é, no entanto, projectada à custa da entrega do corpo. E não se pense que, apesar da teatralidade do jogo, a dor é ligeira ou fingida: os tratados clínicos relatam profundos e autênticos suplícios. No entanto, o sofrimento é apenas um meio e condição indispensável para que o prazer, que vem depois, aconteça, não a sua causa. "*O masoquista exibe não só o castigo, como a sua falência; é certo que mostra a submissão, mas também a sua revolta invencível, provando que goza apesar do sofrimento. Não pode ser aniquilado do exterior, possui uma capacidade infinita de suportar um castigo, subconscientemente certo de que não será vencido*", observa **Reik** (1888-1969). Com corpo e alma inscreve a história supra-pessoal que o define através de rituais encenados e intensamente vividos. Se em **Sade** encontrámos uma ironia relacionada com a revolução de 1789, o humor de **Masoch** está intimamente ligado às revoluções de 1848 e ao pan-eslavismo: "*Os eslavos unir-se-ão graças a uma Rússia desembaraçada do regime czarista, ou então num estado forte dirigido por uma genial czarina!*", escreveu. É altura de averiguarmos onde se terá inspirado para a criação da trindade de carácteres femininos.

"É uma coisa maravilhosa encontrarmos na nossa própria honesta e dedicada mulher, volúpias que geralmente se têm de procurar nas libertinas".
Imagem do filme *Venus in Furs* (1995) de **Victor Nieuwenhuijs** e **Maartje Seyferth**

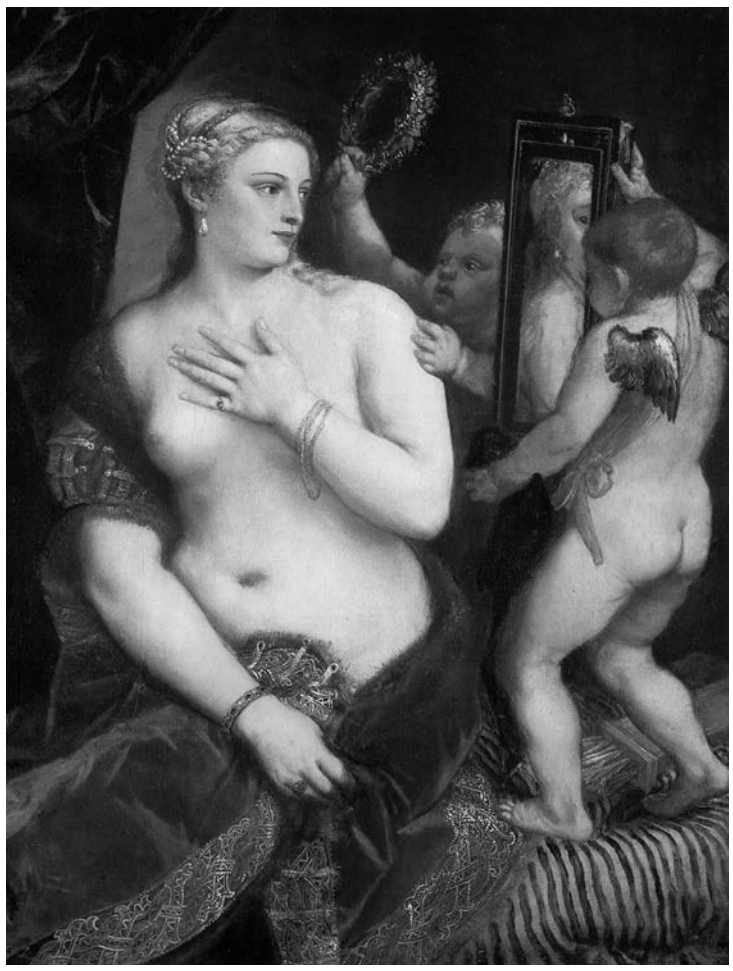
Espelho de água

Analisando a obra de um contemporâneo reconhecemos a construção do seu ideário: **Bachofen** (1815-1887), hegeliano, jurista, professor de direito e etno-arqueólogo suíço, define uma sociologia da vida sexual na Antiguidade, encontrando três estádios na passagem do matriarcado ao patriarcado. *O primeiro* seria telúrico ou ctónico e heterista, sob o signo de divindades subterrâneas. Condição totalmente anónima da paternidade e prostituição *da mãe de família*: o pai *é ninguém*! Representado sobretudo pelas cortesãs da Ásia, este estádio sobreviverá nas instituições como prostituição sagrada. *O segundo* corresponde ao estabelecimento da civilização agrária sob o signo de *Deméter* e *Selene.* O culto a estas deusas, já baseado no casamento exclusivo, ainda favorece a legislação matriarcal mantendo-lhe os privilégios: os filhos permanecem sujeitos à matronaria e são as irmãs que herdam. No entanto, o heterismo mantém o seu carácter sagrado (mito de Helena) – as raparigas continuam a ser obrigadas, antes do casamento, a prostituir-se nos santuários para apaziguar as divindades ctónicas. Em certas zonas o costume exige que constituam o dote prostituindo-se. *Entre os dois estádios* surge o fenómeno das mulheres guerreiras, *Amazonas*; violações dos direitos femininos, expoliações de que a mulher teria sido objecto e êxodos guerreiros da população masculina, provocaram o seu aparecimento (mito dos *Argonautas*, *Jasão* e *Medeia*). Esta insurreição terá levado à sujeição total dos homens sob o signo de Artemísia lunar, protótipo das virgens caçadoras (mito de *Onfale* e de *Hércules*). *O terceiro estádio*, que conduzirá à sobreposição do patriarcado, corresponde ao *falismo de Dionísio*, que combate, com os seus adeptos, as *Amazonas* convertendo-as em *Bacantes.* Na origem destas práticas encontra-se o culto a *Isthar* assírio-babilónica, a *Astarté* ou *Afrodite Mylica*, variantes da *Deusa Mãe* da Ásia, que contempla a exigência da prostituição das virgens nos santuários e *o sacrifício de castidade das matronas.* Os rituais eram acompanhados de solenidades devassas e amorais misturando senhores e escravos - semelhantes às *Saturnais* e às *Florálias* romanas - que atingiam o seu auge no acasalamento, perante o olhar do povo, da prostituta sagrada, representando a deusa, com um escravo escolhido para desempenhar o papel de *Belos-Heracles,* seu parceiro divino. Este último, tal como *Hércules*, era entregue às chamas no fim da festa; rito que unia o acto carnal à imortalização pelo fogo. O culto a Astarté espalhou-se ao longo do mediterrâneo tendo penetrado em boa parte da Europa: um dos mais antigos exemplares estatuários da Deusa encontra-se no Museu do Louvre(faço aqui um pequeno parêntesis para referir a curiosidade de Rojava estar actualmente a ser defendida por uma milícia denominada União das Mulheres Livres, que usa como símbolo a estrela de *Isthar*, na sua luta contra o EI). Nestes três estádios de **Bachofen** reconhecemos com facilidade os tipos femininos de **Masoch** e

a estrutura teórica em que suportou a sua concepção da natureza humana e social, tendo desvendado no segundo a sumptuosidade e a perfeição.

Sob o véu

Masoch nasceu em 1836, em Lemberg, na Galícia, sul da Polónia, incorporada no Império Austro-Húngaro, actualmente território ucraniano. Definia-se como alemão por ter aprendido as primeiras palavras na língua germânica, embora em criança se tenha também iniciado no francês. Filho do funcionário público austríaco, Leopold Nepomuk Ritter von Sacher e de uma nobre ucraniana, Charlotte von Masoch, teve educação aristocrática e católica. O pai foi comissário das Forças Policiais Imperiais, reconhecido com um título de nobreza como Sacher-Masoch, concedido pelo imperador austríaco. Leopold estudou Filosofia, História e Matemática, tornando-se professor. As suas primeiras publicações abordavam sobretudo a História austriaca, o folklore e a cultura local, expondo problemas relacionados com minorias, nacionalismos, seitas místicas agrícolas e movimentos revolucionários do Império. Os contos, maior parte da obra, dividem-se em galicianos, húngaros, polacos, judaicos e prussianos, onde os fantasmas se apresentam sob a capa de costumes: há homens que bebem, no calor dos banquetes, pelo sapato da mulher (*A pantufa de Safo*), raparigas que pedem aos apaixonados que façam de urso ou de cão e puxem um carrinho (*A pescadora de almas*), uma brincalhona que finge aproveitar-se da assinatura em branco que o amante lhe ofereceu (*A folha branca*), ou uma patriota que entre Turcos lhes oferece o marido como escravo entregando-se ela própria ao paxá para salvar a cidade (*A Judite de Bialopol*). Desde muito cedo sonhara tornar-se um escritor célebre e em 1870 elabora o grande projecto, nunca terminado; publicação de um conjunto de livros sob o titulo genérico *O Legado de Caim*, em que se inclui *Vénus das Peles*, dedicado ao Amor. A sua intenção era representar a história natural da humanidade em seis temas; Amor, Propriedade, Dinheiro, Estado, Guerra e Morte. Caim simboliza crime e sofrimento, a crueldade exercida sobre o Homem, e nessas obras perceber-se-ia "*como os grandes príncipes, os generais e os diplomatas, mereciam a penitenciária e o garrote, tal como os assassinos*", esclarece em carta de 1869. Deleuze resume: "*as suas duas grandes personagens masculinas são Caim e Cristo. O crime de Caim pertence inteiramente ao universo Masoquista: que ele seja punido pelo pai marca o regresso ofensivo e alucinatório deste. Em Cristo a semelhança com o pai é de novo abolida, "porque me abandonaste?". E é a mãe que crucifixa o filho; contribuição masoquista para o fantasma mariano, versão de "Deus morreu!" Crucificando-o, ela prossegue o empreendimento da deusa-mãe, a grande Mãe oral, garantindo uma ressurreição como segundo nascimento partenogenético. É menos o filho quem morre do que Deus pai. A cruz representa aqui a imagem materna da morte, o espelho onde o eu narcísico de Cristo (e de Caim) apercebe o Eu Ideal- Cristo ressuscitado-*", o Homem Novo, que para ser criado necessita de novas formas de sentir e pensar, alcançando a "*Supra-Sensualidade*". Só esta Mãe oral, dona da lei da comuna onde a essência comum da agricultura, do matriarcado e do segundo nascimento se integram, o pode fazer renascer: os seus auto-denominados "contos azuis da felicidade", são povoados por um sonho do comunismo agrícola que prepassa toda a obra. Aprimora uma linguagem que actua sobre a sensualidade e concebe o fabulário de forma a que tudo culmine na suspensão; recurso estilístico de que é, provavelmente, vanguardista. Através de um discurso sugestivo e decente, o leitor é levado a colocar-se sempre do lado da vítima, ao contrário de Sade que se apoia na obscenidade e na repetição para que quem lê se identifique com o carrasco. O corpo da mulher-carrasco está envolto em peles e o da vítima permanece numa estranha indeterminação suspensiva, apenas perturbada pelas pancadas que recebe. Essa suspensão é associada à pintura, que eterniza os assuntos; por isso um chicote, uma espada, ou um calcanhar a esmagar uma face, representados num quadro, atribuem continuidade ao movimento fazendo-o aproximar-se das pulsões naturais. As representações masoquistas integram ritos de suspensão físicos, amordaçamento, crucificação, com uma forma temporal especifica, já que todas têm por objectivo o prazer que só chegará após a superação dessa fase; a espera é a forma. "*A angústia masoquista toma a dupla determinação de esperar infinitamente o prazer, na intensa expectativa da dor. O fetiche constitui o objecto fantasmizado por excelência. Contesta-se o fundamento do real para por em destaque um puro fundamento ideal. Retardado ao máximo, o prazer é atingido por uma denegação que permite ao masoquista, no próprio momento em que o experimenta, negar-lhe a realidade, para uma identificação com o Homem Novo sem sexualidade*", esclarece **Deleuze**. Foi comparado a **Turgueniev** e considerado potencial sucessor de Goethe, o que diz bem da aceitação pública dos seus textos e contraria a opinião dos críticos que ligam o actual desconhecimento da obra a uma fama de autor maldito derivada do erotismo. Reconhecido logo após a publicação dos primeiros livros de contos, com pouco mais de 20 anos, foi com o sucesso de *A Vénus das Peles* que alcançou a almejada fama. Da importância deste título atesta o facto de **Kafka** o ter usado como referência quando escreveu *A metamorfose* em 1915, onde alude à pintura *Vénus no espelho* do renascentista veneziano Ticiano Vecellio, citada por **Sacher-Masoch** nas primeiras páginas do seu romance. Depois de se separar de Rumelin, casou-se com Hulda Meister, com quem viveu de modo mais pacato até à morte, em 1895. Será que o gesto de Krafft-Ebing é motivo bastante para o branqueamento da obra?



Vénus com um espelho. Pintura do renascentista **Ticiano**(1473/1490-1576), cuja alusão na *Metamorfose* de **Kafka**, demonstra a fama alcançada pela *Vénus das Peles* de Masoch, que cita a obra nas primeiras páginas do seu romance.

Máquina de ventos férteis

Embora discordando do seu predecessor, **Freud** adopta os mesmos termos diagnósticos e nosográficos passando a usá-los nos seus trabalhos, o que acabará por interferir no destino dos textos de **Sacher-Masoch**. Em "*Uma criança é espancada",* de 1919, mostra que as perversões sexuais têm origem numa fantasia infantil transformada por recalcamento ou sublimação e desconstrói a fantasia em três fases: 1- "*O meu pai está a bater numa criança*"!- Fantasia sádica, com significado incestuoso, "*ele não ama essa outra criança, ama-me a mim,*" a que chamou masoquismo erógeno: "*Podemos dizer que a pulsão de morte atuante no organismo– o sadismo original – seria idêntica ao masoquismo. Diríamos, então, que após a parcela principal do sadismo original ter sido transposta para fora em direção aos objetos, um resíduo interno teria permanecido, e seria este o masoquismo erógeno.*" 2- "*Eu estou a ser espancada pelo meu pai*". Fantasia masoquista para a qual convergem o sentimento de culpa e o amor sexual relacionados com a fantasia anterior; masoquismo feminino. 3- "Uma criança é espancada". Fantasia sádica na forma, com derivação masoquista; masoquismo moral. Ou seja, os destinos da pulsão dão-se através de movimentos como "*transformação da pulsão no contrário*" e "*redirecionamento da pulsão contra a própria pessoa*": o masoquista compartilha o gozo implicado na agressão contra si, feita por um outro que realiza a fantasia sádica, designado por "*alheio, desconhecido ou forasteiro*". O discípulo Reik declara: *"Todas as vezes que tivemos ocasião de estudar um caso particular, encontramos o pai ou o seu delegado disfarçado sob a imagem da mulher que inflige o castigo! Será que a camada mais antiga do masoquismo como fantasia e como acção remonta ao fim e ao cabo à relação mãe-criança, como realidade histórica?"* Mas apesar da dúvida, também ele atribui um papel determinante ao pai e faz o masoquismo derivar de pulsões sádicas. "*Essa crença não virá de um preconceito sado-masoquista, e só daí?"* questiona **Deleuze**. Para **Freud** o fenómeno passar-se-à da seguinte forma: depois do medo de castração como castigo e de um sentimento de culpa, o masoquista renunciará à sua finalidade activa tomando o lugar da mãe e oferecendo-se ao pai. Mas aí cairia numa segunda culpabilidade; o desejo das relações amorosas com o pai seria substituído pelo "*desejo de ser batido*", que representa uma punição menos grave mas vale como relação amorosa. Porque razão é a mãe que bate e não o pai? Para fugir duma escolha homossexual demasiado manifesta e pela necessidade de conservar o primeiro estádio em que a mãe era o objecto apetecido, aliando a isso o gesto castigador do pai; e além do mais, pela necessidade de reunir tudo numa demonstração que se dirige ao pai. ("*Vês, eu não queria tomar o teu lugar, é ela que me faz mal, que me castra ou me bate!*) Há nesta análise a intenção clara de manter o pai como pilar inamovível, nem que para tal se unam mundos na realidade de estranhos. Bergler (1899-1962), outro psicanalista, diverge: " *O elemento próprio do masoquismo é a mãe oral; o ideal da frieza, da solicitude e da morte entre a mãe uterina e a mãe edipiana. Por isso se torna muito importante saber por que razão tantos psicanalistas querem a todo o custo reencontrar a imagem do pai disfarçada no ideal masoquista e desmascarar a presença paterna sob a mulher carrasco.*" Portanto, a mulher carrasco não pode ser sádica; ela é parte integrante da situação, elemento concretizado do fantasma. Se em **Sade** o sonho da prostituição universal se projecta numa instituição que assegure a destruição das mães e a selecção das filhas- aliança pai/filha- em **Masoch** é a mãe-boa, mãe oral, mulher honesta, que deve assumir a função de prostituta Ideal e entregar-se a outros sob a égide de um contrato- aliança mãe/filho-. É a semelhança com o pai que é vivida como culpa profunda a ser expiada: a culpabilidade faz parte integrante do triunfo masoquista, liberta-o, fazendo-o chegar ao humor. Numa palavra, Sadismo e Masoquismo não são pulsões parciais, antes integrais. "*Não existe conversão do masoquismo no sadismo, nem o contrário. Cada um no seu mundo dispõe de todos os elementos que tornam impossível e inútil a passagem a outro mundo. Nunca um verdadeiro sádico suportaria uma vítima masoquista. Nem um verdadeiro masoquista suportaria um carrasco verdadeiramente sádico. O sado-masoquismo é um monstro semiótico*", conclui **Deleuze**. Boa parte dos psicanalistas da primeira metade do século XX, ao fazerem do masoquismo um sadismo retornado contra o eu, acabaram por esconder o carácter original e subversivo da obra de **Masoch** anulando a apetência pelo seu conhecimento. Sendo a essência das pulsões soberana, ela é canalizada para uma afirmação sádica, ou para fantasias masoquistas, sem síntese possível. Surge pois a questão: terá Marx levado isso em consideração quando idealizou o Materialismo Histórico e Dialéctico?

P.S. A Máquina Espectacular tem feito um considerável esforço na promoção de desejos mercantilizados, como o Sado-masoquismo, nomeadamente através da indústria cinematográfica. Assimilados pelo inconsciente, estes conceitos fabricam pulsões artificiais. Lembramos a propósito as declarações revoltadas de uma estudante universitária sobre as praxes académicas: "*temos direito a ser humilhados*!". O aumento exponencial da venda de objectos de submissão, nos últimos meses, confirma a eficiência do empreendimento. Mas será que se experimenta o prazer do simulacro ou é já o simulacro do prazer? Ritos suportados por Mitos sem corpo inscrevem no nosso tempo *a escrita do vazio.*

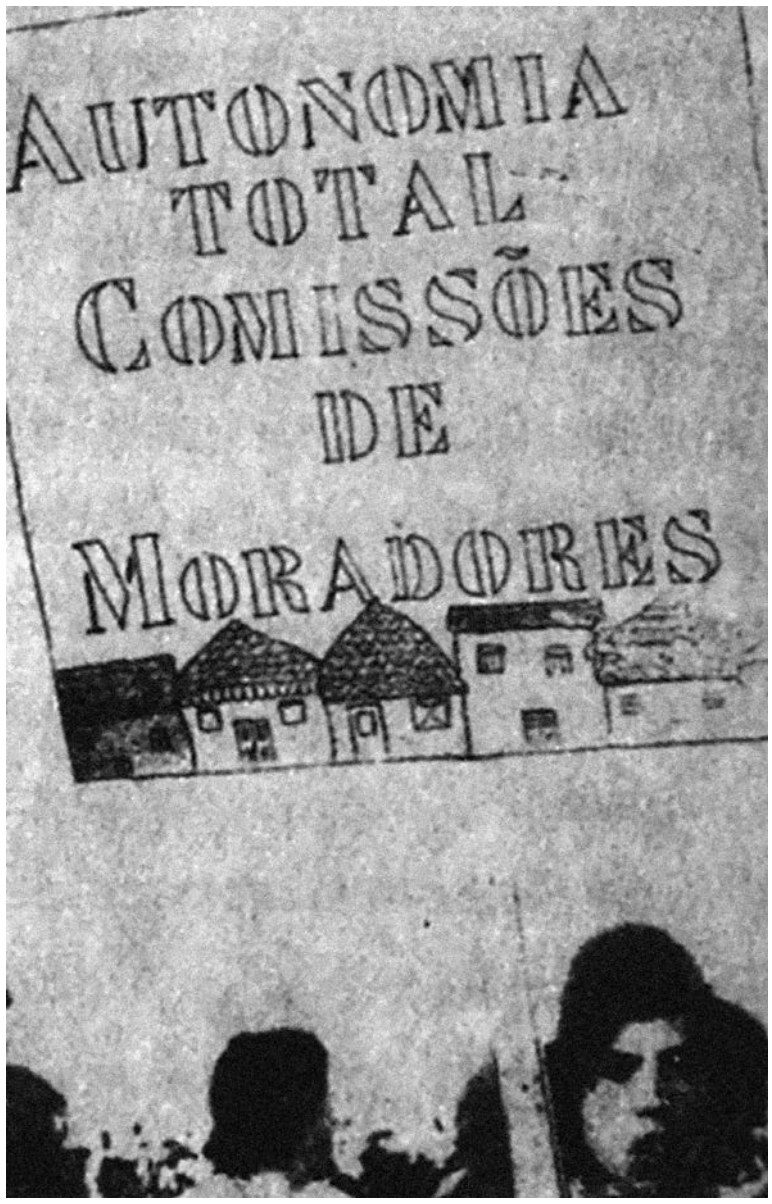
Sem mestres, nem chefes

"Sem mestres, nem chefes, o povo tomou a rua..." é a epígrafe do livro de José Hipólito Santos centrado nas lutas dos moradores no pós-25 de Abril, mas o autor não se fica pela documentação e análise detalhada desse aspecto do movimento popular que irrompeu por todo o território nos dias seguintes ao derrube da ditadura. Vai muito mais além, compondo nesta sua última obra um contributo importante para o entendimento do vivido naquele tempo em que Portugal se tornou *"um ponto luminoso no mapa mundial"*.

DELFIM CADENAS
DELFIMCADENAS@JORNALMAPA.PT

Os leitores que não viveram o período revolucionário têm, na leitura deste livro, uma ocasião para acercar-se a facetas da realidade de então, às quais a academia historiográfica não dá habitualmente grande importância, mais inclinada a fazer a história dos partidos e dos seus dirigentes, dos militares, dos grupos económicos, dos donos de Portugal ou dos sindicatos, enfim, daqueles que na verdade andaram a reboque dos acontecimentos. Sobrevalorizando o papel destes actores em detrimento do estudo do "*movimento social mais amplo e profundo da história europeia do pós-guerra*", como reconhecem aqueles que se dedicaram a analisar a explosão popular saída do 25 de Abril. Pela informação reunida e o modo como a transmite, o autor põe ao alcance da imaginação de cada um o fluir da "revolução dos cravos" naqueles dias em que tudo se tornou tão vivo para os portugueses.

Só para dar um exemplo, relata como se iniciou o movimento que reclamou o direito ao divórcio, quando uma mulher declara, a 3 de Maio de 1974, dez dias depois do golpe militar, "*ser necessário rever a Concordata, pois o seu casamento já não tinha sentido*". Logo no dia seguinte, dezenas de jovens reuniam-se para fazer sua esta exigência. Na mesma semana, eram convocadas por todo o país reuniões dos separados judicialmente e de cristãos favoráveis a esse direito. Em quinze dias, estava formada uma Comissão Organizadora do Movimento Pró-Divórcio. Em Junho, um comício convocado com essa única reivindicação enchia o Pavilhão dos Desportos em Lisboa. Menos de um mês depois realizava-se uma manifestação à porta da Nunciatura. E, em poucos meses, o Governo e o Vaticano alteravam a Concordata e reconheciam o direito ao divórcio. "**Tudo se passou por iniciativa dos interessados, na qual se envolveram cristãos e laicos, gente de esquerda e de direita, intelectuais e populares, sem qualquer interferência de partidos, apanhados de surpresa pela importância da questão e pela dinâmica do movimento**", explica o autor.



Na rua, na padaria ou na mercearia, no café ou na tasca, falavam agora em voz alta, denunciando as suas condições de habitação. A ideia de convocar uma reunião alargada a toda a vizinhança, que vivia a mesma condição, rapidamente se concretizava"

A explosão de alegria e liberdade que se estendeu por todo o país nos dias que se sucederam ao 25 de Abril de 1974 foi acompanhada pela eclosão de uma vaga clamorosa de protestos e reivindicações contra as condições de vida existentes. "**As pessoas não se perguntavam se estavam ou não a participar numa revolução. Sabiam bem o que não queriam mais, o que se tornara insuportável no seu dia-a-dia e começaram a protestar**", escreve Hipólito Santos antes de passar a explicar várias dessas atitudes.

Algumas situações narradas parecem espantosas aos olhos de hoje, como a recusa dos árbitros de futebol a actuar sem a protecção dos militares, mas explica-se pelo colapso em todo país das forças da ordem, Polícia e GNR, desautorizadas perante o povo, devido à sua participação nas tarefas repressivas da ditadura acabada de derrubar; ou quando a assembleia-geral dos militares do regimento de artilharia da Serra do Pilar, em Vila Nova de Gaia, decidiu, em Outubro de 1975, passar a funcionar em autogestão (Caso CICAP-RASP), também explicável pela turbulência vivida nas forças armadas, que refletiam no seu seio a situação revolucionária que atravessava o país.

Outras, como as relacionadas com o problema habitacional, em que se foca o livro, ajudam a compreender a natureza do processo revolucionário, o seu desenvolvimento e desfecho, deixando claro o papel jogado pelos vários interesses.

Os partidos, ao não terem estudado adequadamente a realidade do país, no que respeita às condições de vida, limitavam-se a declarações de princípios e formulações genéricas sobre a solução do problema habitacional, acolhidas nos seus programas. **"Não estavam preparados para o 'caos', a 'anarquia' que se instalou no país, com toda a gente a queixar-se e a exigir a solução imediata do problema, a começar desde logo pelo seu!"**, recorda Hipólito Santos.

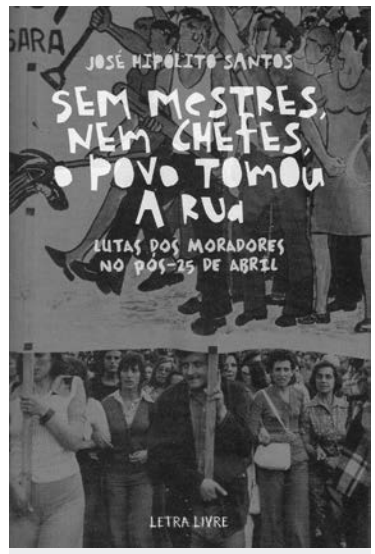
A impetuosidade do movimento criado à volta do problema da habitação, que afectava sobretudo as classes trabalhadoras, a cujos antecedentes históricos o autor dedica os dois primeiros capítulos do livro, não decorre da intervenção política das organizações que tinham lutado contra a ditadura, mais preocupadas com o reforço do seu aparelho partidário e outras tarefas consideradas mais urgentes. À excepção das organizações da esquerda revolucionária que, já depois de generalizada a nível nacional a constituição de comissões de moradores, se envolveram no apoio às suas lutas, todos os partidos, da direita à esquerda, se mostraram reticentes a esta maneira de participação popular e, desde logo, condenaram as ocupações.

Não é, por isso, de estranhar que tenha sido precisamente no âmbito da habitação onde se deram as iniciativas de organização e luta mais espontâneas e autónomas. Para este resultado muito contribuiu a génese das comissões de moradores. O autor explica a sua criação, referindo os moradores e moradoras que **"na rua, na padaria ou na mercearia, no café ou na tasca, falavam agora em voz alta, denunciando as suas condições de habitação. A ideia de convocar uma reunião alargada a toda a vizinhança, que vivia a mesma condição, rapidamente se concretizava"**.

As primeiras comissões de moradores surgem, ainda em Abril, nos bairros camarários do Porto e nos bairros da lata de Lisboa; em poucos meses, alastraram pelos bairros das cidades, vilas e aldeias de Portugal. Caracterizavam-se pela ausência de estrutura burocrática e não tinham dirigentes. Nas assembleias eram designados os delegados e delegadas para executar as decisões tomadas, podendo ser substituídos a todo o momento. A participação generalizada das mulheres e o seu protagonismo neste movimento é outro aspecto destacado no livro.

Nas primeiras semanas de Maio de 1974 foram ocupadas duas mil casas em Lisboa, no Porto, em Setúbal e na Madeira. O movimento tomou tal ímpeto que a Junta de Salvação Nacional, a 14 desse mês, se viu obrigada a aceitar as ocupações, mas proibiu que o mesmo se repetisse no futuro, sem êxito. A premência das necessidades e a vontade de encontrar uma solução imediata para os problemas do dia-a-dia tornavam as pessoas surdas a ameaças. Algum tempo depois começaram a dar-se ocupações de casas devolutas, sobretudo em Lisboa.

O movimento de ocupações de casas vazias viria a intensificar-se no início de 1975. Apesar da oposição da generalidade das instituições de poder, passou a contar com o apoio dos militares do COPCON. Perdida esta protecção com o golpe de 25 de Novembro, a luta dos moradores viria a prolongar-se com muitas vicissitudes até 1979. De todo este percurso e de muitos outros temas não referidos neste artigo (processo SAAL, papel da Associação dos Inquilinos Lisbonenses no apoio aos moradores, etc.) nos informa Hipólito Santos nesta obra, cuja leitura se recomenda vivamente.



"SEM MESTRES, NEM CHEFES, O POVO TOMOU A RUA. LUTAS DOS MORADORES NO PÓS-25 DE ABRIL".
JOSÉ HIPÓLITO SANTOS
LETRA LIVRE. COLECÇÃO ANÁTEMA.
LISBOA, 2014.

José Hipólito Santos (Porto, 1932) prossegue com este livro aquilo que no intróito define como "Dever de Memória", iniciado com a publicação de *Maneiras Cooperativas de Pensar e Agir*, Edições Universitárias Lusófonas, 2009, *Felizmente Houve a Luar*, Âncora, 2011, *Revolta de Beja*, Âncora Editora, 2012. Nestas obras concretiza esse preceito, desvendando aspectos da História contemporânea a que esteve intimamente ligado. Nos anos 50 envolve-se no movimento cooperativo, colabora na campanha de Humberto Delgado e associa-se ao Movimento da Sé. Nos anos 60, participa na Revolta de Beja, tendo passado 18 meses na prisão, exilando-se em França de onde seguiria para a Argélia, depois de libertado sob caução. Ali, participa na organização do MAR. Em 1967 ruma a França, participa no Maio de 68 e integra a direcção da LUAR, que vem a deixar em 1970. Após a queda da ditadura é reintegrado na CUF e participa activamente nos movimentos de moradores, integrando a Associação dos Inquilinos Lisbonenses da qual viria a ser Presidente. Adere ao PRP-BR, cuja direcção passa a integrar no ano seguinte e donde se demite no início de 1978. Nos anos 80 funda a cooperativa SEIES e trabalha em projectos de cooperação em Moçambique, Nicarágua e Guiné-Bissau.

A CABEÇA DO AVESSO

POR GASTÃO DE LIZ

SAFOU-SE!

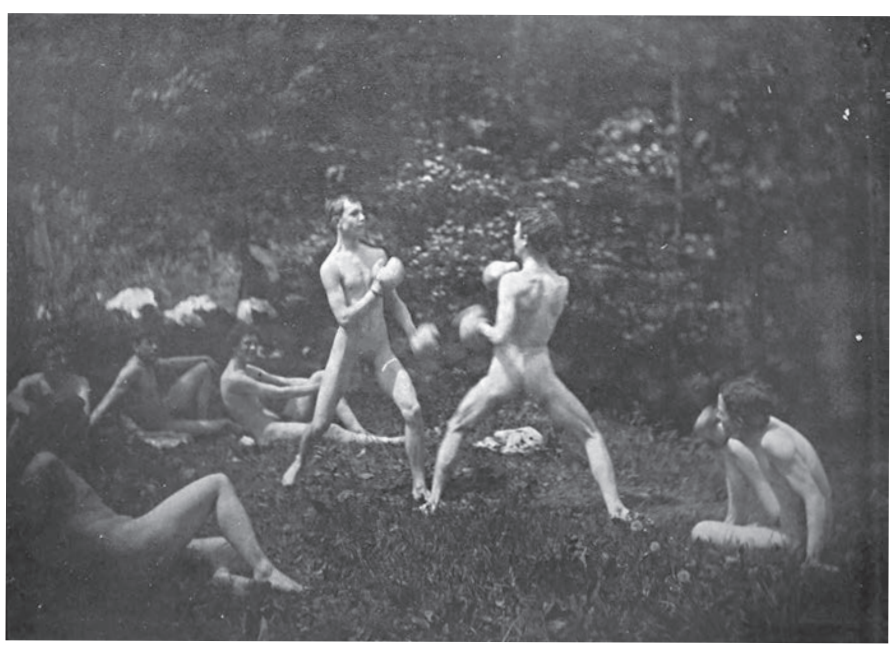
Andávamos há três dias a trabalhar debaixo de chuva num campo de quivis, a trinta quilómetros de Bayone (França). Contando comigo, éramos sete pessoas. Três portuguesas, dois franceses, um senegalês. Eu vinha já de outros trabalhos. Quatro meses e meio de canseiras, a tratar das videiras, das cerejeiras, dos damasqueiros.

Em dado momento, quando conversava com uma das portuguesas, a mais jovem, não sei como nem porquê, veio à baila a artista Joana Vasconcelos, parisiense de origem portuguesa. A moça, que vai a França trabalhar para poder pagar uma formação de pedagogia Waldorf em Portugal e que demonstrou conhecer bem as cantigas do Sérgio Godinho e do Zeca Afonso, falava com desenvoltura das «obras de arte da Joana». Admirava os enormes sapatos de tacão alto, «a ideia genial» de levar um cacilheiro do Tejo para expor em Veneza, etc. ...

Aguentei firme as impressões primárias, sem sentido crítico, até que, numa aberta, comecei a desconstruir as obras e a artista. Que ela é boa, sem dúvida, mas na arte do negócio. A rapariga levantou os olhos dos quivis, parou, olhou-me na cara e disse: - Sim, tens razão. Mas a Joana Vasconcelos safou-se! E, depois, afastou-se apressada da minha beira.

«QUEM OFENDER A MINHA MÃE, LEVA UM MURRO!» PAPA FRANCISCO

Foi em janeiro passado, na sequência dos atentados de Paris contra o Charlie Hebdo e uma mercearia judaica provocando a morte a dezassete pessoas, que o Papa Francisco prometeu responder a murro a quem ofendesse a sua mãe (solidariedade com os islamitas?). Responder a murro às provocações não é novo. Recordo a minha infância/adolescência no bairro/cidade onde nasci e cresci, tudo se resolvia a murro. Mesmo ao domingo, dia de futebol, e, talvez, por ser domingo, acabava muitas vezes ao murro. O meu tio Júlio, grande e de mãos calosas, era apologista extemporâneo do murro. Um dia entrou no café em roupa de trabalho, sujo. Um grupo de três indivíduos, já bem bebidos, resolvem implicar com ele. – Então, é assim que se vem vestido para o café? O meu tio fingiu não ouvir, virou-lhes as costas e nada disse. Mas, precipitaram-se e um deles coloca-lhe a mão em cima para o obrigar a virar-se. Ele, sim, virou-se para começar a aviar murro. Esmurrou os três. Partiu-se a montra de vidro com o corpo de um deles e os estragos aumentaram com os corpos dos outros dois. Todavia, o proprietário do café felicitou o meu tio pelos murros desferidos. Também ele concordava em resolver as coisas a murro.



Surpreendente, ou talvez não, é o Papa Francisco não cumprir com o preceito cristão que recomenda, a quem é esbofeteado na face, oferecer ao esbofeteador a outra. Abandono estratégico? Sinal de que a nossa época caíu mais uma vez nas mãos dos partidários dos murros, dos déspotas, de que ela não é capaz de cultivar a paciência, o diálogo, o espírito de cooperação e muito menos de gerar intrépidos mártires?

SEM FUTURO?

Ao folhear uma revista europeia encontrei uns «inquéritos de opinião». A conclusão geral desses inquéritos é que as pessoas, perante um futuro que lhes surge caótico, afirmam-se cada vez mais pessimistas e desamparadas por esta evolução que, no seu âmago, não foi por elas escolhida. A aguardar uma insurreição que não vem, aumenta o consumo de anti-depressivos, ansiolíticos, etc.

Tudo indica que as pessoas se encontram resignadas a um declínio irremediável. Certo, se olharmos um pouco, damos conta que existem pessoas que não se dão por vencidas, algumas minorias metem-se a cultivar a terra, a debater, a imaginar formas de vida associativa fora da lógica habitual do mercado. Mas, estamos longe de anunciar a deserção do complexo estatal-económico-industrial. O industrialismo, que está na origem da destruição da biosfera, passou à próxima etapa: a gestão mercantil dos estragos, com os regimentos de especialistas que se oferecem para administrar o gado humano, com novos progressos técnicos que estendem a artificialização. E, é este espalhamento constante, sem questionamentos, que vai construindo o estado caótico do mundo. A política, a economia, à esquerda e à direita, seguem-no. Constantemente surpreendidos por mais um estrago que, mais uma vez, os transbordará.

Porém, deste caos não surge necessariamente uma tomada de consciência salvadora. A pedagogia não vem da derrocada, mas necessita de arregaçar as mangas, associar-se, reencontrar-se, discutir, ler, propor, fazer. Saírmos da nossa passividade mortífera. Temos de nos tornar indivíduos de pé e não (sobre)viver de joelhos enquanto produtores-consumidores, dar sentido às nossas existências, fazer prevalecer a autenticidade do nosso ser, pôr em prática a partilha... . Estamos muito longe de tal passo colectivo. Embora pessimistas, estamos obcecados pela religião do crescimento destrutivo, ainda consideramos o homem como o ser superior ao seu meio, o planeta como um reservatório inesgotável. A crença no progresso técnico infinito, num futuro radioso, a modelar toda a nossa maneira de viver, de ser, de pensar, a nossa identidade, os nossos valores, as nossas representações, os nossos sonhos demiúrgicos. Não vislumbramos o cortejo fúnebre da falsa abundância. Por agora, optamos por o negar. E, toda a dissidência é denunciada como heresia. Muito negativa. Bastante desestabilizadora. Colocar em causa o mundo imposto é doloroso. As pulsões de vida irão por fim ganhar alento? A resistência irá surgir do marasmo?

Na descoberta da natureza e memória das resistências, por entre propostas de percursos pedestres.

Ao salto dos montes: **Mina de São Domingos**

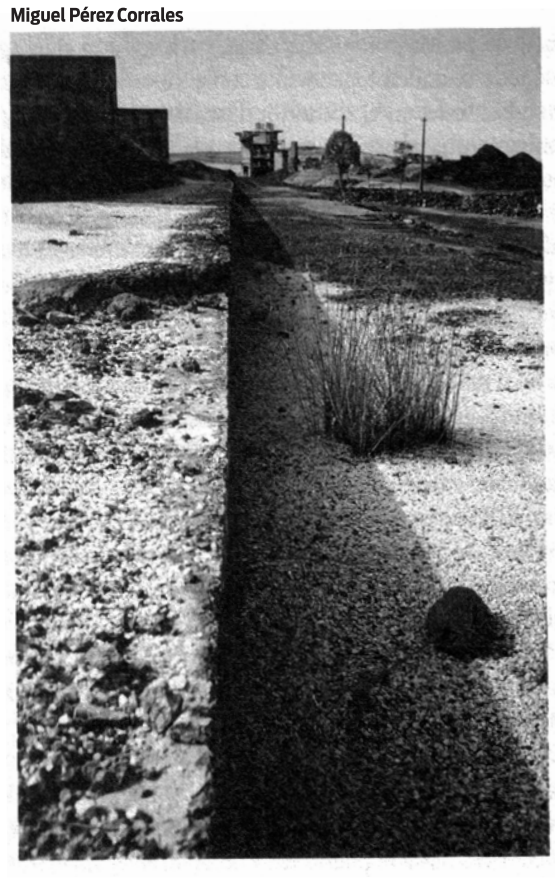
FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

A natureza confunde-se, na escolha de trilhos a percorrer. Além Mértola, chegamos às minas de São Domingos. Terra abrasada pelo calor, tudo lhe parece ter sido levado, menos o aroma intenso da esteva. O olhar é de abandono. Há no ar um peso que deve a sua origem ao minério, resgatado às vidas de gerações, de alentejanos e outros, aqui chegados no final do séc. XIX. A intensidade do labor mineiro projeta-se na força com que aqui se formou uma das mais combativas forjas de sindicalismo revolucionário, nascida de uma agitação anarquista que moldou homens e mulheres, nesta margem esquerda do Guadiana. Ao percorrer a vila de São Domingos, por entre as ruínas da mina, seguindo até ao Pomarão, porto fluvial a espreitar Espanha do outro lado, as memórias, como o pó que o ar carrega, colam-se-nos à pele.

"*É belo, nos abandonados templos da loucura industrial, assistir ao triunfo da Natureza sobre os esforços calculados da inteligência estúpida e exploradora*, diz-nos Miguel Pérez Corrales. Para este escritor do Grupo Surrealista de Madrid, em São Domingos, a beleza é *fantasmagórica, atroz, impiedosa, sob uma luz violentíssima em terras erodidas que poderiam ser de todo um desafio ao mais alucinado dos pintores coloristas*". "*Texturas inauditas, como cruas terras lunares, as de alguns pedaços de solos rachados e angustiosos. A Mina de São Domingos é o espaço mais terrível de todo o Portugal*"[1].

Continuamos a rota do minério pelo antigo caminho-de-ferro, de São Domingos a Santana de Cambas, o Pomarão, pelo carril a 17 km de distância. Para maior assombro da excêntrica paisagem, a viagem deve ser enquadrada pela memória, nos espaços deste silêncio, os ecos da Mina: um dos espaços mais terríveis de todo o Alentejo. Leiam-se os apontamentos do Portal Anarquista[2] sobre essa miséria, essa luta, longa de gerações e claro, leia-se Ferreira de Castro. Em 1974, no seu último livro, Fragmentos, publica reportagem feita no final dos anos 20, a convite do sindicato mineiro da CGT (anarco-sindicalista), onde narra as duras condições de vida dos mineiros. À época impedida de sair pela administração da Mina, para que não esqueçamos, parecem ter sido coloridas em tons de vermelho, as águas ácidas da Mina de São Domingos. Vermelho vertido, o daqueles homens que Ferreira de Castro adivinhava nas trevas, pelas luzes que levavam agarradas ao peito (...) a sugerirem cortejos rituais de candeias avançando para o templo bárbaro onde se realizaria, com afiadas lâminas e copioso sangue, a cerimónia nocturna dos sacrifícios. Entre os mineiros um velho lutador, vai-me falando baixinho das suas esperanças e do sol do Amanhã. E eu ouço-o enternecidamente, porque o Amanhã é um medicamento psicológico enquanto não chega o dia desejado, um medicamento de que todos os explorados carecem e aos deserdados não é mesmo permitido outro.

Miguel Pérez Corrales



/// NOTAS

1 "Miguel Pérez Corrales escreveu sobre São Domingos na obra "Crisis da La Exterioridad" (Enclave de Libros, 2012)"

2 https://colectivolibertarioevora.wordpress.com/2013/01/25/mina-de-sao-domingos-miseria-e-luta-de-geracoes/.
Ver ainda o acervo sobre São Domingos em http://cemsd.minadesdomingos.com/

C.R.E.A.

Abrigo e Poder Popular em Toulouse

SANDRA FAUSTINO
SANDRAFCOELHO@GMAIL.COM

Faz cerca de um ano que o jornal The Guardian divulgou os seguintes números: existem na Europa 11 milhões de casas vazias e 4,1 milhões de pessoas sem abrigo. Lembro-me logo da ocupação de São Lázaro, em Lisboa, ou da Es.Co.La da Fontinha, no Porto, ao longo de 2012. Ambos os espaços tornados públicos por quem deles precisava, vividos durante algum tempo, para depois serem destruídos pelo Estado e pela polícia. A perversidade está à flor da pele: os Estados nada podem fazer quanto à crescente miséria humana, mas não deixarão que as pessoas sigam caminho sozinhas. Para cada pobreza, a respectiva fila de espera.

Mas uma boa notícia: em Toulouse, França, um edifício foi ocupado para alojar pessoas sem abrigo. Foi criado o Collectif pour la Requisition, l'Entraide et L'autogestion – C.R.E.A., que a partir de 2011 garantiu habitação a cerca de quarenta pessoas, entre elas sete famílias e cerca de quinze crianças. Uma outra parte do edifício foi usada para um Centro Social: ali se dinamizaram actividades e espaços abertos a todos, biblioteca, bar e sala de festas, salas de aulas, boxe, alfabetização, apoio escolar, apoio social e jurídico, cozinha ou costura.

Em 2012, Susana Costa e João Garrinhas, através do colectivo Outros Ângulos, passaram por lá e acompanharam este lugar durante um mês, trazendo um pequeno documentário – "C.R.E.A." – para partilhar esta experiência com os que dali estão longe. Assim me chegou esta história: um grupo de pessoas dando vida a uma solução, pelas suas mãos. Face à miséria, a organização popular e a entreajuda. Quarenta pessoas fora das ruas e dentro de uma casa, formando uma grande família. Quarenta pessoas a decidir em conjunto. Situações de pobreza transformadas num projecto comum, onde nasce a segurança e o afecto, tão difíceis de encontrar a dormir ao frio.

Em Março desse ano, a Câmara Municipal de Toulouse abre um processo de expulsão. Alegando que não existem as devidas formalidades para a ocupação daquela propriedade, e que o local não tem condições de higiene para as crianças, decide atirar todos de novo para a rua. Alega ainda que pretende dinamizar naquele espaço o mesmo projecto, mas desta vez, «público». Municipalizado. Com horários e regras de funcionamento. Mas todas as respostas do Estado para as pessoas sem abrigo estão a diminuir, (para isso) não há dinheiro suficiente. É então um problema de propriedade ou de medo da autogestão?

O alojamento de quarenta pessoas custa à câmara 60.000 euros. Nós fizemo-lo com água e luz, mas quando as pessoas se organizam por elas mesmas, quando as pessoas se entreajudam entre si, o Estado recusa isso, prefere que dependamos do sistema, diz um dos envolvidos. O Estado não é parte da solução, antes parte do problema. Assume que não tem meios para ajudar quem precisa, mas irá dizer-nos que não o podemos fazer por nós mesmos. Defende como mais legítimo esmagar um tremendo movimento de solidariedade do que travar a corrupção da banca, a especulação imobiliária ou a exploração laboral.

Para as famílias, o caminho é resistir e ocupar outros edifícios, para poderem continuar juntos. Porque a alternativa é a rua - apesar do investimento «público» em trazer um helicóptero e 200 polícias de elite para concretizar o desalojo. Mas uma boa notícia: O C.R.E.A. continua a ocupar edifícios e a experimentar novas formas de organização, alternativas ao Estado. Ocupam actualmente um antigo restaurante, depois da última expulsão, em Novembro de 2014.

AVISO À POPULAÇÃO CONTRA O CRIME E A INSEGURANÇA

Dois indivíduos, detentores de largo cadastro, tencionam, na sua longa carreira de crime continuado, cometer mais crimes com o roubo da vida: o vil assalariar às pessoas.

São eles: Belmiro Krivitski, empresário de grande perigosidade, com vários despedimentos efectuados e por isso muita gente a passar fome; e Amorim Rockfeller, patrão de fábricas de têxteis, empregando milhares de pessoas durante largos anos e ainda useiro e vezeiro na opressão e exploração infantil, o que atesta bem o seu grau de perigosidade social, a sua secura e dureza de coração.

Estes facínoras agruparam-se de forma voluntária e consciente, actuando concertadamente entre si, de maneira articulada, organizada, estruturada e continuada no tempo, visando a satisfação dos seus interesses com o roubo e outros consequentes crimes praticados aos seus semelhantes através do vil salário, revelando um desprezo total pelo outrem. Estes "amigos" do alheio, que despojam produtores originando insegurança, instabilidade e reduzindo imensa gente à alienação, às relações mercantilizadas, à exclusão social, aos guetos, à miséria, a conflitos infindáveis, já eliminaram muitas vidas com o emprego e desemprego de pessoas.

Segundo fonte da Associação para Investigação dos Crimes Originados pela prática das Idéias do Domínio sobre os/as Indivíduos (AICOIDI), estes criminosos são parte integrante da Associação Criminosa dos Estados a Nível Mundial (ACENM), da máfia FMI e de outros congéneres de fúnebre memória. Todos geradores da subvida, morte e privilégios.

Os Grupos de Autodefesa Contra o Crime (GACC), apelam a todas as pessoas de senso comum, com dignidade, entranhas e sensibilidade, que tenham o máximo de cuidado com a extrema perigosidade social destes e outros criminosos de índole e cultura autoritária, predadores de vidas humanas.

Segundo a Associação dos/as Indivíduos em Alerta para a Defesa da Dignidade da Vida Humana (AIADDVH), a única e eficaz prevenção e antídoto contra estes e outros criminosos, perpetradores do espírito da subserviência, da submissão, da servidão e da prostituição a todos os níveis com o crime da praxe das ideias do domínio, passa pela insubmissão total ao poder hierárquico; pela autogestão individual e colectiva da vida de cada pessoa; pela edificação de uma sociedade baseada nos princípios do livre acordo —com regras de conduta livremente aceites— e do apoio mútuo, numa organização social horizontal (sem hierarquias), autónoma, federada e "assembleária". Esta sociedade, sem colocar ninguém em posição de proeminência ou de domínio, é a única que consubstancia a liberdade e a justiça, onde cada indivíduo tem o controlo, o poder -o volante nas suas mãos- da sua própria vida sem exercer domínio sobre a vida de outrem, onde cada um é senhor de si próprio, autenticamente livre, na ordem sem coação, na anarquia.

Abril de 1997.
Exclusivo de "le Monde".
J. Aberto, no inferno, sequestrado pelo Estado português.

Nota: Texto escrito por J. Alberto na cela de uma prisão depois de ler num pasquim da imprensa democrática a cruzada que quotidianamente os massmerda… desculpem, os media, fazem sobre os pobres pilha-galinhas. Preocupado com a questão social e indignado com a verborreia do poder, tentando pensar pela sua própria cabeça, saiu-lhe este escrito, para pôr os pontos nos is...

mapa
Jornal de Informação Crítica

MAPA: Jornal de Informação Crítica
Número 9
Abril / Junho 2015

Propriedade: Associação Mapa Crítico
NIPC: 510789013
Morada da redacção: Largo António Joaquim Correia, nº13, 2900-231, Setúbal
Registo ERC: 126329

Diretor: Guilherme Luz
Editor: Ana Guerra
Subdirector: Frederico Lobo
Director adjunto: Inês Oliveira Santos

Colaboram no jornal MAPA com Artigos, Investigações, Ilustrações, Fotografias, Design, Paginação,Revisão, Site e Distribuição: M.Lima*, IA*, Filipe Nunes*, Gastão Liz*, Teófilo Fagundes*, Delfim Cadenas*, C. Custóia, Samuel Buton, J. Barreira, José Smith Vargas*, Ana Rute Vila*, Cláudio Duque*, P.M*, A.P, Ali Baba*, Júlio Silvestre*, José Pedro Araújo*, Granado da Silva*, Olegário Bigodes, X. Espada, Huma*, Finja Delz, Palinho, João Paulo Gomes, J. Martins, Pedro Bravo, Francisco Colaço Pedro, κοινωνία, Manuel Dias, Nuno Pereira, Antonis Vradis, Anónimo Brasil, Sandra Faustino, Leonor Machado, Sara Didelet, Joseph Praetorius, Xoto, Maria Jaime, Bruno Afonso
*** Colaboradores permanentes / Pensamento, discussão e desenvolvimento do projecto editorial (colectivo editorial)**

Periodicidade: Trimestral
PVP: 1 euro
Tiragem: 3000 exemplares

Contacto: geral@jornalmapa.pt
Distribuição: distribuicao@jornalmapa.pt
Assinaturas: assinaturas@jornalmapa.pt
Site: www.jornalmapa.pt
Facebook: facebook.com/JornalMapa2012
Twitter: twitter.com/jornalmapa

Depósito legal: 357026/13

Tipografia: Funchalense-Empresa gráfica S.A.
Morada: Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição, nº50-Morelena 2715-029 Pêro Pinheiro-Portugal.

Os artigos não assinados são da responsabilidade do colectivo editorial do jornal MAPA. Os restantes, assinados em nome individual ou colectivo, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

ESPAÇOS ONDE PODES ENCONTRAR O MAPA

Almada: Centro de Cultura Libertária (Rua Cândido dos Reis, 121, 1º Dto, Cacilhas) / Oficina Divagar, Rua Serpa Pinto, 4 1ºandar **Arouca:** Quiosque do Parque (Av. 25 de Abril) **Barcelos:** CCOB – círculo católico operário de barcelos (Rua D. Diogo Pinheiro)**Braga:** Livraria Centésima Página (Avenida Central) / Papelaria Unipessoal (Largo da Estação – Edificio da CP) / Tabacaria Central (Estação de Camionagem) / Quiosque Duarte (Largo Paulo Orósio) / Quiosque do Pópulo (Praça Conselheiro Torres Almeida) / Papelaria Tabacaria ARJP (Rua Frei José Vilaça – Ferreiros) **Castro Verde:** ContraCapa – Livraria Papelaria (Av. General Humberto Delgado, Nº 85, Castro Verde) **Coimbra:**Tabacaria Espirito Santo (Praça 8 de Maio, nº8) / Papelaria Botânico (Bairro S. José, nº1) **Evora:** Tabacaria Génesis (Rua João de Deus n.º 150) / Fonte das Letras (Rua 5 de Outubro n.º 51) **Guimarães:** Loja do Júlio (Rua da Rainha D. Maria II, 145) / Livraria Snob (Rua D. João I, 210A) **Lisboa:** Livraria Letra Livre (Calçada do Combro, 139) / BOESG (Rua das janelas Verdes nº13, 1º esq) / RDA (Rua regueirão dos anjos nº69) / Casa da Achada (Rua da Achada, nºs 11 r/c e 11B) / Espaço MOB (Travessa da Queimada, 33, Bairro Alto) / Zona Franca (Rua de Moçambique nº42, Anjos) / Livraria Caixa dos Livros (FLUL, Alameda da Universidade) / Associação de Estudantes da FCSH da Universidade Nova de Lisboa / Centro LGBT (Rua dos Fanqueiros nº 40) **Mangualde:** Papelaria Adrião (Largo do Rossio, nº7) **Ourique:** Quiosque Tony (Praça Garvão) **Porto:** Livraria Utopia (Rua Regeneração 22 / Gato Vadio (Rua do rosário, 281) / Casa Viva (Praça marquês pombal 167) / Espaço Musas (Rua do Bonjardim, 998) / Terra Viva (Rua dos Caldeireiros nº 213) / Dar à Sola (Rua dos Caldeireiros, nº204) / Copacabana Café (Rua de Belém, 624) / Casa da Horta (Rua de São Francisco, 12A) / Tendinha dos Poveiros (Praça dos Poveiros) / Livraria Poetria (Rua das Oliveiras, 70 r/c, loja 12) / Duas de letra (S. Lázaro) / Café Pedra Nova (Rua da Alegria) / Louie Louie (Rua do Almada, 275) / Bar Picadilly (Rua de S. Vitor) / Bazar Quental (Rua Antero de Quental, 80) **Setúbal:** Associação José Afonso, Casa da Cultura, 1º andar / Livraria Universo, Rua do Concelho nº 13 (junto à Câmara Municipal de Setúbal) / Papelaria e Tabacaria Portela (Av. 22 de Dezembro, nº21, Loja 6- Centro Comercial de São Julião) / Livraria Culsete (Avenida 22 Dezembro nº23) / Taifa bar (Avenida Luisa Todi nº 558, 2900-456 Setúbal) **Vila do Conde:** Pátio Café (Praça da República, 12, 4480-715 Vila do Conde)

mapa : Jornal de Informação Crítica

NÚMERO 9
ABRIL-JUNHO 2015
3000 EXEMPLARES

JORNAL MAPA .PT

Expansão do Porto de Sines
Na "onda" do progresso

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

No passado dia 14 de Fevereiro, surfistas de Sines concentraram-se pela "preservação" da praia de São Torpes, em protesto contra os impactes da expansão do terminal de contentores do porto local. Um mês depois, a 16 de Março, o primeiro-ministro anunciou oficialmente a 3ª e 4ª fases do projecto de expansão do porto de Sines. Tudo isto se passa numa região, o litoral alentejano, que, em meio século assistiu (e como em nenhum outro lugar em Portugal, desde os planos traçados no Estado Novo ao impulso do Gabinete da Área de Sines em 1975), à recriação de todo um território, fazendo tábua rasa do existente. Há 40 anos atrás, não eram certamente os surfistas que protestavam. O Século, no quente Agosto de 1975, relatava como camponeses, rendeiros e pequenos proprietários, resistiam ao avanço industrial, até chegarem os carros militares do R11 de Setúbal para "*restabelecer a ordem*" em nome do "*bom andamento dos trabalhos, com graves prejuízos para a economia do país*" e ceder as terras aos novos donos industriais. Apenas vozes esquecidas – como Afonso Cautela, responsável pelo que veio a ser o movimento ecologista português – davam então conta das arbitrariedades e impactos da transformação de 40 100 hectares da área de Sines, ou nas palavras do mesmo "*como se destrói um ecossistema em 4 anos*"[1].

O grande projecto do terminal de contentores XXI do Porto de Sines foi aprovado em 1999 e tem vindo a ser implementado (a 1ª e 2ª fases) desde então. As operações portuárias iniciaram-se em 2004, em regime de concessão de serviço público, por 30 anos à PSA – multinacional estatal da Autoridade Portuária de Singapura. A nova expansão visa criar o 3º posto de acostagem, já previsto mas agora de maiores dimensões. Dada a evolução no comprimento dos navios verificada na última década, isto implicará a expansão do cais e do terrapleno, a ampliação do molhe leste e a regularização do leito rochoso contíguo. A intenção é elevar a capacidade do terminal de contentores para 3.000.000 TEU por ano (TEU representa a capacidade de carga de um contentor marítimo normal). O protocolo de investimento foi selado no âmbito da visita a Portugal, do Presidente da República de Singapura em Maio de 2014. Na verdade tudo fora confirmado dois anos antes com o alargamento do canal do Panamá. As obras do outro lado do Atlântico posicionam Sines – no centro das rotas Pacifico – Atlântico – como a porta de entrada, da China e dos Estados Unidos da América, na União Europeia. A Organização Mundial do Comércio prevê que o Terminal XXI seja o porto com maior crescimento no mercado de contentores no futuro, razão pela qual este faz parte do Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas, junto com o corredor ferroviário Sines/Setúbal/Lisboa – Caia (Espanha), com conclusão anunciada para 2019.

O Estudo de Impacte Ambiental (EIA)[2] do alargamento do Porto de Sines não menciona já agricultores. Apenas surfistas. Foram no entanto os primeiros que, em comunicado de Abril de 1976, apontavam já então o dedo à destruição das áreas de cultivo e ao esgotamento de riquezas hídricas, sem esquecer a "*poluição das águas e de todos os areais*". Em Abril de 2015, 39 anos depois, as vozes partem das escolas de surf instaladas na praia de São Torpes, apontando a Associação SOS - Salvem o Surf, as consequências para o areal e ondas, logo para "*o valor do surf na economia, no turismo e no emprego*". Poderá resultar disto uma preocupação que literalmente morre na praia, ao incidir sobre algo tão específico como a diminuição do tamanho da ondulação, i.e. do surf. E claro, tão-pouco a lógica, ou a própria identidade industrial de Sines, nos remeteriam evidentemente a um regresso aos campos de há 4 décadas atrás. O certo é que no quotidiano dos sinienses – e não só os surfistas – já tem havido interrogações de sobra sobre os impactes da expansão industrial da área, nomeadamente ligadas à persistente poluição. O EIA não esconde mesmo que o porto, numa área industrial já por demais "*artificializada*" está "*próximo de zonas sensíveis do ponto de vista ecológico*" para mais "*num contexto socioeconómico também delicado*". Ou seja, apesar de falarmos de uma faixa litoral com tripla protecção: Parque Natural, Sítio de Importância Comunitária da Rede Natura 2000 e Zona de Protecção Especial para as aves, é evidente que "*a presença do Porto de Sines determina a existência de uma pressão antropogénica muito preponderante sobre a componente ecológica, que se encontra bastante alterada, em particular no meio terrestre.*" No meio aquático, poderíamos começar por falar nos inevitáveis derrames de hidrocarbonetos entre outras consequências previsíveis. Quanto aos aspectos socioeconómicos, a criação de 100 postos de trabalho pela PSA, recorda-nos a factura paga pelos sindicatos, comprometidos com Singapura em nome da "paz social". Que o digam os estivadores – que viraram a página no sindicalismo amorfo português nos últimos tempos – que em Setembro de 2014 se dirigiram ao Sindicato do Centro e Sul, para logo serem perseguidos por tal aproximação, contrária ao freio sindical vigente em Sines, lugar onde "*são impostas das mais deficientes e gravosas condições laborais dos portos Europeus*"[3].

A expansão do Porto de Sines levanta deste modo diversas ondas, das quais apenas a que é surfável parece ter merecido atenção. Sinais dos tempos?

/// NOTAS
1 Afonso Cautela (1977) "Ecologia e Luta de Classes em Portugal"
2 Estudo de impacte ambiental da expansão do terminal de contentores (TXXI) de Sines. Acessivel em: http://goo.gl/fdzym0
3 oestivador.wordpress.com

MAPA BORRADO

CONTOS TRADICIONAIS
DA SEGURANÇA PÚBLICA
AO FAZER UMA ANÁLISE LITERÁRIA (E TAMBÉM ATRAVÉS DE OUTRAS LOGIAS) DAS TRADIÇÕES DA XIBARIA URBANA DEVEREMOS TER EM CONTA FACTORES COMO: ORIGEM, TRANSMISSÃO, SIGNIFICADO...
MOURARIA
TOMEM LÁ E DESPAREÇAM-ME DA VISTA... INÚTEIS DE MERDA!!
POLÍCIA
MOURARIA
RAINHA DO FA
"...MAS TAMBÉM ELEMENTOS FREQUENTES NESTAS MITOLOGIAS, COMO O ETERNO COMBATE ENTRE LUZ E TREVAS..."
PRÍNCIPE REAL
AI SRA AGENTE... ESTOU CHEIA ATÉ DE VERGONHA...
VÁ LÁ... DESTA VEZ PASSA...
E NÃO DIGA QUE VEM DAQUI!
COVA DA MOURA
PREPARADOS PARA MAIS UM DIA NORMAL DE ROTINA, SEUS ANIMAIS?!
AMOTINHO DA JUVENTUDE
MAS??? PARTIRAM A JANELA DA CARRINHA?! LIGUEM-ME PARA A CMTV!!!
POLÍCIA
PO
"...QUE SE DESTINA AFINAL A DISFARÇAR A REALIDADE TREMENDA DO ÓDIO RACIAL E A LUTA LENTA E QUOTIDIANA ENTRE SENHORES E ESCRAVOS..."
JOSÉ SMITH VARGAS